



Revista de *Villegagnon*

Ano XV Número 15 - 2020



Revista Acadêmica da Escola Naval

ISSN 1981-0342 | ISSN 1981-3589 (digital)







Caro Leitor,

Com esta edição, a Revista de Villegagnon completa 15 anos de existência. Durante este período, a revista sempre navegou na direção de alcançar o propósito com que foi concebida, abordando temas multidisciplinares de relevância para a formação acadêmica e profissional dos nossos “Sentinelas dos Mares”.

Além de oferecer para reflexão assuntos de diversas áreas do conhecimento, como é da sua tradição, pela primeira vez a revista apresenta um dossiê temático sobre História Naval, intitulado “O Poder Naval e a Concorrência entre os Impérios Globais na Modernidade (Séculos XVI-XVII)”, que contém artigos inéditos de autoria de Aspirantes em comemoração ao Bicentenário da Independência do Brasil, data histórica que ocorrerá no ano vindouro.

Ao longo desses 15 anos, temos muito a agradecer. Desde a sua primeira edição, em 2006, muitos contribuíram de forma dedicada para o sucesso da revista, que hoje também pode ser encontrada em meio eletrônico no Portal de Periódicos da Marinha. Além de agradecermos aos autores dos interessantes artigos desta edição, não podemos deixar de registrar nossos agradecimentos aos patrocinadores e a todos que de alguma maneira contribuíram para a longa singradura da nossa revista.

Boa leitura!

GUILHERME DA SILVA COSTA
Contra-Almirante
Comandante





REVISTA DE VILLEGAGNON
ANO XV – NÚMERO 15 – 2020
ISSN 1981-0342
ISSN 1981-3589 (digital)

A Revista de VILLEGAGNON é uma publicação anual e tem como propósito divulgar temas de interesse naval elaborados por voluntários e convidados da tripulação da Escola Naval.

Comandante

C. Alte Guilherme da Silva Costa

Superintendente de Ensino

C. Alte (RM1) Paulo Cesar Mendes Biasoli

Editor

CMG (Ref) Pedro Gomes dos Santos Filho

Conselho Editorial

CC (IM) Marcello José Gomes Loureiro

CC (T) Rodrigo de Almeida Rosa

1T (RM2-T) Gabrielle Dias Mattos

Prof^ª. Dr^ª. Ana Paula Araujo Silva

Prof. Mario Cesar da Silva Fonseca

Revisão

Prof^ª. Dr^ª. Ana Paula Araujo Silva

Prof. Mario Cesar da Silva Fonseca

Diagramação e Arte final

Acará Estúdio Gráfico

www.acara.com.br

Foto da capa

CB-SI Geovane Pedreira Santos

Impressão

WalPrint Gráfica e Editora

Contato

en-revvillegagnon@marinha.mil.br

Os artigos enviados estão sujeitos a cortes e modificações em sua forma, obedecendo a critérios de nosso estilo editorial. Também estão sujeitos às correções gramaticais, feitas pelos revisores da revista.

As informações e opiniões emitidas são de exclusiva responsabilidade de seus autores. Não exprimem, necessariamente, informações, opiniões ou pontos de vista oficiais da Marinha do Brasil ou da Associação de Villegagnon.

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA



SUMÁRIO

- 4** A prática docente na Escola Naval e a pandemia COVID-19: um desafio vencido
CMG (RM1-IM) *Hercules Guimarães Honorato*
CC (T) *Tiane Rezende Corpas de Andrade*
1T (RM2-T) *Caroline de Souza Pereira Dias*
- 10** Uma introdução aos sensores a fibra ótica e aplicações militares
Professor Dr. Jesse Werner Costa
- 21** O prêmio Eleazar Tavares
Capitão de Mar e Guerra (Ref) Pedro Gomes dos Santos Filho
- 24** As virtudes
Capitão de Mar e Guerra (Ref-FN) Paulo Roberto Ribeiro da Silva
- 40** A educação física nos pilares perenes
Professor Carlos Felipe de Oliveira
- 43** A vela na formação marinheira do aspirante
Aspirante Emanuel Wallace Barbosa de Souza
- 47** Dossiê temático: “O poder naval e a concorrência entre os impérios globais da modernidade (séculos XVI-XVII)”
Apresentação do dossiê:
Capitão de Corveta (IM) Marcello José Gomes Loureiro
- 49** Villegagnon, a França Antártica e as querelas religiosas na França quinhentista
Aspirante Pedro Lucas de Deus dos Santos
Aspirante Julia Domingues Portugal

- 55 As primeiras tentativas de conquista e incorporação do Maranhão: os indígenas e as expedições de Aires da Cunha e de Pero Coelho de Souza
Guarda-Marinha (IM) Raphael Rebouças Santana Silva
- 62 A dinâmica política e religiosa neerlandesa nos séculos XVI e XVII: uma análise das implicações do contexto dos Países Baixos para os seus empreendimentos expansionistas
Aspirante (IM) Rodrigo Bastos de Assis Ferreira
- 71 Morte e ressurreição do Brasil: os holandeses e a guerra global contra o império marítimo português (1602-1661)
Guarda-Marinha Arthur Lima Verde dos Santos Pereira
- 78 Liberdade dos mares e concorrência entre impérios: portugueses, holandeses e sua disputa pelo controle do comércio marítimo
Aspirante Lucas Lima dos Santos
- 88 A “Restauração de Palmares” e a consolidação da presença portuguesa no Brasil: uma análise da carta do governador de Pernambuco ao rei de Portugal (1694)
Aspirante Rodrigo Regal de Castro
- 92 Notícias de Villegagnon

Nossa Capa:
Vista aérea da formatura dos
Aspirantes da Escola Naval durante
Cerimônia de Entrega de Espadas,
tendo ao fundo o Pão de Açúcar



A PRÁTICA DOCENTE NA ESCOLA NAVAL E A PANDEMIA COVID-19: UM DESAFIO VENCIDO

CMG (RM1-IM) *Hercules Guimarães Honorato*¹

CC (T) *Tiane Rezende Corças de Andrade*²

1T (RM2-T) *Caroline de Souza Pereira Dias*³

INTRODUÇÃO

“Professores, há aos milhares. Mas o professor é profissão, não é algo que se define por dentro, por amor. Educador, ao contrário, não é profissão; é vocação. E toda vocação nasce de um grande amor, de uma grande esperança.” (ALVES, 2015, p.16).

Esse mundo tecnológico atual, de milhões de informações que tramitam em micro segundos, nos deixou frágeis e ansiosos. O certo que tínhamos pode agora ser o incerto, o incompreensível; agora, nada é linear, as crises locais, setoriais, ganham força e passam a ser mundiais. E, assim, em março de 2020, a Organização Mundial de Saúde decretou a pandemia do novo Coronavírus (Sar-Cov-2), um inimigo invisível que paralisou todo o planeta. Passamos todos a conhecer a quarentena, o isolamento social, a morte mais perto, em suma: passamos a ter medo, medo até de respirar e sermos contaminados.

Tudo parou e ainda continuamos, aos poucos, a voltar a uma nova normalidade. As instituições de ensino em todo o planeta pararam suas atividades e fecharam suas portas. O ensino-aprendizagem que tra-



Figura 1. O ensino na Escola Naval durante a pandemia

Fonte: Escola Naval

dicionalmente era presencial, com o fechamento das instituições de ensino, passou a ser remoto e em caráter emergencial. A pandemia afetou em grande medida todos os níveis de formação educacional, e a Escola Naval não foi diferente.

Assim inicialmente exposto, sentimo-nos instigados a apresentar a situação acadêmica vivida no ensino superior militar em relação ao ensino-aprendizagem em função da alteração do ensino presencial para o remoto emergencial. A abordagem metodológica foi qualitativa e, como o objeto de pesquisa é atual e como apresenta diversos pontos de interrogação em sua construção, inclusive com conceitos novos, utilizamos a pesquisa exploratória como forma de torná-lo familiar. O levantamento de dados contou, além das pesquisas documental e bibliográfica, com fonte de

¹ Professor-pesquisador do Instituto Naval de Pós-graduação. E-mail: hercules.guimaraes@marinha.mil.br

² Pedagoga da Escola Naval. E-mail: tianerezende@gmail.com

³ Professora da Escola Naval. E-mail: carolinepereira@hotmail.com

dados primária, realizada por intermédio de dois relatórios que sintetizavam questionários aplicados aos docentes sobre o Ensino Remoto Emergencial (ERE) da Instituição de Ensino Superior (IES) militar em tela.

Em relação à formação dos seus docentes e ao tripé educacional, ou seja, ensino-aprendizagem-avaliação, a seguinte questão de pesquisa norteou os estudos desenvolvidos: como esta IES militar deverá caminhar em seu ecossistema educacional no pós-pandemia?

QUADRO TEÓRICO

Ao iniciarmos a busca por estudos relacionados ao tema de ERE, verificamos que este termo é atual e que foi cunhado para ser utilizado durante o período de emergência sanitária que ainda estamos passando. Paiva (2020, p.61) afirma que esta nova denominação “[...] viralizou na mesma velocidade da propagação do novo coronavírus”. Porém, dois descritivos tornaram-se importantes, além de ERE, trataremos também da Educação a Distância (EaD) e do Ensino Híbrido.

Ao começarmos a apresentar a EaD, o ERE e o Ensino Híbrido, temos que fazer um voo rasante pelo currículo escolar nesse novo marco em que o ecossistema de aprendizagem se encontra no atual momento. Assim, uma reflexão inicial como a escolarização universal que vivíamos caminha para uma ação educativa distribuída e interconectada, passando do foco central do ensino que era o professor para o aluno e todos os envolvidos, pertencentes ao ecossistema educacional.

Martins (2020, p.245) deixa claro que a EaD é uma modalidade de ensino “apartada da educação presencial, com regras específicas e restrições de aplicação”. Esse autor ainda estabelece seis principais elementos componentes: (i) a distância entre professor e alunos; (ii) a influência de uma organização educacional que planeja e prepara materiais de aprendizagem; (iii) o uso de meios tecnológicos e mídias; (iv) a possibilidade de comunicação bidirecional; (v) a possibilidade de encontros também presenciais; e (vi) um formato “industrializado” de educação. As possibilidades dessa modalidade, porém, multiplicam-se com o uso de tecnologias digitais e de rede, gerando diferentes modelos de educação para o desenvolvimento profissional ou pessoal que requerem, ainda assim, a interação entre discentes e docentes.

O segundo conceito a ser exposto é o do Ensino Híbrido, também conhecido como *Blended Learning*, que seria, em síntese, o uso de soluções combinadas ou mistas, envolvendo a interação entre as modalidades presencial e a distância, a interação entre abordagens pedagógicas e a interação entre recursos tecnológicos (MOREIRA; SCHEMMER, 2020). O planejamento estratégico é primordial no Ensino Híbrido para criar a conexão entre os momentos de ensino presencial e os a distância, com o fulcro na utilização da tecnologia disponibilizada com intencionalidade.

Neste contexto de pandemia que estamos vivendo atualmente, chegamos à conclusão, de posse dos dois conceitos anteriormente expostos, de que não estamos fazendo EaD e nem Ensino Híbrido. Estamos em um momento excepcional e temporário, onde se espera mais cedo ou mais tarde voltarmos ao normal, ou como ficou conhecido “novo normal”. No campo educacional, a solução encontrada pelas redes e instituições de ensino ficou conhecida como Ensino Remoto Emergencial (ERE). Rondini, Pedro e Duarte (2020, p.41) afirmam que “o momento pandêmico é desafiador e enriquecedor para a prática pedagógica”.

Por que esse momento de pandemia seria desafiador? Vendo pelo olhar dos professores, que não estavam preparados para a utilização das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) e que precisaram, de uma hora para a outra, transpor os seus conteúdos previstos nos currículos e adaptá-los para as aulas não presenciais. E em relação aos alunos, que no caso brasileiro, com profundas desigualdades sociais e educacionais, não tinham acesso com qualidade à internet para o recebimento, quando recebiam, das aulas filmadas pelos docentes ou material que deveriam estudar. A infraestrutura dos estados e municípios também não estava preparada para um momento tão disruptivo como o fechamento compulsório das escolas e universidades.

Na literatura educacional, não existe o termo “Ensino Remoto Emergencial”, o termo foi cunhado a partir da emergência sanitária mundial em curso, portanto, não é uma modalidade de ensino (COSTA, 2020). As dificuldades dos docentes para a incorporação dos recursos tecnológicos em sua prática até então presencial foram destacados por Rondini, Pedro e Duarte (2020) como a dificuldade de se adaptar, rapidamente, a uma nova prática de ensino, a desigualdade

social dos estudantes e o aumento considerado da jornada de trabalho.

ANÁLISES E DISCUSSÃO

Esta seção analisa e discute os dois relatórios que foram encaminhados à Diretoria de Ensino da Marinha (DEnsM), órgão central do Sistema de Ensino Naval (SEN), como resultados da aplicação efetiva do ERE e seus resultados na visão dos docentes. Os relatórios são o dos Cursos Presenciais com Atividades por EaD para Docentes e o do Questionário Aplicado aos Docentes sobre o ERE. Seguem as referidas análises.

Relatório do questionário aplicado aos docentes sobre o ERE

O primeiro relatório analisado, que trata sobre o ERE e os docentes, foi baseado em um questionário denominado *ERE/fale com o Serviço de Orientação Pedagógica*, que teve como objetivo ser um canal de comunicação para o corpo docente, com o intuito de acompanhar o andamento das práticas educacionais durante o período de ensino remoto no primeiro semestre, devido ao isolamento social. O questionário contou com seis questões abertas sobre o andamento das atividades acadêmicas, na orientação e supervisão didático-pedagógica, mas apenas quatro serão analisadas neste estudo. Ele foi disponibilizado a todo Corpo Docente através do *Google Forms*, no período de 21 de julho a 6 de agosto de 2020.

À época de aplicação do questionário, o total de docentes era de 117, tendo sido retornados 75 questionários respondidos. A tabela 1 a seguir mostra o total de respondentes por categoria funcional.

Tabela 1. Respondentes por Centro de Ensino

Respondentes por Categoria	Quant.
Professor do Magistério Superior Militar (MES)	33
Instrutor Tarefa por Tempo Certo (TTC)	22
Magistério Militar Naval (MMN)	9
Instrutor da Ativa (COMCA)	6
Total	75

Fonte: Relatório EN (2020, p.2).

Os resultados verificados tinham como escopo que os professores compartilhassem suas experiências e os pontos a melhorar no ERE, além de pontos positivos e sugestões para o aperfeiçoamento do uso de novas metodologias e ferramentas digitais no ensino remoto e também presencial. Assim exposto, são listadas as perguntas analisadas.

Quais são as dificuldades que encontrou ou está encontrando no ERE de forma geral (Planejamento, metodologia, ferramentas, avaliação, Ad-T, interação, etc)?

As cinco principais respostas, que conseguiram um quantitativo de mais de seis respondentes com a mesma visão foram: Não houve dificuldades; aplicação e correção de Avaliações (Ad-Ts, Testes); interação com o Corpo de Aspirantes; carência de internet de boa qualidade a bordo; e adaptação ao uso de novas ferramentas tecnológicas. No ensino a distância, o que pode ser verificado da relação professor-aluno e também aluno-aluno é a boa comunicação, além do bom preparo nas ferramentas tecnológicas disponíveis.

Quais são as dificuldades que encontrou ou está encontrando com os Aspirantes?

As cinco respostas apresentadas foram: Não houve dificuldades; interação com o Corpo de Aspirantes; carência de internet de boa qualidade a bordo; pontualidade no horário da aula; e disciplina no cumprimento das atividades. O que podemos verificar como dificuldades (como pontualidade e disciplina no cumprimento das tarefas) são características da educação a distância, em que existe uma separação física entre docentes e discentes, e o espaço e o tempo são amplos, porém, é necessário que o estudante tenha dedicação e responsabilidade pelo cumprimento das atividades, sejam síncronas ou assíncronas, visto que é propiciado e desejado ao estudante a sua autonomia acadêmica.

Quais os pontos positivos que conseguiu identificar em suas práticas durante o período de ERE?

Esta questão suscitou um número considerado de respostas, cerca de 40 diferentes. Mantendo-se no mesmo diapasão de análise, apresentamos as cinco respostas mais similares que foram verificadas, a listar: Possibilidade de planejar aula com uma demanda administrativa reduzida; possibilidade de rever aulas disponibilizadas; interação com o Corpo de Aspirante;

aplicação de novas práticas e metodologias de ensino; e flexibilidade na aplicação do conteúdo. A análise desta questão torna-se fácil, pois caminha ao encontro do que está preconizado nas normas da Marinha para o seu ensino, que foi anteriormente apresentado, e também pelo que os autores citados no quadro teórico vislumbram como possibilidade de mudança na prática docente, em destaque a possibilidade de aplicação de novas práticas e metodologias de ensino.

Quais as sugestões que acha importante compartilhar para que sejam adaptadas às práticas educativas, na EN, daqui em diante?

A questão suscitou diversas contribuições, sendo a mais relevante a melhoria da rede de internet e *Wi-Fi* da instituição. Tal situação foi amplamente compartilhada nos estudos sobre o tema do ensino remoto emergencial como ponto nevrálgico no seu melhor aproveitamento. O que se verifica é que existe o acesso à internet como Castioni *et al.* (2021) ressaltam, mas não com a qualidade necessária. O que é condição primária para um ensino remoto de qualidade, segundo Saviani e Galvão (2021, p.38) é “[...] o acesso ao ambiente virtual propiciado por equipamento adequados (e não apenas celulares); acesso à internet de qualidade [...]”.

Outras sugestões dos docentes respondentes foram: Elaboração de uma plataforma institucional (AVA) e ferramentas oficiais para o ERE; disponibilizar ferramentas digitais e metodologias para práticas inovadoras em aulas presenciais; usar ferramentas para elaboração de vídeoaulas; e incentivar o Corpo de Aspirantes em atividades acadêmicas. Este último ponto merece uma reflexão maior, pois o docente passa também, mesmo que a distância dos olhos, a incentivar o discente a estudar e pesquisar de modo independente e a fortalecer o aprendizado colaborativo.

Relatório sobre o questionário dos cursos presenciais com atividades por EaD para docentes

Esta pesquisa, realizada no final do ano letivo, teve como objetivo avaliar o período de ERE adotado na EN durante a pandemia. O questionário foi disponibilizado para todo o Corpo Docente por *e-mail*, sendo aplicado no período de outubro a dezembro de

2020 e elaborado pela DEnsM através da plataforma *Moodle*, contendo 27 perguntas para respostas qualitativas de aspectos positivos, negativos e a melhorar. Participaram 48 docentes de um efetivo, à época, de 138, representando 34,8% de respondentes. Para esta seção, nem todas as perguntas são expostas, apenas as consideradas efetivas para o trato do objeto de estudo.

Uma questão interessante que corrobora o que o referencial teórico ressalta é que os professores foram guindados ao ensino remoto sem serem preparados para a utilização e o bom uso de ferramentas tecnológicas, tendo que se adaptar rapidamente a uma nova possibilidade de ensino. Por isso mesmo, na tabela 2 a seguir, podemos ratificar que essa situação também foi verificada na EN.

Tabela 2. Realizou cursos/treinamentos/capacitação para uso das ferramentas digitais?

Respostas	Frequência	%
Não	32	66,67 %
Algumas vezes	8	16,67 %
Muitas vezes	4	8,33 %
Sempre	4	8,33 %
Total	48	

Fonte: Escola Naval (2020, p.2).

A transferência do presencial para o virtual não é simplesmente manter a didática desenvolvida em sala de aula, seria necessária a construção de currículos que reconheçam as novas formas de produção e relação com o conhecimento, saindo da condição solitária e expositiva deste para o lugar de produção de saberes de experiências. Mill e Zanotto (2021, p. 16) asseguram que o desafio maior dos professores e das escolas é “[...] assimilar e ressignificar as transformações em sala de aula, criando estratégias de engajamento dos estudantes nos estudos, agregando conhecimento [...]”. Assim, ao apresentarmos a seguir a tabela 3, nota-se que mais de 60% dos docentes da Escola Naval sempre complementam as suas disciplinas com leituras indispensáveis, propiciando uma autonomia para os estudos do seu alunado, muito importante no período de distanciamento social e acadêmico.

Tabela 3. As aulas foram complementadas com materiais de estudo?

Referências disponíveis	Frequência	%
Não	0	0 %
Às vezes	3	6,25 %
Quase sempre	15	31,25 %
Sempre	30	62,5 %
Total	48	

Fonte: Escola Naval (2020, p.3).

Um ponto de destaque e que deve ser exposto neste momento é que no ensino superior temos disciplinas ou atividades acadêmicas que não são possíveis virtualmente. Moran (2003) deixa-nos claro, sob este ponto de vista, que a educação *online* não equivale à educação a distância. Honorato e Marcelino (2019, p. 32) apresentam a visão de um professor universitário sobre o Ensino a distância como sendo que “[...] a exigência é menor e a falta de laboratórios prejudicam muito o ensino prático. As aulas teóricas também são prejudicadas, pois os alunos não têm grandes oportunidades de sanar dúvidas”. A situação também se apresenta, em certa medida, na Escola Naval, como podemos verificar na tabela 4 a seguir.

Tabela 4. Os conteúdos estavam atualizados?

Satisfação – qualidade das aulas	Frequência	%
Não	1	2,08%
Às vezes	2	4,17%
Quase sempre	5	10,42%
Sempre	40	83,33%
Total	48	

Fonte: Escola Naval (2020, p.9)

Verificamos que 8 (oito) docentes não se sentiram satisfeitos com a qualidade de suas aulas. Moran (2003) destaca que é difícil definir uma metodologia adequada para cada tipo de aula *online*, existindo a necessidade de bem integrar o presencial do virtual,

garantindo a aprendizagem significativa. Tal situação também pode ser confirmada com a figura do professor, ele que detém um papel essencial na construção dessa cultura digital mediando e integrando o presencial com o virtual bem como desenvolvendo competências e habilidades nos alunos.

O relatório em questão apresenta pontos positivos e negativos em relação ao ERE. Os pontos positivos foram: uso diversificado de recursos digitais para acompanhamento das disciplinas; possibilidade de acompanhar os conteúdos de forma interativa e contínua; autonomia na prática de estudos; interação nos grupos de *WhatsApp* agindo como facilitador na disseminação de conteúdos; uso de novas tecnologias de ensino; e disponibilidade do material a qualquer momento nas plataformas digitais. Os principais pontos negativos foram: acesso à internet limitada; interação parcial dos Aspirantes; dificuldade na implementação das atividades avaliativas; ausência de capacitação no que diz respeito ao uso de ensino a distância; ausência de um AVA; e políticas restritas de acesso quanto ao uso de plataformas na Escola Naval.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A epígrafe introdutória deste artigo é clara e direta a nós educadores, em especial em um momento tão disruptivo de nossas vidas com a pandemia do novo coronavírus COVID-19, quando o nosso sentimento e vontade na melhor formação dos nossos estudantes está em xeque. A esperança continuamente renascerá com a nossa vontade de procurarmos melhorar sempre, porque fazemos parte do ecossistema educacional que existe para levar, em seu conjunto, um processo de mediação criativa de nossa prática docente àqueles que compartilham conosco desta tarefa humana que é ensinar. O Ensino Remoto Emergencial foi, portanto, a solução de momento encontrada para que o ensino-aprendizagem-avaliação não parasse totalmente.

Nos momentos de crise é que surgem as oportunidades, e a pandemia trouxe inúmeros desafios para a prática docente. A oportunidade de conhecer novas ferramentas tecnológicas que podem facilitar o seu trato na relação com seus estudantes, estes nativos digitais, sabendo que a interação social agora também poderá ser via novas estratégias pedagógicas. O pro-

fessor deixou de ser o centro do conhecimento, mesmo para uma IES militar de tradição tecnicista de carteiras enfileiradas, para oportunizar a melhor relação ensino-aprendizagem-avaliação. As instituições não podem mudar sem a participação voluntária de seus professores, seria uma movimentação sinérgica de ruptura ao tradicional ao serem apresentados a cultura digital.

Com base nas informações obtidas nos dois relatórios analisados, identificou-se que a oportunidade de usar TDIC, em um período acadêmico atípico, permitiu experimentar novas possibilidades de trabalho em sala de aula, mesmo que o tempo-espaço não fosse cerrado em quatro paredes. Os conteúdos foram trabalhados de modo mais interativo e híbrido, o que representou em grande medida um incentivo à autonomia dos Aspirantes. Em relação aos professores, perceberam-se as diversas possibilidades de organização didático-pedagógica de suas aulas e a importância da manutenção e do fortalecimento do trabalho integrado junto à Equipe Pedagógica.

Se tentarmos apresentar uma desvantagem da mudança do ensino presencial para o remoto emergencial na Escola Naval, em primeiro lugar teríamos que apresentar que a ruptura na prática docente foi a mais sentida, quando a relação professor-aluno foi, em um primeiro momento, comprometida, para um distanciamento e na aplicação de uma didática pouco praticada pelo coletivo tanto de professores quanto de Aspirantes. Porém, esta desvantagem caminha para tornar-se uma vantagem considerada, quando novos caminhos começam a ser trilhados com a participação de todos os envolvidos no ecossistema educacional, ao conseguirem cumprir todo o calendário acadêmico da instituição, com um mínimo de falhas verificadas.

Assim, acreditamos que o docente pós-pandemia será um outro educador, visto que não deverá mais voltar aos velhos hábitos de ser o único detentor dos conteúdos a serem apresentados, em mão única, aos seus estudantes. O discente também não será mais o mesmo; ele deverá ser o responsável por sua aprendizagem, com autonomia e responsabilidade. A comunicação em rede e as redes sociais ganham força, em um processo que se soma à construção e à socialização do conhecimento. Acreditamos que a educação pós-pandemia terá um reconhecido diferencial no ser humano, que vive numa realidade hiperconectada,

complexa e instantânea, na qual todos deveremos caminhar juntos.

REFERÊNCIAS

- ALVES, R. *Conversas com quem gosta de ensinar: (+ Qualidade total na educação)*. 14. ed. Campinas, SP: Papiros, 2015.
- CASTIONI, R. *et.al.* Universidades federais na pandemia da Covid-19: acesso discente à internet e ensino remoto emergencial. *Revista Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v.29, n.111, p. 399-419, abr./jun. 2021.
- COSTA, K. A. S. da. *EaD, ensino híbrido e ensino remoto emergencial: perspectivas metodológicas*. Curitiba: DIRAC/PROENS/IFPR, 2020. Disponível em: <https://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2020/09/EaD-Ensino-Hibrido-e-Ensino-Didatico-Emergencial.pdf>. Acesso em: 11 out. 2021.
- HONORATO, H. G.; MARCELINO, A. C. K. B. A arte de ensinar e a pandemia COVID-19: a visão dos professores. In: HONORATO, H. G. *Relato de uma experiência acadêmica: o “eu” professor-pesquisador*. v. 3, Curitiba: Brazil Publishing, 2019. p. 17-38.
- MARTINS, R. X. A COVID-19 e o fim da educação a distância: um ensaio. *EmRede*, v. 7, n. 1, p. 242-256, jan./jun. 2020.
- MILL, D.; ZANOTTO, M. A. C. *Didática e prática docente na cultura digital*. São Carlos, SP: SEaD-UFSCar, 2021.
- MORAN, J. M. Contribuições para uma pedagogia da educação online. In: SILVA, M. (Org.). *Educação online: teorias, práticas, legislação e formação corporativa*. São Paulo: Loyola, 2003. p. 41-52.
- MOREIRA, J. A.; SCHEMMER, E. Por um novo conceito e paradigma de educação digital *onlife*. *Revista UFG*, v.20, p. 1-35, 2020. DOI: 10.5216/REVUFG.V20.63438.
- PAIVA, V. L. M. de O. Ensino remoto ou Ensino a Distância: efeitos da pandemia. *Estudos Universitários: revista de cultura*. V.37, n.1 e 2, p.58-70, dez. 2020.
- RONDINI, C. A.; PEDRO, K. M.; DUARTE, C. dos S. Pandemia da COVID-19 e o ensino remoto emergencial: mudanças na prática pedagógica. *Revista Educação*. v. 10, n.1, p.41-57, 2020. (Número Temático). ISSN Digital: 2316-3828 ISSN Impresso: 2316-333X DOI: 10.17564/2316-3828.2020v10n1p41-57.
- SAVIANI, D.; GALVÃO, A. C. Educação na pandemia: a falácia do “ensino” remoto. *Revista Universidade e Sociedade*, ANDES-SN, p.36-49, jan. 2021.

UMA INTRODUÇÃO AOS SENSORES A FIBRA ÓTICA E APLICAÇÕES MILITARES

Professor Jesse Werner Costa¹

INTRODUÇÃO

Estamos vivendo um período de acelerada evolução em ciência e tecnologia, que acarreta grandes transformações econômicas e sociais. Num intervalo de tempo muito reduzido, historicamente falando (cerca de sete décadas), partimos dos primeiros e grandes computadores a válvula dos anos 1940 e 1950 para o estágio de largo uso de computação em rede global, onde cada vez mais sentimos os efeitos da grande transformação digital que estamos vivendo, incluindo inteligência artificial, quarta revolução industrial, internet das coisas, engenharia genética, nanotecnologia, computação quântica e tantas outras revoluções tecnológicas. As grandes economias mundiais e as Forças Armadas mais poderosas do planeta apresentam elevado grau de desenvolvimento e emprego de ciência e tecnologia. Os recentes conflitos armados internacionais revelaram o poder decisivo do emprego de diversos tipos de tecnologia, com grandes vantagens para o lado detentor das tecnologias mais avançadas [1].

Este artigo descreve uma inovação tecnológica simples, mas com grande impacto em diversas áreas econômicas e de aplicação militar, o uso de fibras óticas como sensores em controle e monitoração de processos. Os sensores a fibra ótica possuem baixo custo de fabricação e demonstram ser mais vantajosos em comparação aos seus análogos convencionais, por serem compactos, leves, à prova de explosão em atmosfera inflamável (não possuem contatos

elétricos), permitem acesso à áreas normalmente inacessíveis, potencialmente fáceis de instalar, resistentes à corrosão, resistentes à radiação, resistentes à alta pressão, suportam altas temperaturas, são independentes de fonte de energia elétrica externa e intrinsecamente imunes à interferência eletromagnética, ou seja, a luz confinada no núcleo das fibras óticas não interage com qualquer campo eletromagnético circundante. Além disso, os sensores óticos podem ser imersos inúmeros meios, tais como o concreto, águas profundas, soluções corrosivas em geral, e serem mantidos em funcionamento por tempo indeterminado.

Para entender melhor como as fibras óticas podem ser usadas para sensoriamento de grandezas físicas relevantes, precisamos rever resumidamente conceitos simples e importantes como a reflexão e a refração da luz, ou seja, como a luz se comporta quando encontra outro meio de propagação. Assim podemos entender melhor como a luz pode ser confinada em um finíssimo cilindro de vidro ou plástico, a fibra ótica, possibilitando realizar comunicação de dados, proporcionando a troca segura de informações a grandes distâncias e sensoriamento de grandezas físicas.

REFLEXÃO E REFRAÇÃO DA LUZ

Vemos os objetos porque a luz do ambiente, que pode ser a luz do sol ou de uma lâmpada, se propaga pelo ar e quando atinge um objeto é refletida pelo mesmo em várias direções, mas somente a parte da luz refletida que chega aos nossos olhos nos permite ver uma imagem do objeto. É essa propriedade de **reflexão da luz** que nos permite ver o mundo a nossa volta. Quando um raio de luz (ou feixe de

¹ Doutor em Instrumentação e Ótica Aplicada, pelo Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro – CEFET-RJ; Pós-doutorando em Instrumentação e Ótica Aplicada pelo Instituto Militar de Engenharia – IME.

luz) propagando em um determinado meio incide na fronteira com outro meio ocorre reflexão do feixe de luz, mas pode ocorrer também a **refração da luz**, que é a passagem de parte da energia luminosa do raio incidente para o outro meio. A luz refratada depende muito do ângulo que a luz incidente faz com a linha normal (perpendicular) à fronteira entre os dois meios. A Figura 1 ilustra os conceitos de luz refletida e refratada.

A luz possui velocidade de propagação constante no vácuo (cerca de 300.000 km por segundo), mas em outros meios, como o vidro, o plástico ou a água, a velocidade de propagação é menor (a luz é mais lenta na água ou no vidro). A razão entre a velocidade de propagação da luz no vácuo e a de um outro meio é chamada **índice de refração do meio** ($n = c/v$ onde c é a velocidade de propagação da luz no vácuo e v no meio considerado). No ar seco a luz se propaga com a mesma velocidade com que se propaga no vácuo, então o índice de refração do ar é unitário ($n_{ar} = 1$). O índice de refração do vidro comum tem valor 1,5. Logo, a velocidade da luz no vidro vale $v = c/1,5$ ou $v = 2c/3$. Significa que a luz propaga no vidro com velocidade igual a dois terços da velocidade no vácuo. O índice de refração dos materiais depende de sua estrutura química e física, como os tipos de átomos e moléculas de que são formados, as suas ligações químicas e sua estrutura cristalina, ou seja, a forma como estão espacialmente ordenados seus átomos ou moléculas. Vários fatores afetam estes arranjos, provocando mudanças no valor do índice de refração, ou seja, na velocidade com que a luz propaga. De forma mais superficial, podemos dizer que o índice de refração muda com a densidade do meio. Variações de temperatura e pressão alteram a densidade e, conseqüentemente, alteram o índice de refração.

Na Figura 1 (b) um raio de luz vindo da água incide na superfície de separação com o ar num ângulo θ_i em relação à linha normal à superfície e reflete com mesmo ângulo, mas refrata com outro ângulo θ_r . A chave aqui é que o ângulo de refração θ_r , além de depender do ângulo de incidência θ_i , depende também da relação entre os índices de refração dos dois meios, que passamos a chamar n_i e n_r . Existe uma

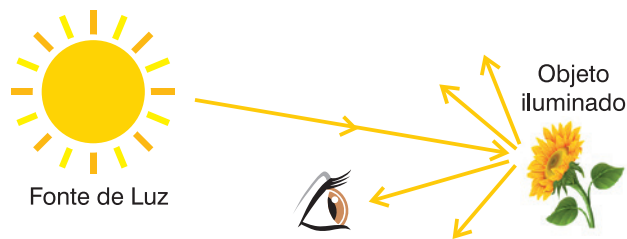


Figura 1 (a). Reflexão da luz nos objetos.

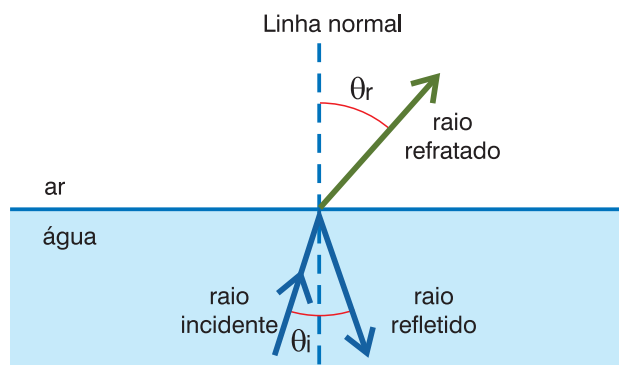


Figura 1 (b). Reflexão com refração, de um raio de luz.

relação matemática bem conhecida que mostra como o ângulo de refração θ_r varia com θ_i , n_i e n_r , que é apresentada aqui apenas por formalidade, pois não vamos fazer contas com ela. O importante é que o ângulo de refração da luz depende dos índices de refração e **entender o índice de refração de um meio é importante para entender como os sensores a fibra ótica funcionam.**

$$\text{Lei de Snell - Descartes: } \mathbf{sen\theta_r = \frac{n_i}{n_r} \cdot sen\theta_i}$$

Vamos imaginar uma situação simples, conforme mostra a Figura 2(a). Quando vemos um peixe na água é porque a luz emitida de uma fonte de luz no ambiente, sol por exemplo, atravessa a água, reflete no peixe e é reemitida na direção da superfície de separação entre a água e o ar. Ou seja, vemos o peixe porque parte da luz do ambiente refletida no peixe refrata para o ar. Mas, devido à diferença entre os índices de refração, o ângulo de refração é diferente do ângulo de incidência, o que nos faz ver o peixe no lugar errado. Podemos observar este fenômeno facilmente usando um pote com água e um lápis, como na Figura 2(b). Pela Lei de Snell-Descartes, o ângulo de refração é maior que o de incidência, pois o índice

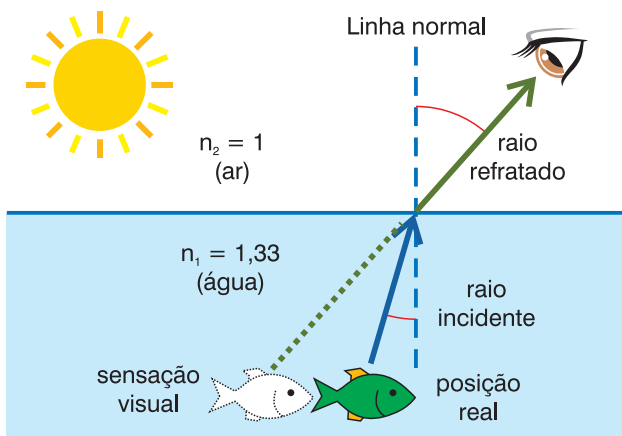


Figura 2 (a). Um raio de luz emitido por uma fonte de luz na água é refletido na superfície de separação entre os dois meios e refrata para o ar, mas devido ao ângulo de refração observamos uma imagem deslocada.

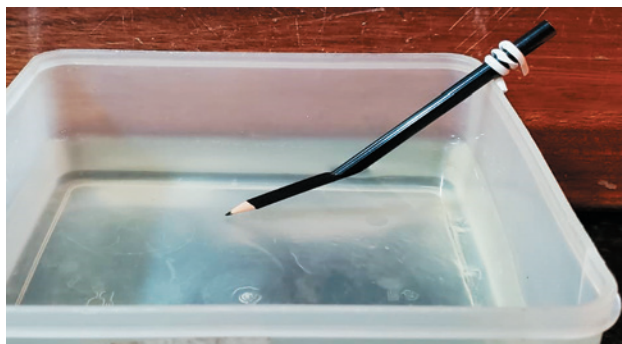


Figura 2 (b). Este efeito pode ser facilmente observado usando um lápis num pote com água.

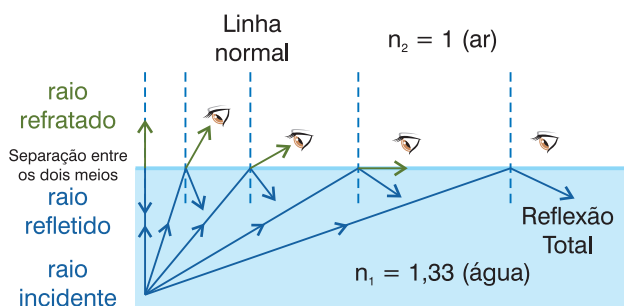


Figura 2 (c). Aumentando o ângulo de incidência da luz emitida por uma fonte laser, aumenta o de refração, até o ponto onde o ângulo de refração vale 90 graus e, a partir deste ângulo, a refração não acontece mais, ocorrendo reflexão total da luz (uma pessoa acima da água não verá o laser a partir deste ponto).

de refração da água é maior do que o do ar e isso dá a sensação visual errada como mostra a figura. Já uma fonte de luz laser emite basicamente apenas em uma direção, então se, em vez do peixe, tivermos uma fonte laser, podemos inclinar a fonte de modo a aumentar o ângulo de incidência do feixe de luz, como mostra a Figura 2(c). Se o ângulo de incidência aumentar, o ângulo de refração também aumenta (é o que diz a Lei de Snell-Descartes), até uma situação limite quando o ângulo de refração é de 90 graus. Desse ponto em diante a refração deixa de acontecer, ocorrendo reflexão total do feixe laser. Isso implica que nenhuma fração da energia transportada pela luz passa para o outro meio. Um observador acima da água (hipotético, é claro, pois não devemos olhar direto para o laser), a partir desse ponto não veria mais a luz do laser. Este ângulo de incidência que produz a refração a 90 graus é chamado de ângulo crítico ou limite.

FIBRAS ÓTICAS

Fibra ótica (ou óptica²) é um filamento flexível geralmente com espessura de alguns micrômetros³, ou seja, mais fino que um fio de cabelo, fabricado a partir de vidro ou plástico, utilizado como condutor de luz. Seu uso primário é em sistemas de comunicações (a fibra é empregada como meio de comunicação) usando luz para propagar informações. O princípio básico para a comunicação por meio de fibra ótica é utilizar no transmissor uma fonte luminosa para inserir luz em uma das extremidades da fibra e um detector de luz na outra extremidade. A modulação da luz propagada permite a transmissão das informações. A Figura 3 mostra a foto de uma fibra ótica e ilustra o conceito de sistema de comunicação empregando fibra ótica como meio de propagação da informação.

² Tradicionalmente o termo óptica se refere aos fenômenos de visão e o termo ótica aos de audição. No entanto, na língua portuguesa falada no Brasil, a palavra *ótica* é também uma variante de *óptica*. Importantes dicionários da língua portuguesa, como Aurélio e Houaiss, por exemplo, consideram *ótica* e *óptica* como palavras sinônimas.

³ Um micrômetro é um milionésimo do metro, ou seja, uma parte de um metro dividido em um milhão de partes.

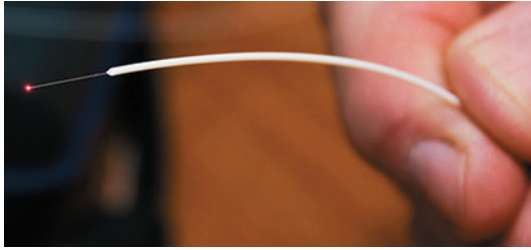


Figura 3 (a). Foto de uma fibra ótica⁴.

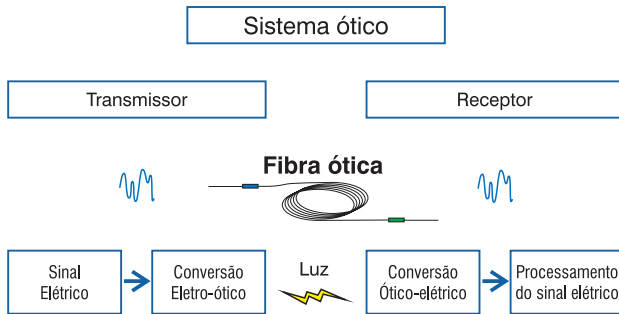


Figura 3 (b). Sistema de comunicação por fibra ótica.

A estrutura da fibra ótica é basicamente um cilindro transparente servindo como núcleo, com índice de refração representado aqui pelo símbolo n_1 , coberto por uma casca com índice de refração n_2 . A Figura 4(a) ilustra a representação dessa estrutura e apresenta valores típicos de diâmetros, indicados em μm ($1 \mu\text{m}$ é um micrômetro). No caso da fibra ótica, buscamos uma relação entre índices de refração do núcleo e da casca de modo que a maior parte da luz transferida da fonte luminosa para a fibra sofra sempre reflexão total ao longo do comprimento, de modo que a maior parte da energia transportada pela luz fique dentro do núcleo ao longo da propagação. A parte da luz transferida para a casca, quando a reflexão não é total, corresponde a uma perda de potência, pois uma parte da energia da fonte de luz recebida pela fibra no transmissor, não estará no sinal de saída no receptor. A Figura 4(b) ilustra o conceito da propagação da luz ao longo do núcleo de uma fibra ótica.

SENSORES A FIBRA ÓTICA

O estudo da propagação da luz empregando raios, como vimos até aqui, é chamado **ótica geométrica** ou

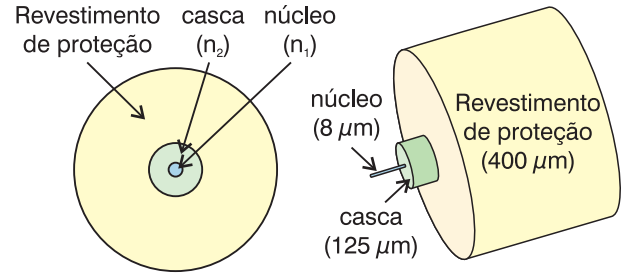


Figura 4(a). Estrutura básica de uma fibra ótica de vidro (sílica).

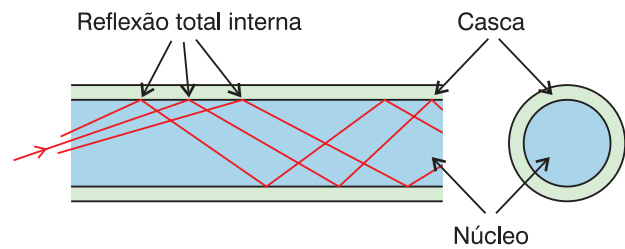


Figura 4 (b). Propagação da luz na fibra.

ótica de raio e é suficiente para explicar a reflexão da luz, a refração da luz, o comportamento de lentes e de espelhos. Outra forma de estudar a luz é através do que chamamos de **ótica física** ou **ótica ondulatória**, descrevendo a luz como **propagação de ondas** (sabemos que são ondas eletromagnéticas, ou seja, uma onda de campo elétrico propagando junto com uma onda de campo magnético). Esse é o caso quando precisamos descrever fenômenos não explicados pela ótica geométrica como a **interferência entre ondas** e a **difração da luz**, que é o desvio da trajetória retilínea da luz após ela passar pela aresta de um objeto. As ondas possuem características importantes como velocidade de propagação, amplitude, frequência, comprimento de onda e fase, que devem ser consideradas quando estudamos sensores a fibra ótica. Usamos o princípio da ótica geométrica ou da ótica física de acordo com o modelo necessário para compreender o funcionamento dos sensores. Muitas vezes escolhemos simplesmente a maneira mais fácil (geralmente a ótica geométrica) de estudar como uma grandeza física afeta um sensor. Por exemplo, quando a fibra ótica é curvada, a quantidade de energia luminosa perdida por não haver reflexão total para alguns raios, aumenta. Então a quantidade de energia recebida no final da fibra é menor. Dizemos que ocorre atenuação do sinal recebido, devido à curvatura. Assim, o

⁴ Foto por Creative Commons - "SRNL Fiber Optic Cable Installation" by Savannah River Site is licensed under CC BY 2.0.

entendimento da perda de potência no sinal recebido pode ser feito usando o princípio da ótica geométrica e pode indicar o quanto uma fibra foi curvada. Este seria um método mais simples de compreender o funcionamento de um sensor de curvatura. Outra forma seria usar a ótica física para estudar o sensor, considerando o quanto a curvatura afeta a amplitude e a fase das ondas eletromagnéticas.

Várias técnicas de sensoriamento a fibra ótica já foram propostas e desenvolvidas, sendo que vários tipos de sensores já foram comercializados e são usados amplamente em diversas aplicações práticas. Apesar das vantagens deste tipo de sensor, é preciso bom desempenho, facilidade de manutenção e baixo custo, para tornar viável sua aplicação em grande escala. Um dos obstáculos é que é necessário ter disponibilidade do sistema completo com fontes de luz, conectores, acopladores, detectores e eletrônica de detecção associada, incluindo ferramentas de software. Assim, um dos modos de tornar mais viável o uso de sensores a fibra ótica em substituição aos sensores industriais tradicionais, é empregar sensores embarcados em sistemas de comunicação por fibra ótica, que já possuem essa estrutura. A Figura 5 mostra um diagrama de blocos para um sistema básico de sensoriamento por fibra ótica. Uma fonte de luz ilumina uma das extremidades da fibra, que transmite a luz ao sensor. O princípio básico é que o elemento sensor deve modular parâmetros do sinal ótico como amplitude, frequência, comprimento de onda e fase, provocando mudanças nas características do sinal ótico, que através da fibra de recepção é guiado a um detector. Na luz transmitida, as características que forem modificadas devem ser correlacionadas com os parâmetros de interesse (temperatura, curvatura, pressão, entre outros) [2]. O detector converte o sinal de luz em sinal elétrico para ser processado de forma a podermos analisar o comportamento da variável física associada.

EXEMPLOS DE SENSOR A FIBRA ÓTICA

Para entendermos melhor os sensores a fibra ótica, vamos considerar uma característica importante da luz quando descrita como propagação de ondas: a **diferença de fase entre ondas**. Cada raio de luz pode

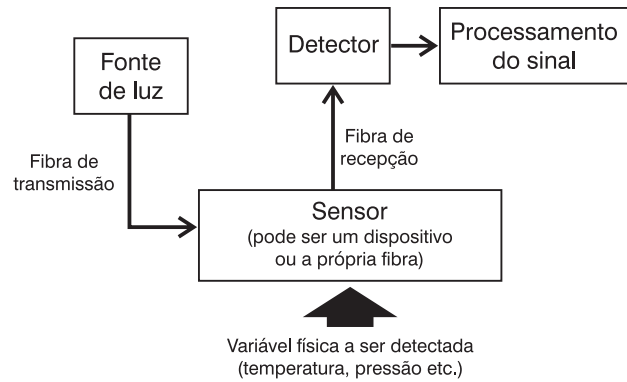


Figura 5. Sistema básico de sensoriamento por fibra ótica.

ser considerado como uma frente de onda, ou seja, uma onda se propagando no sentido do raio. Usando o modelo da ótica geométrica, quando raios de luz propagam ao longo da fibra usando caminhos de comprimentos diferentes, como na Figura 4 (b), ao se cruzarem, o fazem com diferença de fase, que chamamos de ângulo de fase. A Figura 6(a) ilustra esse conceito. No encontro das duas ondas ocorre um fenômeno importante chamado **interferência**. Quando duas ondas se interferem, dependendo do ângulo de fase, essa interferência pode ser construtiva, quando os sinais se somam produzindo um sinal maior, ou destrutiva, quando os sinais se subtraem produzindo um sinal menor ou mesmo se anulando completamente. Depois do ponto de cruzamento as ondas continuam a se propagar como se nada tivesse acontecido, como ilustram as Figuras 6 (b), (c) e (d). Podemos usar a interferência entre ondas para produzir sensores acústicos, onde a pressão exercida pelas ondas em fibras óticas pode provocar diferença de fase.

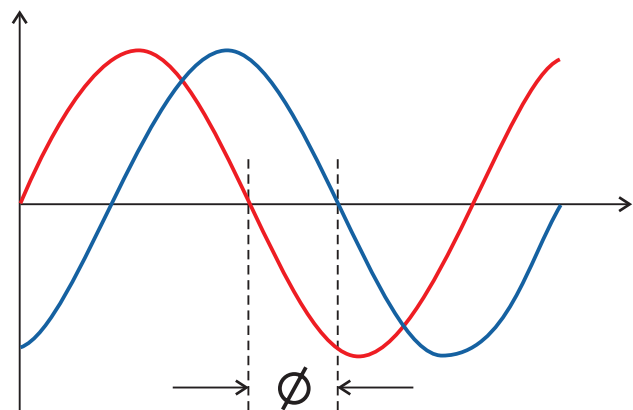


Figura 6 (a). Duas ondas cruzam com diferença de fase (os pontos de máximo e mínimo não coincidem).

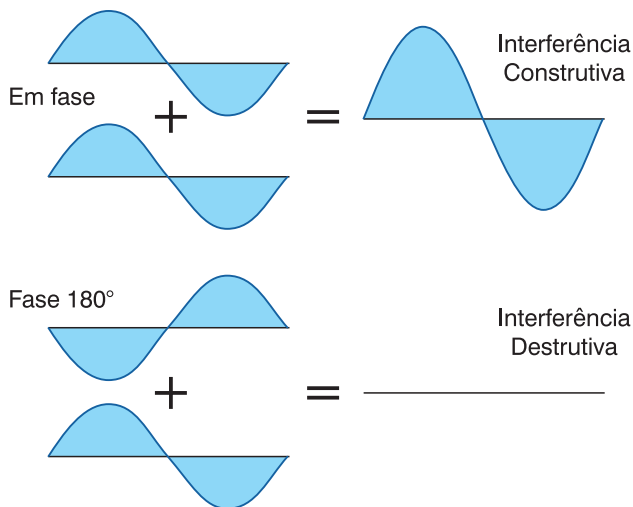
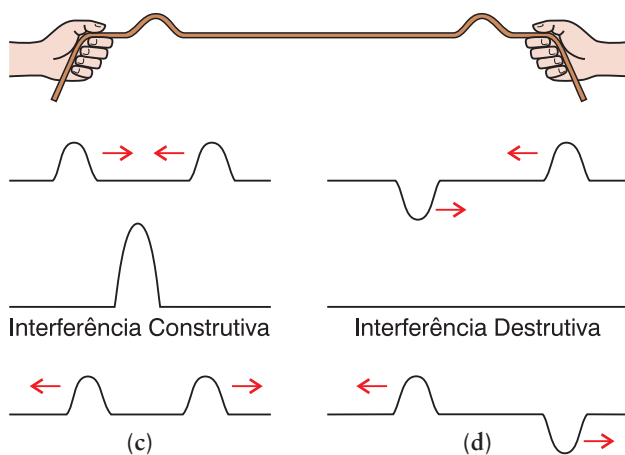


Figura 6 (b). Ondas que se cruzam se interferem, ou seja, suas intensidades (amplitudes) se somam. Dependendo do ângulo de fase, a interferência pode ser construtiva (soma das amplitudes) ou destrutiva (subtração das amplitudes).



Figuras 6 (c) e 6 (d). Exemplos de interferências construtivas e destrutivas entre pulsos (o pulso é energia que transmitimos quando agitamos uma corda, por exemplo, uma pessoa de cada lado). Os pulsos de energia se deslocam e se encontram. No encontro ocorre o fenômeno de interferência. Em seguida continuam se deslocando como se nada tivesse acontecido.

Um conceito básico de sensor acústico usando fibra ótica operando por interferência, está ilustrado na Figura 7(a). A luz emitida pela fonte é dividida em dois caminhos por um acoplador ótico. Num dos caminhos uma fibra ótica enrolada em um carretel opera como sensor primário das ondas acústicas (fibra sensor). No outro temos o mesmo tipo de fibra ótica também enrolada em um carretel, que geralmente está acusticamente isolada, ou seja, não

está exposta às ondas de pressão (fibra de referência). Se não ocorrem ondas acústicas, a luz propaga igualmente pelos dois caminhos e o detector recebe dois sinais óticos em fase. Quando ocorrem ondas acústicas, a variação de pressão contrai e expande o carretel, causando deformações no comprimento da fibra que opera como sensor. As deformações produzem alterações no índice de refração da fibra, fenômeno conhecido como efeito fotoelástico (alterações na estrutura interna da fibra produzem alterações na forma com que as ondas luminosas propagam). Como vimos anteriormente, o índice de refração está relacionado com a velocidade da luz no meio. Mas este efeito ocorre somente no lado sensor. Como a fibra de referência não sofre nenhuma alteração, no reacoplamento os dois sinais óticos apresentam diferença de fase e a interferência entre as ondas produz sinais diferentes no detector. As variações no índice de refração são muito pequenas, mas o resultado no detector é visível, pois este sensor possui sensibilidade muito alta. Este método de sensoriamento é conhecido como interferômetro Mach-Zehnder e o dispositivo sensor é conhecido como **hidrofone interferométrico a fibra ótica**, possuindo ampla utilização como sonar e detector sísmico [3,4]. Na Figura 7(b) temos outro exemplo de sensor a fibra ótica por interferência. Dessa vez, em vez da luz ser transmitida diretamente da fonte até o detector, uma outra técnica é utilizada. A luz emitida pela fonte é transferida para o sensor através de uma fibra e é refletida por uma película de ouro depositada na ponta do sensor [5]. A luz refletida propaga de volta pela fibra e é separada da luz emitida pela fonte por um dispositivo de acoplamento chamado **circulador**. A luz refletida separada pelo circulador propaga até o detector (neste caso um analisador de espectro ótico ou Optical Spectrum Analyzer - OSA), onde o sinal luminoso é analisado. Este tipo de sensor foi empregado num experimento para medir a vazão de um fluido que, ao passar pelo sensor força o mesmo a se curvar, o que promove diferença de fase entre as ondas componentes da luz, como foi descrito anteriormente. A Figura 7 (c) mostra o esquema do experimento, com o sensor dentro de um tubo onde o fluido é ar em movimento.

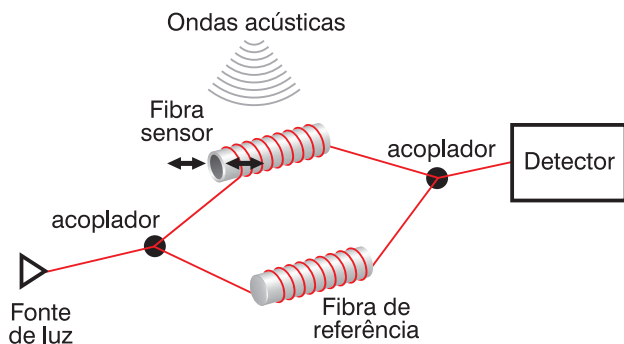


Figura 7 (a). Estrutura de um sensor acústico por deslocamento de fase (hidrofone).

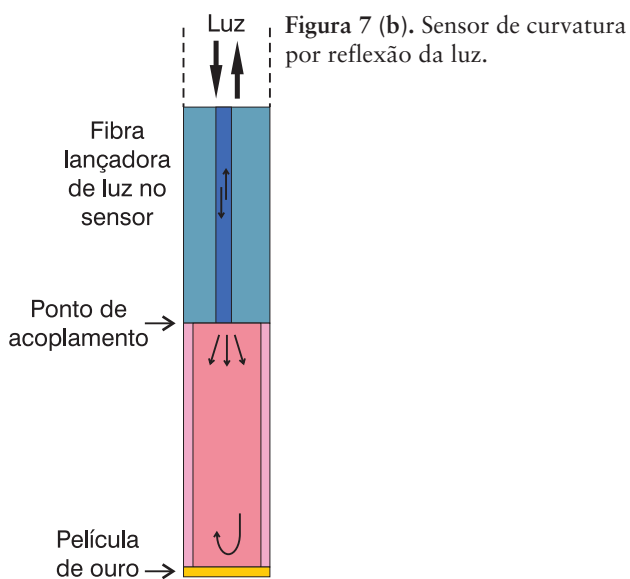


Figura 7 (b). Sensor de curvatura por reflexão da luz.

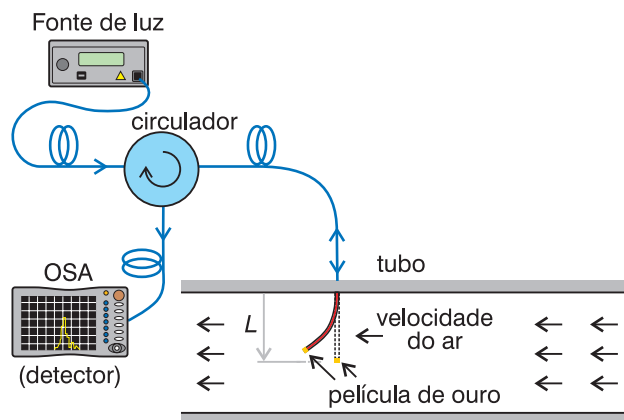


Figura 7 (c). Esquema do teste do sensor de vazão em túnel de vento. A curvatura do sensor devido ao fluxo de ar produz diferenças de fase nas ondas luminosas, cujos efeitos são investigados por um analisador de espectro ótico (OSA).

O experimento do sensor a fibra ótica por reflexão como sensor de vazão foi realizado na Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, em Campinas-SP, empregando o túnel de vento de um dos laboratórios da faculdade de engenharia mecânica. O sensor foi confeccionado em bancada ótica do Instituto Militar de Engenharia - IME, no Rio de Janeiro-RJ, e o teste revelou excelente comportamento do disposto como sensor de vazão e anemômetro [5]. A Figura 8 (a) mostra a montagem do experimento. No primeiro plano encontram-se a fonte de luz, o detector (analisador de espectro ótico) e o equipamento de medida da velocidade do ar por diferença de pressão. Em segundo plano o túnel de vento com um tubo de acrílico na câmara de teste, onde está instalado o sensor. Na Figura 8 (b) a foto mostra o detalhe da montagem do tubo na câmara de teste.

APLICAÇÕES DE SENSORES A FIBRA ÓTICA

Em aplicações nas áreas de petróleo e gás, produtos químicos em geral e transporte de material inflamável, os sensores a fibra apresentam a vantagem de serem

Figuras 8. Sensoriamento de vazão por reflexão da luz.



Figura 8 (a). Foto do experimento em túnel de vento na UNICAMP.

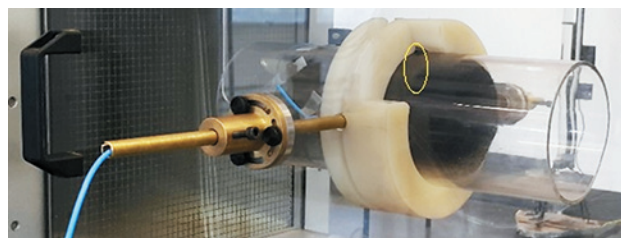


Figura 8 (b). Detalhe do sensor montado num tubo de acrílico dentro da câmara de teste (a elipse amarela mostra a posição do sensor dentro do tubo).

incorporados às diretrizes de segurança intrínseca a baixo custo, quando comparados aos sensores convencionais elétricos empregados hoje. Essa característica é vital para a segurança de processos industriais envolvendo produção, transporte e armazenagem dos mencionados produtos [6]. Por serem resistentes a temperaturas extremas, alta pressão e corrosão, os sensores a fibra ótica são muito empregados em medida de temperatura e pressão em poços de petróleo, onde sensores comuns não poderiam ser utilizados. A Figura 9 (a) mostra uma aplicação de sensores a fibra ótica em SAGD – *Steam Assisted Gravity Drainage* (drenagem por gravidade assistida a vapor). Os cabos indicados na figura são formados por fibra ótica com sensores distribuídos, ou seja, ao longo da fibra exist-

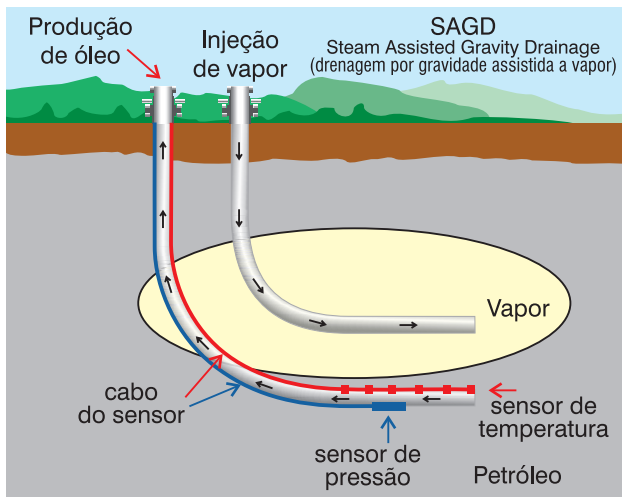


Figura 9 (a). Uso de sensores a fibra ótica em produção de petróleo.

Figura 9 (b). Sensoriamento de corrente elétrica em uma subestação [7].



tem estruturas muito pequenas e espaçadas que operam como sensores, para indicar temperatura e pressão ao longo dos cabos [2,4]. Na área de geração e transmissão de energia elétrica, como outro exemplo, existem máquinas, subestações e linhas de transmissão operando com potências muito elevadas (frequentemente quilowatts ou megawatts), exigindo o emprego de alta tensão (dezenas ou centenas de quilovolts) e correntes elétricas da ordem de milhares de ampères. Nestes casos, a imunidade à interferência eletromagnética é fundamental para realizar comunicações e sensoriamento com segurança e confiabilidade [7]. A Figura 9 (b) mostra um exemplo de sensoriamento de corrente elétrica empregando sensor a fibra ótica em uma subestação.

Figuras 10. Crescimento do mercado de sensores a fibra ótica

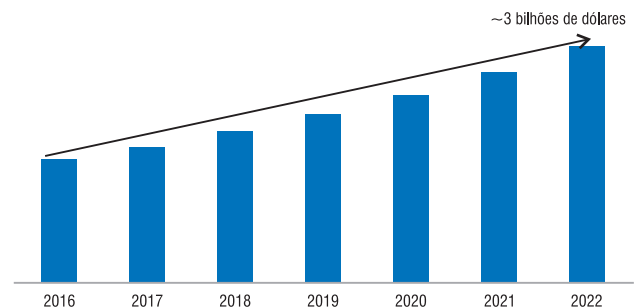


Figura 10 (a). Receitas globais com previsão até 2022 [8].

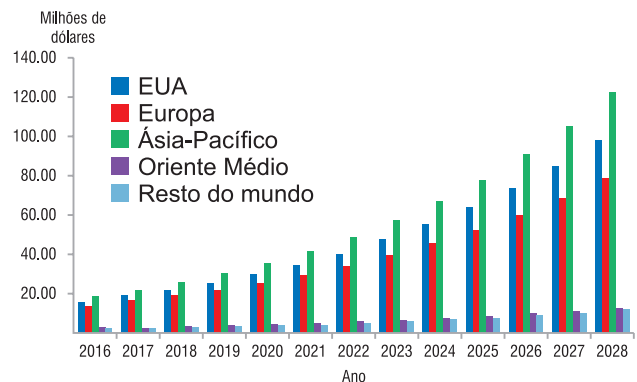


Figura 10 (b). Previsão do comportamento do mercado de sensores distribuídos a fibra ótica na indústria, por região global, no período 2016-2028 [9].

Veículos de mídia especializados em análise de mercado mostram o crescente aumento dos investimentos em sensores a fibra ótica, além de realizarem projeções para o futuro. A Figura 10 apresenta em (a) a previsão do crescimento dos investimentos globais na área de sensores a fibra ótica [8] e em (b) projeções para negócios no mercado de sensores distribuídos a fibra ótica na indústria, por região do mundo, até 2028 [9].

APLICAÇÕES MILITARES DE SENSORES A FIBRA ÓTICA

Na área militar também é crescente a aplicação de sensores a fibra ótica. Como exemplo, os submarinos nucleares norte-americanos Classe Virgínia empregam como sonar, sensores a fibra ótica em conjuntos de hidrofones colocados na lateral do casco. Os hidrofones foram desenvolvidos pela empresa Northrop Grumman Corp [10]. e, em vez dos tradicionais transdutores cerâmicos, operam por pressão diferencial em sensores a fibra ótica [11, 12], como descrito na Figura 7 (a). A Figura 11 mostra imagens do conjunto de hidrofones e do submarino. A mesma empresa, desenvolveu um sistema de vigilância antiespionagem e antiterrorismo, empregando sensores acústicos a fibra ótica, a serem posicionados na entrada de portos com objetivo de estabelecer um perímetro de monitoração do porto, acoplado a um sistema de controle de vigilância em terra, com capacidade de detecção de possíveis atividades de invasão, como entrada de mergulhadores e veículos submarinos estranhos [11, 13]. Testes reais foram realizados para comprovar a detecção de ameaças potenciais, em Port Hueneme, na Califórnia, EUA. Nos testes, pequenas embarcações entrando na área monitorada foram detectadas e rastreadas, bem como mergulhadores empregando dispositivos de propulsão operados por bateria. A Figura 12 mostra o local de testes.

Na área aeroespacial existem várias aplicações de sensores a fibra ótica, como sensores de temperatura, sensores de tensão mecânica e também giroscópios óticos. Como exemplo, sensores de rotação foram instalados em unidades da família de foguetes norte-americanos Delta Rocket [14]. Sensores elétricos e óticos para medida de temperatura

Figuras 11. Submarino nuclear norte-americano Classe Virgínia.



Figura 11 (a). Detalhe de um conjunto de hidrofones (repare uma pessoa colocada acima e à direita, para indicar noção de tamanho) [11].



Figura 11 (b). Localização dos 6 hidrofones (3 de cada lado do casco) [11].



Figura 12. Sistema de vigilância antiespionagem e antiterrorismo, empregando sensores (submersos) acústicos a fibra ótica em Port Hueneme, Califórnia – EUA [11].

e tensão foram incorporados à superfície do tanque de hidrogênio de unidades do projeto Delta Clipper, da força aérea norte-americana. Os sensores elétricos não sobreviveram aos testes, mas todos os sensores a fibra ótica funcionaram e passaram a ser empregados nos testes posteriores [14]. Sensores óticos distribuídos são empregados para monitorar

corrosão e deformação de asas e juntas em aviões. A integridade estrutural dos tanques de combustível dos ônibus espaciais também foi monitorada por sensores a fibra ótica instalados na superfície dos tanques para mapear as tensões. Os sensores óticos são ainda utilizados em veículos lançadores de naves espaciais, em missões para a lua, em todos os veículos lançados para Marte e também são usados em satélites para posicionamento e rastreamento [14].

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Além de serem largamente empregadas em sistemas de comunicação como sendo o meio de comunicação, as fibras óticas também são empregadas em controle e monitoração de processos como sensores das mais diversas grandezas físicas como pressão, vibração, curvatura, temperatura, umidade, pH, campos elétricos e magnéticos e muito mais. Propriedades importantes da luz como reflexão, refração e interferência são fundamentais para o funcionamento dos sensores óticos. O modo como as grandezas físicas mencionadas afetam essas propriedades e os índices de refração dos meios em que a luz se propaga, define o comportamento e desempenho dos sensores. Existe um número muito grande de tipos de sensores a fibra ótica e este artigo abordou, de forma introdutória, apenas dois tipos básicos: interferência entre ondas devido à pressão acústica em fibra, com aplicação como hidrofone, e interferência entre ondas devido à curvatura da fibra provocada pelo fluxo de ar em movimento, no exemplo do sensor testado no túnel de vento. Neste último caso, a curvatura da fibra resulta numa variação de potência luminosa medida, permitindo empregar este dispositivo como sensor de vazão e anemômetro. A abordagem neste artigo é feita de modo superficial, devido à complexidade do assunto, uma vez que o objetivo aqui é apenas apresentar uma introdução a este importante e instigante tema. Vantagens importantes dos sensores a fibra foram abordadas ao longo do texto e foi apresentado um quadro resumido dos investimentos globais realizados na área, com projeções para os próximos anos, divulgadas em periódicos internacionais especializados em comportamento dos mercados mundiais. No

plano global o Brasil é um investidor ainda muito tímido, mas é importante para nosso desenvolvimento investir mais em ciência e tecnologia, uma vez que este tema é de reconhecida importância estratégica. Exemplos de aplicações em áreas civis e militares foram apresentados, bem como suas vantagens em relação aos métodos convencionais. Além das aplicações em segurança mencionadas, existem muitas outras, inclusive com empresas especializadas em detecção de intrusão por sensores a fibra ótica. A bibliografia indicada, além de compreender as referências empregada no texto, permite aprofundamento do estudo em diversos tópicos deste amplo e relevante assunto.

REFERÊNCIAS

- [1] LODI, CLÁUDIA Q. e COSTA, JESSE W. Os desafios da formação de Oficiais de Marinha diante das constantes inovações tecnológicas. *Revista de Villegagnon*, v. IX, n. 9, p. 84-88, 2014.
- [2] KROHN, D; MacDOUGALL, T.; MENDEZ, A. *Fiber Optic Sensors – Fundamentals and Applications*. USA: SPIE PRESS; 2014. p. 21-24 e 287-284.
- [3] KIRKENDALL, CLAY K. e DANDRIDGE, ANTHONY. Overview of high performance fibre-optic sensing. *J. Phys. D: Appl. Phys.* v. 37, p. 197-216, 2004.
- [4] BALDWIN, CHRISTOPHER S., Brief history of fiber optic sensing in the oil field industry, SPIE SENSING TECHNOLOGY + APPLICATIONS, In: Proc. SPIE v. 9098, *Fiber Optic Sensors and Applications XI*, p. 909803, 2014.
- [5] COSTA, JESSE W., FRANCO, MARCOS A., SERRÃO, VALDIR A., CORDEIRO, CRISTIANO M. E GIRALDI, MARIA T. R., Macrobending SMS fiber-optic anemometer and flow sensor. *Optical Fiber Technology*, v. 52, p. 101981, 2019.
- [6] KERSEY, A. D. Optical fiber sensor for permanent downwell monitoring applications in the oil and gas industry. *IEEE Transaction Electronics: Special Issue on Optical Fiber Sensors*, v. E83-C, n.3, p. 400-404, 2000.
- [7] Bohnert, K., Gabus, P., Kostovic, J. e Brandle, H. Optical fiber sensors for the electric power industry. *Optics and Lasers in Engineering*. v. 43, p. 511-526, 2005.

- [8] MARKET RESEARCH FUTURE. **Fiber Optic Sensor Market Research Report- Forecast to 2022**. Disponível em: <<https://www.marketresearchfuture.com/reports/fiber-optic-sensor-market-2514>>. Acesso em 12 set. 2019.
- [9] VISIONGAIN. **Distributed Fibre Optic Sensing (DFOS) Market Report 2018-2028**. Disponível em: <<https://www.visiongain.com/report/distributed-fibre-optic-sensing-dfos-market-report-2018-2028/>>. Acesso em 12 set. 2019.
- [10] USS MISSOURI VIRGINIA CLASS SUBMARINE COMMISSIONING COMMITTEE. **About the Virginia Class Submarines**. Disponível em: <http://www.ussmissouri-submarine.org/virginia_class.html>. Acesso em 02 out. 2021.
- [11] NORTHROP GRUMMAN. **Navigation Systems - Fiber-Optic Acoustic Sensors (FOAS)**. Disponível em <<https://www.yumpu.com/en/document/view/8806595/fiber-optic-acoustic-sensors-foas-northrop-grumman->>. Acesso em 02 out. 2021.
- [12] MENG, ZHOU. CHEN, WEI. WANG, JIANFEI. HU, XIAOYANG. CHEN, MO. e ZHANG, YICHI. Recent Progress in Fiber-Optic Hydrophones. **Photonic Sensors**, v. 11, n. 1, p. 109–122, 2021.
- [13] BICK, E.T. e BAROCK, R.T. CENTURION Harbor Surveillance Test Bed. IEEE OCEANS 2005 MTS/IEEE - Washington, DC, USA (18-23 Sept. 2005). **Proceedings of OCEANS 2005 MTS/IEEE**, 2005.
- [14] (71) UDD, E.; SCHEEL, I. U. Mars or bust! 40 years of fiber optic sensor development, In: Commercial + Scientific Sensing and Imaging, 2017, Anaheim-CA-USA. Anais, **Fiber Optic Sensors and Applications XIV**, SPIE v. 10208, n. 2, p. 1-10, 2017.

O PRÊMIO ELEAZAR TAVARES

Capitão de Mar e Guerra (Ref) Pedro Gomes dos Santos Filho¹

O Prêmio Eleazar Tavares foi instituído em 1940 pelo Capitão de Fragata, Professor Catedrático da Escola Naval, Álvaro Alberto da Motta e Silva.

Esse tradicional e importante prêmio homenageia um Oficial de Marinha de escol, que merece ser conhecido pelas gerações mais jovens. Quem foi Eleazar Tavares? Qual a sua história? Qual o seu legado? Essas são as perguntas que o presente artigo pretende responder.

Eleazar Tavares, filho de Eliezer Coutinho Tavares e Claudina da Silva Tavares, nasceu em 21 de março de 1886, no Rio de Janeiro. Teve praça de aspirante em 1900, sendo declarado guarda-marinha aluno em 1903 e guarda-marinha confirmado no ano seguinte. Em 1906, promovido a segundo-tenente, embarcou com outros 37 componentes da sua turma no Navio-Escola *Benjamin Constant*, iniciando a sua viagem de instrução.

Nos primeiros postos da carreira, embarcou nos Encouraçados *Riachuelo* e *Aquidabã* e na Corveta *Trajano*. Serviu também no Encouraçado *Deodoro*. Em 1908, comandou o Rebocador *Audaz*, comissão esta em que foi louvado após ter efetuado um salvamento de 15 homens que se encontravam em uma embarcação amarrada, cerca de 20 milhas da costa do Rio de Janeiro.

Em 1910, primeiro-tenente, embarcou novamente no NE *Benjamin Constant*, a fim de realizar mais uma viagem de instrução, desta feita sob o comando do Capitão de Corveta Filinto Perry, atualmente Patrono da Força de Submarinos. Nessa viagem, serviu com o Segundo-Tenente Álvaro Alberto da Motta e Silva, responsável, anos mais tarde, por instituir o prêmio que o homenageia.

Ainda primeiro-tenente, apresentou um virtuoso trabalho intitulado “Marinharia”, alvo de elogio do Ministro da Marinha. Além dos valiosos conhecimentos sobre a arte do marinheiro proporcionados pelo

trabalho, é creditada ao autor a criação da palavra “marinharia”, eternizada na linguagem de bordo.

Participou ativamente do grupo batizado informalmente “Arquiduques”, composto por abnegados oficiais especializados em artilharia, nascido no Encouraçado *São Paulo*, no início da década de 1920.²

Os conhecimentos sobre a artilharia foram aperfeiçoados durante a modernização do navio, ocorrida no período de 1918 a 1920, no Arsenal de Marinha de Brooklyn, New York. Durante o período, foi instalado um sistema de Direção de Tiro no estado da arte, na época denominado *fire control*, e adotada uma nova organização a bordo, que se tornou referência na MB.

Na opinião do Almirante Carlos Penna Botto, um dos arquiduques, Eleazar Tavares era o verdadeiro iniciador do grupo dos grãos-duques na Marinha.

O Almirante Harold Reuben Cox, também arquiduque de renome, considerava Eleazar seu grande Mestre. Sobre ele, o Almirante escreveu ao transmitir o Comando do 3º Distrito Naval:

“No início da minha carreira tive a felicidade de embarcar no Encouraçado São Paulo e então ser orientado por um oficial que para mim simbolizava toda a Marinha do Brasil – o Comandante Eleazar Tavares”.

“Imitá-lo era impossível, mas obedecer ao que ele ensinava e aos exemplos que dava sobre o que era ser um Oficial de Marinha e tomá-lo como exemplo e como padrão foi sempre o que procurei da melhor maneira possível, dentro das minhas possibilidades, durante toda a minha carreira”.³

¹ Doutor em Política e Estratégia pela Escola Superior de Guerra.

² Recomenda-se a leitura do artigo “Os Arquiduques”, publicado na 2ª edição da Revista de Villegagnon.

³ CRUZ, Augusto Lopes da, *O Almirante Harold R. Cox um no-*

A influência de Eleazar sobre as novas gerações também foi marcante. Em cada visita ao encouraçado realizada por turmas de aspirantes, a instrução sobre a artilharia de bordo, com suas baterias principal, secundária e antiaérea, seus calculadores mecânicos e elétricos e demais equipamentos, ministrada por Eleazar, impressionava os jovens, promovendo o entusiasmo com a especialidade ligada ao armamento. É do então Aspirante Levy Aarão Reis, que participou de uma dessas instruções em 1926, o registro a seguir:

“O acaso favorecia-nos, pondo-nos em contato com a fascinante personalidade de um oficial que em curta carreira (faleceu quatro anos depois, subitamente) exerceu tão profunda influência na Marinha de sua época, e que havia concorrido tanto para elevar o São Paulo ao alto grau de eficiência que se nos revelava em tudo”.⁴

Ainda com relação ao Ensino Naval, Eleazar era entusiasta da premente necessidade da construção de um Navio-Escola (NE), para suprir a falta de um navio desse tipo, após a baixa do NE *Benjamin Constant*, em 1926. Pelo projeto, o navio levaria o nome de NE *Ipiranga*. O desejo do grande oficial só iria se concretizar em 1934, com a aquisição do NE *Almirante Saldanha*.

Em 1922, Eleazar Tavares servia no Departamento de Artilharia do São Paulo, quando o navio abriu fogo contra o Forte de Copacabana, por ocasião do episódio conhecido como “Revolta dos 18 do Forte”.

Dois anos depois, um pequeno grupo de jovens oficiais do *São Paulo*, auxiliados por alguns marinheiros, sequestraram o navio e chegaram a abrir fogo contra a lancha conduzindo o Ministro da Marinha, Almirante Alexandrino, que se dirigia ao navio para negociar. Após os tiros, o navio suspendeu com destino ao Uruguai, a fim de solicitar apoio político e foi perseguido pelo navio irmão *Minas Gerais*. Ao saber da revolta, Eleazar se apresentou prontamente ao Almirante e se colocou à disposição para se opor

tável oficial da Marinha do Brasil (1892 – 1967) lembrado por seus amigos, colegas e admiradores. Rio de Janeiro, Gráfica Ed. Do Livro, 1973.

⁴ Idem.

aos revoltosos no que fosse necessário. O mesmo tipo de atitude havia sido tomada por Eleazar em 1910, quando do levante do Cruzador *Rio Grande do Sul*, ocasião em que

marinheiros revoltados chegaram a matar um oficial do navio. Ele e alguns companheiros, ao tomarem conhecimento do ocorrido, guarneceram uma lancha e foram a bordo oferecer ajuda no que fosse necessário.

Promovido a Capitão de Corveta em 1925, assumiu as funções de Oficial de Tiro da Esquadra e, dois anos depois, foi convidado pelo Ministro da Marinha, Almirante Arnaldo Pinto da Luz, para servir no seu gabinete.

Eleazar Tavares também era muito ligado ao esporte. Fez parte da diretoria da Liga de Esportes da Marinha, fundada em 1915, ficando responsável por dirigir os “Serviços de Vela”. Em 1931, pouco tempo após o seu prematuro falecimento, o Campo de Atletismo da então Escola de Coqueiros, sede que antecedeu as atuais instalações da Escola de Aprendizes-Marinheiros de Santa Catarina, recebeu o seu nome, em reconhecimento a sua grande contribuição em prol do esporte na Marinha do Brasil.

Reconhecido por mais antigos, colegas e subordinados como um verdadeiro líder, muitos deixaram registrados elogios ao oficial. “Crença” e “fogo sagrado” são palavras presentes nos elogios e comentários sobre Eleazar, que bem traduzem algumas das suas qualidades.

Características do oficial, da sua liderança e das suas virtudes podem ser encontradas nas palavras daqueles que serviram ao seu lado, Capitão de Mar e Guerra Fernando Saldanha da Gama, ou foram seus superiores, Almirante Frederico Villar, registradas no livro “O Almirante Harold R. Cox, um notável Oficial de Marinha (1892 – 1967) lembrado por seus amigos, colegas e admiradores”.



CT Eleazar embarcado no Encouraçado São Paulo, em 1921

“Eleazar Tavares, com seu metro e noventa (ou próximo) excelente aspecto, uniformes impecáveis, foi o tipo de ‘leader’ mais completo que conheci. ... Eleazar serviu dois anos em um encouraçado na Marinha Americana, logo depois da primeira guerra mundial. Creio que em 1919 e 1920. Deixou lá uma impressão admirável. Todos os oficiais americanos que chegavam ao Brasil para a Missão Naval, perguntavam por ele. Sei de um chefe da Missão que, ao chegar disse a um amigo meu: ‘Quero primeiro conhecer esse Tavares, que deixou tanto nome na Marinha Americana’”.

“Um perfeito oficial de Marinha... um técnico, um ‘gentleman’, um ‘leader’ na verdadeira acepção desses ternos. Mais que tudo, distinguia-o um grande, um ardente, um profundíssimo amor pela Marinha”.

Lamentavelmente, a morte chegou cedo para o brilhante oficial. Ainda Capitão de Corveta, faleceu em 19 de setembro de 1930, por morte súbita, “dentro de um automóvel, bem em frente à estátua do glorioso Almirante Barroso”.⁵

Em artigo publicado na Revista Fon-Fon, fruto de reportagem sobre o enterro de Tavares, o jornalista Mario Poppe ficou impressionado com a quantidade de autoridades militares e marinheiros que compareceram. Poppe não tinha vínculos com a Marinha, nem qualquer laço parental com Eleazar, mas foi inspirado nas suas precisas palavras:

“Eleazar Tavares era um oficial que faria honra a qualquer Marinha de elite, e disto deu provas quando esteve em cruzeiro de guerra, embarcado em um dos mais possantes navios da Esquadra norte-americana.

Era, positivamente, um vulto de exceção, um animador de energias que soube se impor à estima da sua classe, superiores e inferiores. Toda a sua vida foi consagrada à Marinha, que imaginara, não como aí está, mas como

deverá ser. A Marinha digna do Brasil, forte, possante capaz de impor respeito alheio ao que é nosso. E, para realizar o seu sonho, não descansou um dia, não esmoreceu um instante, estudando, trabalhando, espalhando lições de patriotismo no seio da sua classe, entre oficiais e praças, que o respeitavam.

Eis a razão por que os funerais desse oficial moço tiveram uma imponência nunca vista entre nós; eis o motivo por que até hoje nunca um oficial de patente intermediária recebeu, depois de morto, as homenagens a que tinha direito, e a que, pela sua modéstia, sempre se esquivara em vida”.⁶

Ao final do artigo, o jornalista arrematou:

“Quando se escrever a história da Marinha do Brasil no futuro, nela o nome de Eleazar Tavares há de aparecer como nobre exemplo militar”.⁷

E assim foi feito. Dez anos após a sua morte, foi instituído o prêmio que eterniza seu nome e que “destina-se a premiar o Aspirante que, durante o Ciclo Escolar, melhor tenha demonstrado crença profissional, entusiasmo e amor à Marinha; lealdade militar; habilidade e desenvoltura marinheiras e máxima aptidão para o Oficialato”.⁸

REFERÊNCIAS

BRASIL. Diretoria Geral do Pessoal da Marinha. Publicação DGPM-102 Normas sobre concessão de Prêmios Escolares, 4ª Rev. Rio de Janeiro, 2013.

CRUZ, Augusto Lopes da. *O Almirante Harold R. Cox um notável oficial da Marinha do Brasil (1892 – 1967) lembrado por seus amigos, colegas e admiradores*. Rio de Janeiro, Gráfica Ed. Do Livro, 1973.

POPPE, Mário. “Comandante Eleazar Tavares”. *Revista Marítima Brasileira*, v. 112, jul. / set. 1992, p. 247/250.

⁶ Idem.

⁷ *Ibidem*.

⁸ DGPM-102 Normas sobre concessão de Prêmios Escolares.

⁵ *Revista Marítima Brasileira*. V. 112, jul. / set. 1992.

AS VIRTUDES

A virtude também é uma arte.

Eis porque ela tem duas espécies de discípulos: os que a praticam e os que a admiram.

Marie von Ebner-Eschenbach

Capitão de Mar e Guerra (Ref-FN)

Paulo Roberto Ribeiro da Silva¹

INTRODUÇÃO

À exceção dos seres humanos, os demais seres vivos são basicamente governados pelos instintos e, portanto, são incapazes de voluntariamente alterarem os seus desígnios, que os miseravelmente escraviza.

Assim como os animais ditos racionais (nós), alguns dos demais animais também se estruturam socialmente; como é o caso das abelhas, a maioria dos primatas etc. Este convívio grupal se estabelece pela necessidade de proteção da espécie e, até mesmo, pelas vantagens advindas do compartilhamento de capacidades, dentre outros fatores, no que torna esse viver coletivo em algo compensatório.

O que é maravilhoso é que esta característica social quase que exclusivamente própria dos humanos está permanentemente sob a tutela de sua racionalidade, o que os liberta dos grilhões do instinto, permitindo que alcem patamares infinitos e possivelmente mais nobres, não só pela complementaridade de saberes, mas, sobretudo pela busca de melhores condições para se aperfeiçoarem, inovarem; em suma, ultrapassarem os limites impostos pela natureza e prosseguirem em direção ao desconhecido com menos incertezas.

Neste trabalho, inicialmente, demonstraremos uma realidade que nos passa frequentemente despercebida, pois sua presença em nosso cotidiano a torna natural e quase determinística, que é a tendência das estruturas sociais se desagregarem com o

tempo, caso não haja uma intencionalidade de a ela se contraporem.

Em seguida, seremos apresentados aos instrumentos morais/virtuosos (princípios, valores e virtudes) que permitirão nos fortalecer neste embate contra essa tendência desagregadora que diuturnamente vem solapando, denegrindo mesmo, a excelência do viver gregário.

Como o Ser humano vive em coletividade e deve procurar racionalmente estender ao geral as benesses de sua individualidade, nada mais lógico que disseminar, no seio de seus relacionamentos, a prática dos instrumentos morais/virtuosos cultivados no seu particular; ou seja, consigo mesmo. Portanto, se faz necessária uma imersão nas organizações/instituições na busca do “modus operandi” destes predicados subjetivos no viver social.

Para operacionalizar esse nobre propósito, instituem-se Códigos de Ética, dentre outros recursos criativos, de formas a facilitar as decisões, o bem-estar e consequentemente criar condições, a fim de motivar seus profissionais e gerar uma espiral virtuosa.

Prosseguindo na apresentação do tema e particularizando-o no ambiente castrense (militar), veremos como a Marinha do Brasil (MB), as demais Forças Singulares brasileiras, e as Forças Armadas de algumas nações amigas instrumentalizam os seus códigos comportamentais. Neste particular, apresentaremos a Rosa das Virtudes da MB, que é a figura sintetizadora dos mais elevados modos de procedimento no ambiente militar-naval, comparando as virtudes nela

¹ Doutor em Ciências Navais pela Escola de Guerra Naval.

elencadas com as constantes no rol das demais Forças nacionais e de algumas Forças de nações amigas.

Por fim, apresentaremos as considerações finais, ressaltando o denodo exigido de todos para o estabelecimento de procedimentos simples e eficazes, não só para criarem uma ferramenta prática, mas sobretudo persistirem na tarefa hercúlea de rotineiramente insistirem, não esmorecerem e de a efetivarem, de modo a transformarem para o bem as mentes e corações das pessoas envolvidas neste processo, sejam elas quais forem: líderes ou liderados.

ENTROPIA SOCIAL

Tudo no universo está relacionado por um liame que interconecta as partes, fazendo com que uma ação ocorrendo em um setor naturalmente se reflita em algum outro do todo. Mesmo que não tenhamos ainda conhecimento e/ou sensibilidade de percebê-lo e explicá-lo, este fato se dá cotidianamente.

Após uma breve análise, podemos identificar surpreendentemente um nexos entre a 2ª Lei da Termodinâmica (um conceito originário da Física) e um conceito da Administração e Psicologia Social. Quando se estuda a referida Lei, constatamos que o universo caminha em uma só direção, a seta do tempo e dos acontecimentos sempre apontam para o futuro; ou seja, da ordem e da normalidade para a desordem e o caos. Espontaneamente é impossível reverter esta tendência, que se denomina aumento da entropia universal, que numa simplificação quase exagerada pode ser definida como a forma de medir o grau de desorganização de um sistema, segundo afirma o professor Carlos Alberto de Faria.

De forma análoga à entropia universal, podemos reconhecer a existência de uma entropia social, apontando para a anarquia, o que semelhantemente demandará uma intervenção voluntária (artificial) caso haja interesse em estagnar ou reverter o processo, pois automaticamente isto seria impossível.

“O tempo, sobretudo, é destrutivo”.
Aristóteles

Aristóteles propalava há mais de dois milênios que o Homem é por natureza um animal social. No en-

tanto, este viver em coletividade, tão oportuno e fundamental, impõe inúmeros cerceamentos às liberdades individuais, criando assim pontos de fricção, que devem ser mitigados por normas, regulamentos, códigos etc. compactuados coletivamente.

Esse corpo de instruções comportamentais se constitui no modo estabelecido pela estrutura social para atuar no processo como elemento de contenção da crescente elevação da entropia social, revertendo-a e trazendo à ordem o que porventura haja ou tenha tendência a evoluir para a desordem e o consequente esgarçamento da coesão social.

A despeito de alguns pensamentos dissidentes, é de significativo consenso que o Homem nasce com uma propensão para o mal, basta consultar os trabalhos do Professor Phillip Zimbardo da Universidade de Stanford e seu “Efeito Lúcifer”; de Freud; e até mesmo o contido na Bíblia Sagrada etc. Este começar repleto de imperfeições se não for contido por uma intervenção educacional virtuosa, naturalmente se desenvolverá e produzirá frutos deteriorados. Sêneca, um dos mais célebres intelectuais do Império romano, dizia:

“A virtude é difícil de se manifestar, precisa de alguém para orientá-la e dirigi-la. Mas os vícios são aprendidos sem mestre”.

Variados estudos se debruçaram na busca de uma solução, uma correção para essa realidade. A verdade é que, a par das discordâncias, o traço de união com significativa aceitação alerta que, sejam quais forem os caminhos a se trilhar, eles devem se assentar inicialmente nas ações geradas no ambiente familiar; posteriormente, nas interações com os pequenos grupos, onde se insere a Escola; e, finalmente, nas imposições e modos de viver da sociedade em geral. Cada um dentro dos seus respectivos escopos de atuação. Esta citação de Aristóteles esgota o debate:

“Os hábitos que formamos desde a infância não fazem pouca diferença – na verdade, fazem toda a diferença”.

Já foi exaustivamente propalado que o preconceito, a discriminação e outros hábitos condenáveis não

são inatos, mas sim adquiridos. Assim como os procedimentos negativos, o agir virtuoso também exige aprendizado, demanda uma intervenção. Segundo o moralista e ensaísta francês Joseph Joubert: “Tudo se aprende, até a virtude”.

Para além das medidas coercitivas, que se impõem por meio de sanções, os instrumentos modeladores e estimuladores de comportamentos virtuosos requerem uma constância, uma permanência, a fim de produzirem resultados adequados, exequíveis e aceitáveis.

A sociedade em sua inteireza, bem como as organizações que a compõem adotam, em certa medida, esses elementos valorativos de maneiras diversas conforme entendem serem mais convenientes e efetivos.

PRINCÍPIOS, VALORES E VIRTUDES

“Uma pessoa íntegra é aquela que estabeleceu um sistema de valores e que julga tudo que acontece na vida de acordo com esse sistema de valores.”

V. Gilbert Beers

Muito se tem falado a respeito de princípios, valores e virtudes, contudo o público em geral, quando necessita verbalizar algo sobre os elementos balizadores do comportamento humano, se perde neste universo imbricado de conceitos e acaba por muito falar e nada dizer; ou melhor, complicar ao invés de explicar; obscurecer ao invés de esclarecer.

Com o propósito de harmonizar conhecimentos que servirão de base para o aprofundamento do nosso estudo, identificaremos cada um destes conceitos, individualizando-os de modo a facilitar a sua compreensão.

Tudo começa pelo princípio! Esta citação apesar de parecer um lugar comum, uma declaração óbvia, retrata uma verdade absoluta, inclusive quando se refere aos conceitos éticos/morais, que nada mais são que elementos orientadores dos diferentes modos de se comportar.

Como podemos apreender, os princípios como componente fundante da essência moral, desempenham um papel singular no desenvolvimento dos valores e virtudes; assim sendo, é por meio deles que

devemos atuar caso desejemos formar ou reformar os comportamentos individuais e interpessoais.

Afinal, como podemos conceituar princípios? O professor e escritor Jeronimo Mendes nos ajudará nesta tarefa:

“Princípios são preceitos, leis ou pressupostos considerados universais que definem as regras pela qual uma sociedade civilizada deve se orientar. Em qualquer lugar do mundo, princípios são incontestáveis, pois, quando adotados não oferecem resistência alguma. Entende-se que a adoção desses princípios está em consonância com o pensamento da sociedade e vale no âmbito pessoal e profissional.

.....
A base dos nossos princípios é construída no seio da família e, em muitos casos, eles se perdem no meio do caminho.

De maneira geral, os princípios regem a nossa existência e são comuns a todos os povos, culturas, eras e religiões, queiramos ou não. Quem age diferente ou em desacordo com os princípios universais acaba sendo punido pela sociedade e sofre todas as consequências.”

Para que tenhamos uma segunda visão sobre esta questão, recorreremos ao emérito jurista Miguel Reale, que estatui:

“Princípios são, pois verdades ou juízos fundamentais, que servem de alicerce ou de garantia de certeza a um conjunto de juízos, ordenados em um sistema de conceitos relativos à dada porção da realidade. Às vezes também se denominam princípios certas proposições, que apesar de não serem evidentes ou resultantes de evidências, são assumidas como fundantes da validade de um sistema particular de conhecimentos, como seus pressupostos necessários”. (REALE, Miguel. *Filosofia do Direito*. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 1986. p 60).

Agora que já definimos o elemento basilar da estrutura moral, passemos para o componente que o sucede – os valores.

Ainda mais uma vez nos apoiaremos em Jerônimo Mendes que nos subsidia afirmando:

“Valores são normas ou padrões sociais geralmente aceitos ou mantidos por determinado indivíduo, classe ou sociedade, portanto, em geral, dependem basicamente da cultura relacionada com o ambiente onde estamos inseridos. É comum existir certa confusão entre valores e princípios, todavia, os conceitos e as aplicações são diferentes.

Diferente dos princípios, os valores são pessoais, subjetivos e, acima de tudo, contestáveis. O que vale para você não vale necessariamente para os demais colegas de trabalho. Sua aplicação pode ou não ser ética e depende muito do caráter ou da personalidade da pessoa que os adota. Pessoas de origem humilde definem valores de maneira diferente das pessoas de origem mais abastada. De um lado, a escassez pode gerar a ideia de que dinheiro não traz felicidade, portanto, mesmo sem dinheiro, é possível ser feliz utilizando-se valores como amizade, por exemplo. Do outro, o apego ao dinheiro e a convivência harmoniosa com o conforto pode gerar a ideia de que sem dinheiro não é possível ser feliz, ou seja, o dinheiro traz felicidade, amizade, conforto e, se houver mais dinheiro do que o necessário, valores como filantropia e voluntariado podem ser praticados.

O que fica evidente da conceituação supramencionada é que ter valores não decorre necessariamente em possuir comportamentos louváveis ou éticos, pois, dependendo da adjetivação apresentada aos valores, eles podem tomar rumos divergentes. O que se busca é colocá-los em concordância com os princípios que são sólidos, possuem permanência e se constituem em alicerce moral de uma dada sociedade ou grupo.

Resumindo, recorreremos à psicóloga Monica Santos quando afirma que os princípios dão base para a formação dos valores. Enquanto princípios são pressupostos universais que definem regras essenciais que beneficiam um sistema maior que é a humanidade, valores são regras individuais que orientam, como bússolas internas as relações, as decisões e as ações.

Os princípios são, portanto, regras incontestáveis e direcionamentos de conduta universal e atemporal. Os valores, por sua vez, são mais maleáveis, individuais, subjetivos e influenciados pelo externo, assim como o contexto, a época, a cultura, o objetivo, o tempo e o interesse. São, portanto, frágeis se não forem pressionados de forma adequada e se não tiverem princípios como sua base. Além disso, por serem padrões sociais, eles são subjetivos e contestáveis, por isso podem ser éticos ou não, dependendo de quem, ou qual cultura, o adota.

Isto posto, podemos depreender que a adoção de valores éticos como guias de bom comportamento nos direciona para um agir melhor; ou seja, uma conduta virtuosa.

Aprofundando no tema, Aristóteles afirmava que há duas espécies de virtudes: a intelectual e a ética/moral. A primeira deve, em grande parte, sua geração e crescimento ao ensino, e por isso requer experiência e tempo; ao passo que a virtude moral é adquirida com o resultado do hábito. Ainda segundo Aristóteles, nenhuma das virtudes morais surge em nós por natureza, visto que nada que existe por natureza pode ser alterado pela força do hábito, portanto, virtudes nada mais são do que hábitos profundamente arraigados que se originam do meio onde somos criados e condicionados através de exemplos e comportamentos semelhantes. “A virtude ética não é, pois, razão pura, mas uma aplicação da razão; não é unicamente ciência, mas uma ação com ciência”.

Consequentemente, a obtenção e o cultivo de um comportamento virtuoso é tudo de bom não só na esfera pessoal como na coletiva, fazendo com que as sociedades responsáveis persigam de maneira tenaz o estabelecimento desta modalidade de comportamento no inter-relacionamento dos seus membros.

AS VIRTUDES NAS ORGANIZAÇÕES – OS CÓDIGOS DE ÉTICA

“É necessário meditar frequentemente no que queremos fixar”.

S. Tomás de Aquino - “Summa Theologica”

As organizações não são simplesmente um amontoado de pessoas sem um propósito comum, mas uma

coletividade unida na busca do cumprimento de uma missão. Pressupõe interações frequentes e um mínimo de coesão, além de permanência e certa homogeneidade psicológica.

Segundo Maximiano, “uma organização é uma combinação de esforços individuais que tem por finalidade realizar propósitos coletivos. Por meio de uma organização torna-se possível perseguir e alcançar objetivos que seriam inatingíveis para uma pessoa”.

Ainda podemos afirmar que as organizações são entidades criadas por indivíduos que compartilham os mesmos interesses e valores e que buscam alcançar certos objetivos. Em uma organização, cada indivíduo cumpre uma função específica e especializada que tem como finalidade a realização de determinados resultados.

Fica evidente que, para o atingimento pleno dos propósitos da organização, faz-se necessário que os seus componentes estejam imbuídos da importância de um esforço conjugado, que produza uma sinergia, uma resultante extraordinária que suplante o simples somatório dos empenhos individuais. E isto só é alcançado por um grupo coeso e que procure cultivar em seus membros princípios e valores virtuosos, notadamente neste competitivo, turbulento e imprevisível ambiente do século XXI.

Como então implementar essas ações valorativas de modo a transformar pessoas de maneira a criar as condições para o estabelecimento de um clima virtuoso que impulse a organização para a excelência?

Para responder a esse questionamento, precisamos nos socorrer com o psicanalista Jacques Lacan, que declara que a repetição é um dos quatro conceitos fundamentais da psicanálise, juntamente com o inconsciente, a transferência e a pulsão. O renomado estudioso afirma ainda que a repetição gera no ouvinte uma recordação, sendo que a recordação é a repetição de um pensamento. Logo, a repetição exerce funções no inconsciente do ouvinte. Prosseguindo, atesta que, em qualquer relação em que seja necessário deixar registrado um posicionamento ou uma versão, é preciso saber repetir a informação relevante, porque a repetição é importante para que as informações relevantes sejam registradas por quem as recebe.

A contribuição de Aristóteles é importante neste momento, pois respalda a de Lacan, ao enfatizar que a virtude, que é uma qualidade moral inata que denota a disposição de um indivíduo para praticar o bem, ao invés disso se apresenta como uma forma de conduta representada pela repetição constante de atos motivados pela vontade do homem em prol do bem.

As virtudes, explicou Aristóteles, é um exercício diário: nunca está feito, faz-se sempre. Neste sentido, ninguém é virtuoso, porque a pessoa virtuosa pode deixar de o ser ou não o ser o tempo inteiro. A virtude é um trabalho em processo, contínuo e inacabado.

O estagirita sublinha que a virtude é mais que um “traço” ou um fator genético: é um hábito, desenvolvido e trabalhado, refletido. Ou seja, as pessoas não são virtuosas porque nasceram virtuosas. São-no porque foram treinadas – na família, na escola, nas instituições e na empresa – para o serem.

Pois bem! Então como efetivar em termos práticos esse processo de fixação de comportamentos eticamente virtuosos nas organizações?

Conforme o entendimento do cientista político americano Benjamin Ross Schneider, uma organização é virtuosa não necessariamente porque os seus empregados individualmente sejam virtuosos, mas porque a organização impõe regras de conduta virtuosas às quais os indivíduos se adaptam – ou não se adaptam e são removidos.

Muitas organizações procedem à identificação dos seus valores-chave. A simples enunciação dos valores não se traduz necessariamente em práticas virtuosas. A explicitação de valores virtuosos apenas é eficaz quando se traduzir em práticas virtuosas, designadamente as dos líderes.

A ênfase colocada nas virtudes pode também ser transmitida sob a forma de casos, por exemplo: distribuir aos seus membros alguma informação escrita com narrativas, enfatizando a importância da ética remetendo para casos concretos; assim como por outros veículos (diagramas, figuras etc.). No entanto, a forma mais usual de operacionalizar a fixação das virtudes é por meio de códigos de ética. Afinal, o que é um código de ética? Dentre as incontáveis definições nos apoiaremos na que sustenta Niedja Abreu - Bacharel em Administração de Empresas:

“O código de ética é uma ferramenta que busca a realização da visão, missão e valores da empresa. É a declaração formal de suas expectativas que serve para orientar as ações de seus colaboradores e explicitar a postura da empresa diante dos diferentes públicos com as quais interage”. Além disso, é necessário que o código de ética desenvolva um conteúdo de clareza e objetividade, facilitando a compreensão de todos. Porém, deve ter consistência no que está discriminado no código de ética e o que se vive na organização. O código de ética é um documento que serve de parâmetro para diversos comportamentos, tornando claras as responsabilidades de cada indivíduo. Podendo estes sofrer ações disciplinares caso haja violação dos artigos.

Aprofundando o assunto, a supracitada bacharel esclarece ainda que a adoção do código de ética proporciona um aumento na integração entre os funcionários da empresa, de modo que as pessoas se sintam seguras ao adotarem formas éticas de se conduzir; servindo de parâmetro para a solução de problemas, como também de alicerce para a organização na constatação dos desvios de conduta de seus colaboradores, acionistas, fornecedores ou outros. Atraindo pessoas que se conduzem dentro de elevados padrões éticos e agregando valor, que contribui para o fortalecimento da imagem da organização.

E, isso tudo se torna possível, sobretudo por se tratar de uma ferramenta prática e objetiva e que, exposta de maneira clara, proporciona uma melhor compreensão e adesão de todos, transformando as preocupações éticas em práticas efetivas e gerando maior eficácia e competitividade; ou seja, pela repetição sistemática, é capaz de criar o hábito de praticar o que os seus mandamentos especificam, conforme evidenciou Aristóteles e Lacan.

AS VIRTUDES NAS FORÇAS ARMADAS

Assim como a maioria das organizações, as Forças Armadas Brasileiras – Marinha, Exército e Aeronáutica – possuem também um código de conduta. Especificamente devido à sua missão constitucional (Art.

142 da Constituição brasileira de 1988) que exige o sacrifício da própria vida dos seus componentes, este repertório de parâmetros referenciais de conduta se torna mais significativo e determinante como elemento definidor e balizador de comportamentos.

A Marinha do Brasil (MB), em particular, enunciou as suas dezesseis (16) virtudes basilares em uma figura similar à Rosa dos Ventos, denominada Rosa das Virtudes, onde espelha em seus dezesseis (16) pontos (cardiais, colaterais e subcolaterais) os rumos virtuosos, que permitirão identificar de imediato os seus referenciais valorativos ideais de comportamentos esperados do seu pessoal (Anexo A), a saber: Honra, Lealdade, Iniciativa, Cooperação, Espírito de Sacrifício, Zelo, Coragem, Ordem, Fidelidade, Fogo Sagrado, Tenacidade, Decisão, Abnegação, Espírito Militar, Disciplina e Patriotismo.

Por sua vez, o entendimento da nossa coirmã terrestre (Exército Brasileiro - EB), constante no Manual de Campanha C 20-10 - Liderança Militar, de 24 de agosto de 2011, assinado pelo Chefe do Estado-Maior do Exército e largamente utilizado nas escolas militares daquela Força no processo de socialização dos novos oficiais e praças, estatui que:

“dentre os diversos valores estabelecidos pela Ética Militar, os quais também se encontram previstos no Estatuto dos Militares, destacam-se, a seguir, os considerados mais importantes para o líder militar:

Valores básicos: honra, honestidade, verdade, justiça, respeito, lealdade e integridade; e Valores militares: patriotismo, civismo, idealismo, espírito de corpo, disciplina e interesse pelo aprimoramento técnico-profissional”.

Com relação à Aeronáutica, o comando da Força assinou em 10 de outubro de 2018 a Portaria nº 1.597/GC3, que aprova a reedição da DCA 11-45 “Concepção Estratégica - Força Aérea 100”, onde ressalta que:

“existem muitas qualidades desejáveis para uma instituição, porém apenas algumas delas são consideradas realmente essenciais para sua existência. Neste contexto, a Força Aérea Brasileira (FAB) sintetizou cinco valo-

res que traduzem a personalidade da Força. Estes valores devem ser vivenciados por todos os militares e civis da Força Aérea:

- a) **Disciplina:** é a rigorosa observância e o acatamento integral às leis, regulamentos, normas e disposições que fundamentam o organismo militar e coordenam seu funcionamento regular e harmônico, traduzindo-se pelo perfeito cumprimento do dever por parte de todos e de cada um dos componentes da instituição;
- b) **Patriotismo:** é o sentimento de orgulho, amor e devoção incondicional à sua terra, aos seus símbolos, às suas instituições e ao seu povo. É a razão do amor dos que querem servir ao seu País e ser solidários com a Nação, traduzido pelo compromisso permanente de fidelidade e devoção à Pátria, em quaisquer circunstâncias;
- c) **Integridade:** é um traço de caráter que exprime a vontade de fazer o que é correto em qualquer circunstância. É a bússola moral, a voz interior que deve conduzir todas as ações de seus indivíduos na prática dos deveres, segundo os princípios da ética militar, associados ainda com a honestidade e responsabilidade;
- d) **Comprometimento:** é a satisfação de pertencer à Instituição, externada pela demonstração cotidiana de entusiasmo, motivação profissional, espírito de sacrifício, gosto pelo trabalho bem-feito, dedicação integral à missão e aos seus companheiros, trabalho em equipe e lealdade ao País e aos irmãos de farda; e
- e) **Profissionalismo:** é trabalhar de forma competente e responsável, focado no atendimento dos compromissos assumidos. É perseverar diante de problemas difíceis e desafios, esforçando-se por permanecer inabalado diante do esgotamento físico e mental. É orgulhar-se do sucesso de seu trabalho. É motivar-se por questões profissionais ao invés de pessoais”.

Sem pretender efetuar um estudo comparativo rigoroso, mesmo porque exigiria um debate semântico

profundo, especialmente no campo da sinonímia, o que não é o nosso propósito; esforçar-nos-emos para explicitar alguma convergência entre os valores virtuosos elencados pelos componentes das Forças Armadas brasileiras e algumas das nações amigas, tendo por base as virtudes constantes da Rosa das Virtudes da MB (Anexo B).

Após uma breve observação, constatamos de pronto uma divergência na quantidade de virtudes: a MB identifica dezesseis (16); o EB treze (13); e a Aeronáutica apenas cinco (5). Este fato de forma alguma sobreleva aquele que detém o maior número, pois como já ressaltamos, um estudo acurado dos significados das palavras é capaz de nos demonstrar a multiplicidade de acepções que um termo pode apresentar. No entanto, não podemos olvidar que a particularização (singularização) facilita a compreensão e naturalmente a retenção.

Outro aspecto merecedor de destaque se relaciona à visualização. Por estarem contidas em uma única figura/imagem, as virtudes da MB podem ser vislumbradas em seu conjunto de imediato, o que oportuniza sua percepção, facilitando sua assimilação, pois as pessoas se lembram de cerca de 80% do que veem e apenas de 20% do que leem. As imagens possuem também o poder de estimular os sentidos, fazendo com que o processo de assimilação e retenção da informação aconteça de forma emocional e subliminar.

Passemos agora, inicialmente, a buscar algumas correlações e similitudes entre as virtudes das Forças Singulares brasileiras e, posteriormente, com as de algumas das nações amigas (Reino Unido e EUA):

- a) **Honra:** o EB a identifica, porém a Aeronáutica não a individualiza, contudo podemos entender que ela está compreendida na virtude da Integridade e do comprometimento;
- b) **Lealdade:** O EB a identifica, no entanto a Aeronáutica não a individualiza, porém podemos entender que ela está compreendida na virtude da Integridade e do Comprometimento;
- c) **Iniciativa:** não é identificada por nenhuma das Forças coirmãs, todavia podemos entender que ela está compreendida na virtude do Idealismo e do Aperfeiçoamento Técnico-Profissional do EB, e no Profissionalismo e Comprometimento da Aeronáutica;

- d) **Cooperação:** não é identificada por nenhuma das Forças coirmãs, todavia podemos entender que ela está compreendida na virtude do Espírito de Corpo e do Aperfeiçoamento Técnico-Profissional do EB, e no Profissionalismo e Comprometimento da Aeronáutica;
- e) **Espírito de Sacrifício:** não é identificada por nenhuma das Forças coirmãs, todavia podemos entender que ela está compreendida na virtude do Espírito de Corpo e do Aperfeiçoamento Técnico-Profissional do EB, e no Profissionalismo e Comprometimento da Aeronáutica;
- f) **Zelo:** não é identificada por nenhuma das Forças coirmãs, todavia podemos entender que ela está compreendida na virtude do Idealismo e do Aperfeiçoamento Técnico-Profissional do EB, e no Comprometimento e Profissionalismo da Aeronáutica;
- g) **Coragem:** não é identificada por nenhuma das Forças coirmãs, todavia podemos entender que ela está compreendida na virtude do Aperfeiçoamento Técnico-Profissional do EB, e no Profissionalismo e Comprometimento da Aeronáutica;
- h) **Ordem:** não é identificada por nenhuma das Forças coirmãs, todavia podemos entender que ela está compreendida na virtude do Aperfeiçoamento Técnico-Profissional do EB, e no Profissionalismo e Comprometimento da Aeronáutica;
- i) **Fidelidade:** não é identificada por nenhuma das Forças coirmãs, todavia podemos entender que ela está compreendida na virtude da Honestidade e Respeito do EB, e na Integridade e Comprometimento da Aeronáutica;
- j) **Fogo Sagrado:** não é identificada por nenhuma das Forças coirmãs, todavia podemos entender que ela está compreendida na virtude do Idealismo e do Aperfeiçoamento Técnico-Profissional do EB, e no Comprometimento e Profissionalismo da Aeronáutica;
- k) **Tenacidade:** não é identificada por nenhuma das Forças coirmãs, todavia podemos entender que ela está compreendida na virtude do Espírito de Corpo e do Aperfeiçoamento Técnico-Profissional do EB, e no Comprometimento e Profissionalismo da Aeronáutica;
- m) **Decisão:** não é identificada por nenhuma das Forças coirmãs, todavia podemos entender que ela está compreendida na virtude do Aperfeiçoamento Técnico-Profissional do EB, e no Profissionalismo e Comprometimento da Aeronáutica;
- n) **Abnegação:** não é identificada por nenhuma das Forças coirmãs, todavia podemos entender que ela está compreendida na virtude do Espírito de Corpo e do Aperfeiçoamento Técnico-Profissional do EB, e no Comprometimento e Profissionalismo da Aeronáutica;
- o) **Espírito Militar:** não é identificada por nenhuma das Forças coirmãs, todavia podemos entender que ela está compreendida na virtude do Espírito de Corpo, do Aperfeiçoamento Técnico-Profissional e do Idealismo do EB, e no Comprometimento e Profissionalismo da Aeronáutica;
- p) **Disciplina:** é identificada pelo EB assim como pela Aeronáutica;
- q) **Patriotismo:** é identificada pelo EB assim como pela Aeronáutica;

Como uma primeira abordagem, ainda ampla, com relação às nações amigas, julgo importante destacar os valores virtuosos proclamados pela Marinha (Royal Navy) e Força Aérea (Royal Air Force-RAF) do Reino Unido; e pela Marinha (US Navy), Corpo de Fuzileiros Navais (US Marine Corps) e Força Aérea (US Air Force) dos Estados Unidos da América-EUA, com o propósito de obtermos uma visão mais abrangente desta temática.

Conforme constante do “Boot Camp and Military Fitness Institute”, a Royal Navy possui seis (6) valores centrais (core values): Comprometimento, Coragem, Disciplina, Respeito, Integridade e Lealdade; enquanto a Royal Air Force apresenta apenas quatro (4): Respeito, Integridade, Excelência e Serviço.

Por sua vez, a Marinha dos EUA (US Navy), assim como os Fuzileiros Navais americanos (US Marine Corps) identificam três (3) valores virtuosos: Honra, Coragem e Compromisso; enquanto a Força Aérea dos EUA (US Air Force) também possui três (3) valores centrais: Integridade, Excelência e Serviço, conforme consta da publicação da “Curtis E. Lemay Center” intitulada “The Air Force core values”.

Apenas a título de esclarecimento, tanto a Royal Air Force (Reino Unido) quanto a US Air Force (EUA) elegem a virtude do Serviço como merecedora de destaque; mas qual o seu real significado? Após metódica pesquisa nas fontes bibliográficas, percebemos que a virtude do Serviço busca sintetizar as virtudes do Espírito de Sacrifício, Fogo Sagrado, Espírito Militar, Abnegação e Patriotismo.

Partindo para uma análise mais específica, podemos depreender que das seis (6) virtudes identificadas pela Royal Navy, três (3) são coincidentes com as da Rosa das Virtudes (Coragem, Disciplina e Lealdade); enquanto a da Integridade está contida na virtude da Honra; e o Respeito e o Comprometimento na do Espírito Militar.

Ao analisar as virtudes enunciadas pela RAF, constatamos que nenhuma delas é coincidente com as da MB, contudo as virtudes da Integridade, do Respeito e da Excelência podem ser consideradas contidas no Espírito Militar. No que se refere à virtude do Serviço, segundo nosso entendimento, compreende um total de cinco (5) virtudes da Rosa das Virtudes, como anteriormente supracitado na análise da Royal Navy e RAF.

Quanto à US Navy e o US Mariner Corps, ambos enumeram três (3) virtudes, sendo que a Coragem e Honra são coincidentes com as identificadas pela MB, enquanto o Comprometimento está muito próximo do Espírito Militar.

Detendo-nos na US Air Force, verificamos que ela não possui nenhuma virtude coincidente com as da Rosa das Virtudes; porém, entendemos que a virtude da Integridade e Excelência possuem forte laços com o Espírito Militar. Quanto à virtude do Serviço, nos apoiaremos no mesmo argumento supramencionado quando da análise da Royal Navy e RAF.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Logo no início desta nossa investigação, pudemos reconhecer uma disposição natural das estruturas sociais para um desarranjo, uma desordenação do seu tecido constitutivo (entropia social), caso não ocorra uma intervenção deliberada que seja capaz de a conter.

Cientes da indispensabilidade de uma interveniência para que a normalidade fosse mantida ou resta-

belecida, manifestou-se a necessidade de identificar os meios e formas de efetivá-la; propósito este que pôde ser alcançado por meio da implementação de ações habituais suportadas pelos conceitos valorativos – Princípios, Valores e Virtudes.

Verificamos em seguida, que a sedimentação desses referenciais morais, norteadores dos comportamentos individuais e sociais, não se dá simplesmente pela cognição, ou conhecimento racional, mas sobretudo pelo hábito cotidiano da sua prática efetiva (repetição), o que exigiria uma disciplina individual consciente e voluntariosa, a fim de se opor às forças instintivas em contenção.

Constatamos, também, que as pessoas se coletivizam por motivos diversos, sempre buscando fortalecer suas condições de vida; sejam elas físicas, emocionais, espirituais, e/ou morais. Neste ajuntamento, organizam-se em famílias, grupos diversos, organizações, enfim, em sociedade. Como consequência deste viver gregário, notadamente nas organizações, como demanda mandatária para a consecução de suas missões, surge a imprescindibilidade de normas variadas, inclusive e principalmente as comportamentais.

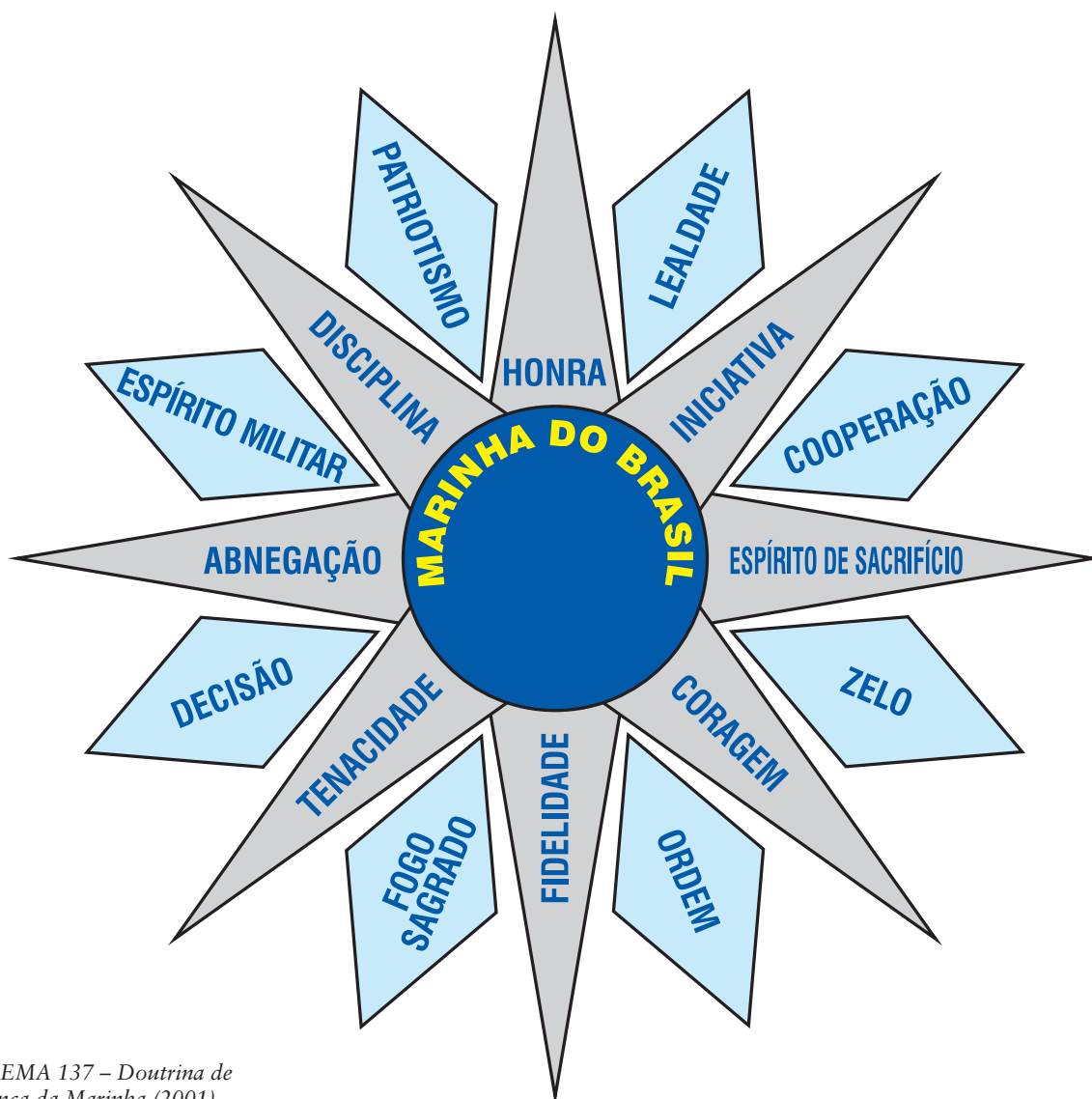
Demonstramos ainda, que para efetivar este repertório de mandamentos éticos/morais, as organizações recorrem a diversos recursos, desde regras costumeiras (informais) contidas em sua cultura organizacional, passando por simples expedientes administrativos; até a expedição formal de códigos de ética.

Por fim, chegamos às Forças Armadas, uma organização ímpar com elevadas preocupações relacionadas com o comportamento dos seus membros, notadamente pela sua nobre e difícil missão que envolve o sacrifício da própria vida. Neste desafio, buscamos expor as formas diversas empregadas pelas diferentes Forças Singulares, para instigarem seus componentes a referenciar virtuosamente seus modos de agir, que podem até se diferenciar em quantidade (números) e modos de apresentação das virtudes, como é o caso da Rosa das Virtudes na MB; porém, de certa maneira, todas as Forças, sejam elas brasileiras ou de nações amigas, tendem a convergir para um horizonte comum, que é o bem servir à nação a qual estão vinculadas, por meio do rigoroso cumprimento de suas missões constitucionais.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Niedja. A Importância do Código de Ética nas Organizações – Disponível em <https://administradores.com.br/producao-academica/a-importancia-do-codigo-de-etica-nas-organizacoes>. Consultado em 28/12/2019 às 16:10h.
- ARISTÓTELES. Ética a Nicômaco. Editora Martin Claret – São Paulo – 2002.
- AYMAY, José. A Importância da Repetição – Disponível em <https://www.recantodasletras.com.br/resenhas/3784594>. Consultado em 29/12/2019 ÀS 17:10h.
- BRULHART-DANOSO, Marie Danielle. Estudo psicanalítico sobre a gramática da maldade gratuita. Dissertação – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo – São Paulo, 2011. Disponível em https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-19072011-160217/publico/donoso_me.pdf. Consultado em 11/04/2020 às 23:25h.
- Concepção Estratégica - Força Aérea 100. Portaria nº 1.597/GC3, de 10 de outubro de 2018. Aprova a reedição da DCA 11-45. Disponível em http://www.fab.mil.br/Download/arquivos/DCA%2011-45_Concepcao_Estrategica_Forca_Aerea_100.pdf. Consultada em 23/01/2020 às 01:32h.
- CUNHA, Miguel Pina e REGO, Armenio. As Virtudes nas Organizações – Disponível em http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0870-82312015000400001. Consultado em 30/01/2020 às 10:56h.
- Department of the Navy Core Values Charter – Disponível em <https://www.secnv.navy.mil/Ethics/Pages/corevalues-charter.aspx>. Consultado em 11/04/2020 às 09:55h.
- Editorial QueConceito. Sao Paulo. Disponível em: <https://queconceito.com.br/organizacoes>. Consultado em: 09/04/2020 às 16:50h.
- FARIA, Carlos Alberto de. A Entropia e a Administração. Disponível em http://merkatus.com.br/10_boletim/97.htm. Consultado em 20/01/2020 às 12:12h.
- LIMA, Ingrid da Mota Araújo. O Efeito Lúcifer – Como as pessoas boas se tornam más no ambiente corporativo. Disponível em <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/psicologia/o-efeito-lucifer>. Consultado em 14/04/2020 às 14:30h.
- Liderança Militar. Manual de Campanha C 20-10, 2ª Edição, 2011 – Estado-Maior do Exército -EME, Brasília, 2011. Disponível em <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/302/1/C-20-10.pdf>. Consultado em 23/01/2020 às 02:21h.
- MAXIMIANO, Antonio Cesar A. Introdução à administração. 3ª ed., São Paulo, Editora Atlas, 1992.
- MAXWELL. A Construção da Identidade do Oficial do Exército Brasileiro – Disponível em https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/21902/21902_6.PDF. Consultado em 23/12/2019 às 19:30h.
- MENDES, Jeronimo. Princípios, valores e virtudes em QualidadeBrasil.com.br. Disponível em <https://www.trf5.jus.br/downloads/userupload/2c7ce39ec4/PrincipiosValoresVirtudes.pdf>. Consultado em 21/01/2020 às 11:41.
- REALE, Miguel. Disponível em <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=1265259&pgI=11&pgF=15>. Consultado em 23/01/2020 às 18:20h.
- SANTOS, Monica. Qual é a diferença entre princípios e valores? E o que isso tem a ver com a sua vida. Disponível em <https://elos360.com.br/2017/02/20/qual-e-diferenca-entre-principios-e-valores-e-o-que-isso-tem-ver-com-sua-vida/>. Consultado em 23/01/2020 às 18:45h.
- SCHNEIDER, Benjamin Ross. The People Make the Place. Disponível em <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/j.1744-6570.1987.tb00609.x>. Consultado em 14/04/2020 às 23:46h.
- The Air Force Core Values – Disponível em https://www.doctrine.af.mil/Portals/61/documents/Volume_2/V2-D05-Core-Values.pdf. Consultado em 11/04/2020 às 10:21h.
- The Royal Air Forces Values and Leadership Attributes – Disponível em <https://bootcampmilitaryfitnessinstitute.com/2018/02/20/the-royal-air-forces-values-leadership-attributes/>. Consultado em 11/04/2020 às 10:15h.
- The Royal Navy's Core Value – Disponível em <https://bootcampmilitaryfitnessinstitute.com/2018/02/20/the-royal-navys-core-values-ccdril/>. Consultado em 11/04/2020 às 09:35h.

ANEXO A – VIRTUDES CONTIDAS NA ROSA DAS VIRTUDES²



Fonte: EMA 137 – Doutrina de Liderança da Marinha (2001).

Honra

A Honra é o sentimento que nos induz à prática do Bem, da Justiça e da Moral. É a força que nos impele a prestigiar nossa própria personalidade, como um sentimento do nosso patrimônio moral, um misto de brio e valor. Ela exige a posse do perfeito sentimento do que é justo e respeitável, para a elevação da nossa dignidade e da bravura, para afrontar perigos de toda a ordem, na sustentação dos ditames da Verdade e do Direito. É a virtude por

excelência, porque em si contém todas as demais.

A Honra está acima da vida e de tudo que existe no mundo. Os haveres e demais bens que possuímos são transitórios, enquanto a Honra a tudo sobrevive; transmite-se aos filhos, aos netos, à casa onde moramos, à profissão que escolhemos e à terra onde nascemos. A Honra é o patrimônio da alma.

Em nossa profissão, ela consiste principalmente da dedicação ao serviço, do cumprimento do dever, da intrepidez e da disciplina, tudo inspirado pelo patrio-

² As cores da Rosa das Virtudes são: Azul do Céu e Cinza dos Navios na Corola (“pétalas”); e Azul dos Mares na parte central.

tismo. Um navio nunca se entrega ao inimigo e sua bandeira jamais se arria em presença dele. A Honra do Marinheiro o impede!

Lealdade

A Lealdade é o verdadeiro, espontâneo e incansável devotamento a uma causa, a sincera obediência à autoridade dos superiores e o respeito aos sentimentos de dignidade alheia.

A Honra está acima da vida e de tudo que existe no mundo. Os haveres e demais bens que possuímos são transitórios, enquanto a Honra a tudo sobrevive; transmite-se aos filhos, aos netos, à casa onde moramos, à profissão que escolhemos e à terra onde nascemos. A Honra é o patrimônio da alma.

O subordinado leal cumpre as ordens que recebe sempre com o mesmo ardor, quer esteja perto, quer longe de quem as deu, ainda que, por vezes, intimamente não as compreenda. A Lealdade é mais do que a obediência, porque esta se refere à vontade expressa pelo superior e aquela, ao firme propósito de honestamente interpretá-la e fielmente cumpri-la. É o sentimento que leva, pois, o subordinado a fazer tudo quanto for humanamente possível para bem cumprir uma ordem ou desempenhar uma missão.

A Lealdade exige que se manifeste ao superior, disciplinadamente e no interesse do serviço, toda eventual incompreensão em relação à determinação ou orientação recebida. A franqueza respeitosa, oportuna e justa é uma autêntica expressão de lealdade. Mantida, porém, a ordem, a mesma lealdade exige que se cumpra rigorosa e interessadamente o que foi determinado.

Iniciativa

A Iniciativa é o ânimo pronto para conceber e executar. É uma manifestação de inteligência, imaginação, atividade, saber e dedicação ao serviço. Um militar bom cumpre de forma conscienciosa as obrigações, as rotinas de seu cargo, faz o treinamento regular de seus homens. Um outro faz tudo isto e vê onde um aperfeiçoamento pode ser introduzido. Não só o concebe, como se interessa por sua adoção. Se é coisa que só dele dependa e a sua ideia não vai ferir a conveniência da uniformidade dos diversos serviços, nem

a harmonia da cooperação, adota-a, estuda-a, desenvolve-a. Age.

Evidentemente há, nesse caso, orientação, senso e qualidades pessoais, que põem em relevo o valor do bom militar. A Iniciativa, em um plano mais elevado, é a faculdade de deliberar acertadamente em circunstâncias imprevistas ou na ausência dos superiores, agindo sob responsabilidade própria, mas dentro da doutrina, a bem do serviço. Para assim fazer, é preciso ter capacidade profissional, confiança em si e estar bem orientado.

Cooperação

Cooperar é auxiliar eficiente e desinteressadamente; é esforçar-se em benefício de uma causa comum. O militar da Marinha, a par da ação direta que exerce em sua própria função, deve sempre agir no interesse maior do conjunto dos serviços.

A Honra está acima da vida e de tudo que existe no mundo. Os haveres e demais bens que possuímos são transitórios, enquanto a Honra a tudo sobrevive; transmite-se aos filhos, aos netos, à casa onde moramos, à profissão que escolhemos e à terra onde nascemos. A Honra é o patrimônio da alma.

É a Cooperação que faz a eficiência da Marinha. Em todas as atividades, o trabalho deve obedecer a esse espírito de comunhão de esforços, a fim de que a potencialidade do conjunto, como um todo, seja a mais elevada possível. Assim, superiores e subordinados não devem limitar-se apenas ao cumprimento das tarefas que lhes tiverem sido cometidas, mas, sim, procurar ajudar-se mutuamente na execução das mesmas, buscando compreender as necessidades e prioridades da instituição como um todo.

A Cooperação é uma exigência imperiosa para a eficiência da instituição, mas só possui esta qualidade quem não dá guarida às influências perniciosas do egoísmo, da intriga ou da indiferença, em prol de um sincero e profissional desprendimento.

Espírito de Sacrifício

O Espírito de Sacrifício é a disposição sincera de realmente oferecer, espontaneamente, interesses, comodidades, vida, tudo, em prol do cumprimento do

dever. A Marinha, na beleza do Espírito de Sacrifício heroico que a caracteriza, sempre julga os seus Chefes e Oficiais à vista da dedicação que demonstram ao serviço, de sua capacidade profissional e do sincero ardor que põem nas coisas que obrigam a extremados devotamentos.

O cultivo do Espírito de Sacrifício é praticado vencendo os pequenos incômodos pessoais, os menores percalços do dia-a-dia. “Quem não é fiel no pouco, certamente não será no muito”: somente percebendo o valor das coisas é que se desenvolve o Espírito de Sacrifício e se torna capaz de dar um passo a mais na formação do caráter marinheiro.

Zelo

O Zelo é atributo que não depende, em alto grau, de preparo profissional, de predicados especiais de inteligência e de saber. É, por isso mesmo, virtude que deve ser comum a todos os que servem à Marinha. Essa qualidade é consequência direta do “amor próprio”, do amor à Marinha e à Nação. É o sentimento que leva a não poupar esforços para o bom desempenho das funções que lhes são atribuídas. É o sentimento que conduz à dedicação ao serviço, como autêntica expressão do Dever.

No Zelo está implícita a aceitação de que servimos à Nação e não a pessoas. Ninguém tem o direito de deixar de zelar por suas obrigações, por motivos circunstanciais, alheios ou não à sua vontade. O Zelo está intimamente ligado à probidade, vista como a capacidade de bem administrar os bens, fundos e recursos que nos foram confiados. Faz-se presente, assim, no exato cumprimento de orçamentos e planos financeiros e no atento cuidado com o patrimônio da Marinha.

Coragem

A Coragem é a disposição natural que nos permite dominar o medo e enfrentar qualquer perigo. É a força capaz de fazer com que aquele que ama a vida, e que nela é feliz, saiba arriscá-la e se disponha a morrer por uma causa nobre. A Coragem é o destemor em combate.

Há também a coragem moral – não menos imprescindível e valiosa – a força psíquica que ampara os

homens nas crises do pensamento e do caráter. É a sustentação das próprias ordens, atitudes e convicções; o saber assumir a responsabilidade dos seus atos; o afrontamento à perfídia, à inveja e à incompreensão; a manutenção intransigente do rumo moral, custe o que custar.

Há também a coragem moral – não menos imprescindível e valiosa – a força psíquica que ampara os homens nas crises do pensamento e do caráter. É a sustentação das próprias ordens, atitudes e convicções; o saber assumir a responsabilidade dos seus atos; o afrontamento à perfídia, à inveja e à incompreensão; a manutenção intransigente do rumo moral, custe o que custar.

A coragem tem de andar de mãos dadas com a sabedoria, a prudência, o bom senso e a calma. O militar corajoso é otimista; confia em si; é eficiente; acredita no valor de seus companheiros. Realiza. Comanda seus subordinados, certo de conquistar o êxito.

Ordem

A Ordem é diligência, porque economiza o tempo, e é previdência, porque o conserva. Como exemplo de disciplina e método, ela orienta o espírito e promove segurança, porque resguarda e alinha em lugar próprio aquilo que será utilizado no futuro. A sua falta traz o desperdício e a perda do tempo, bem sempre preciso e que, uma vez perdido, não há como reaver.

A arte de organizar, pôr em ordem, é essencial em um condutor de homens. O militar de Marinha, logo nos primeiros anos de sua carreira, sente a necessidade de ter um espírito organizador que divide o trabalho ordenadamente entre seus homens, que estabelece prioridades na distribuição do seu tempo, que sabe a quem e quando exigir o cumprimento das tarefas.

O aprendizado da arte de organizar inicia-se individualmente na ordenação do próprio trabalho; organizando o material, os livros, os uniformes; encontrando o tempo necessário para se ocupar adequadamente dos estudos e das demais atividades de formação.

Fidelidade

Ser fiel é ser honesto, ter têmpera forte bastante para opinar e agir sempre pelo bem, mesmo, e princi-

palmente, quando não favorecer ou até contrariar as conveniências pessoais. A Fidelidade ao Serviço impede que o militar cuide de afazeres e atividades estranhos à Marinha, enquanto estiver ao seu serviço, e negligencie as suas obrigações.

Executar ordens que são agradáveis, ou que partem de pessoas a quem se dedica estima, é um dever fácil de cumprir. Mas, cumprir ordens difíceis, partidas de um desafeto ou arriscando a vida, contrariando os próprios interesses e opiniões, por Fidelidade ao serviço, é muito mais digno, porquanto implica sacrifício, que caracteriza a Virtude Militar.

Fogo Sagrado

O “Fogo Sagrado” é a paixão, a fé, o entusiasmo com que o militar se dedica à sua carreira; é o seu intenso amor à Marinha, o seu devotamento pela grandeza da sua profissão; é a larga medida de uma verdadeira vocação e de um sadio patriotismo. É o supremo amor pelo serviço. É essa crença que anima a ponto de, naturalmente, julgar que os deveres que a lei marca são o mínimo, e que para bem servir cumpre ir além do próprio dever, fazer tudo quanto é humanamente possível, à custa, embora, de ingente labor. O “Fogo Sagrado” é essa força misteriosa que, dominando a alma do verdadeiro marinheiro, o conduz sempre ao sacrifício com inexcedível vibração e estoica resignação.

Embora o serviço a prazo longo traga, entre outras, a vantagem de fazer com que as Praças adquiram esse sentimento, ao militar caberá sempre a prédica constante e entusiástica das virtudes e das glórias da sua profissão. Na vida comum de bordo, o militar tem diariamente, na maneira como conduz o seu serviço, o seu quarto, as suas fainas, os seus exercícios, frequentes ocasiões para viver esse sentimento perante seus subordinados. O “Fogo Sagrado” transmite-se, mas para tanto é preciso possuí-lo em grande intensidade e demonstrá-lo mais por atitudes e ações do que por ordens e palavras. O “Fogo Sagrado” é a alma da Marinha!

Tenacidade

Tenacidade é uma forma de dedicação, de amor ao serviço. É a disposição para estudar o material, em si e

na maneira de utilizá-lo; para estar a par das rotinas, da organização interna de bordo, da ordenança, dos regulamentos e das leis; para bem conhecer tudo referente aos aspectos essenciais da profissão. Na arte de conduzir os homens, o campo é mais profundo: faz-se necessária a tenacidade, o poder da vontade. É o saber querer longamente, sem desfalecimento e sem trégua. É a presença de ânimo perante qualquer obstáculo ou dificuldade, a vontade constante de tudo superar e bem desempenhar a tarefa ou função, de caráter operativo ou administrativo.

O militar que conhece as técnicas e as necessidades do serviço, mas não possui a energia do “querer com persistência”, cria em seus subordinados a falta de resolução e a descontinuidade de esforços. O espírito de tenacidade transmite-se, pois, exatamente, pela continuidade da ação.

Decisão

Decidir é tomar resolução, é sentenciar, é orientar a ação.

Não há qualidade, no trato geral do militar para com seus subordinados, que mais tenda a aumentar o respeito e confiança desses subordinados, do que sua capacidade de decidir. O irresoluto, o perplexo, jamais poderá conduzir homens ou comandar navios. Uma orientação insegura é tão nociva quanto a ausência de orientação. Uma decisão vigorosa é a característica dos vencedores.

Evidentemente, para acertar, é necessário meditação, cálculo, considerações cuidadosas e reflexão a respeito das circunstâncias, a fim de chegar a uma decisão conveniente. Tal “exame de situação” deve preceder à emissão da ordem.

Abnegação

A Abnegação é o esquecimento voluntário do que há de egoístico nos desejos e tendências naturais, em proveito de uma pessoa, causa ou ideia. É a renegação de si mesmo e a disposição de colocar-se a serviço dos outros com o sacrifício dos próprios interesses. O caráter marinheiro é carregado de Abnegação: tem a consciência do “servir”; inclui a base de todas as vir-

tudes, a humanidade; e possui a simplicidade em todas as suas ações e palavras. A Abnegação, portanto, fortalece o desenvolvimento de todas as atividades de serviço à Marinha, criando a unidade de ação, pois ela é passar por cima de qualquer interesse individual.

Espírito Militar

Espírito Militar é a qualidade que impele o militar de cumprir com natural interesse, dentro da ética, os deveres e obrigações do serviço, com disciplina e lealdade, sempre animado pelo desejo de ver brilhar o seu navio, a sua classe e aumentar a eficiência e o prestígio da Marinha.

O militar demonstra estar possuído de Espírito Militar em suas maneiras de agir e de expressar-se; no apuro de seus uniformes; na saudação a seus superiores; na disciplina com que se manifesta; na seriedade que imprime ao seu serviço, como expressão da dignidade da sua função e da eficiência dos seus encargos. É um homem elegante sob todos os aspectos. O militar dotado de Espírito Militar cria em torno de si um ambiente de compostura, seriedade e confiança, qualidades essenciais a quem comanda e tem sob sua direta responsabilidade a guarda e a defesa de preciosos valores morais e materiais da Nação.

Disciplina

A força de coesão de qualquer coletividade humana é a Disciplina. É indispensável não só a um Organismo Militar, mas a qualquer outro que pretenda reunir indivíduos em uma unidade sólida e eficaz. A Disciplina tem um único inimigo verdadeiro, que é o egoísmo, tão mais obstinado quanto mais inconsciente de si mesmo.

O amor próprio ilimitado separa o homem de seus mais nobres pensamentos, tornando-o um ser isolado, que nada aceita fora do seu eu. Despido de todo o sentimento de solidariedade, não pode conceber a Disciplina a não ser como forma de escravidão. A Disciplina não visa a tolher a personalidade, mas sim a regular e coordenar esforços.

Ela somente torna-se fecunda quando há condições de ser alegre e ativa. Um simples conformismo ou o receio das censuras ou sanções não trazem a Disciplina. O que a faz presente e aceita é um forte sentimento de interesse comum e, principalmente, a correta percepção de um dever comum. Assim entendida, não haverá o risco de ela coibir ou enfraquecer as iniciativas, pois não será imposta, mais sim adquirida.

A Disciplina Militar manifesta-se basicamente pela: obediência pronta às ordens do superior, utilização total das energias em prol do serviço, correção de atitudes e cooperação espontânea em benefício da disciplina coletiva e da eficiência da instituição. Na Marinha, como já apresentado, a Disciplina é inseparável da hierarquia e traduz-se no perfeito cumprimento do dever por todos e cada um dos seus componentes.

Patriotismo

O Patriotismo é o sentimento irresistível que nos prende à terra em que nascemos. É a trama de afetos que, através das gerações, vai-se tecendo Externamente, é a emoção que sentimos ao ouvir os acordes do Hino Nacional e ao ver desfraldada a Bandeira de nossa Pátria. Em essência, é a crença na defesa dos ideais de nossa Nacionalidade. Expressão de carinho a ligar-nos à terra que nos serviu de berço, o Patriotismo é a força de coesão poderosa que nos torna solidários em um interesse comum, ensinando-nos a bem querer, servir, honrar e defender a Pátria.

Ruy Barbosa bem o disse: “A Pátria é o céu, o solo, o povo, a tradição, a consciência, o lar, o berço dos filhos e o túmulo dos antepassados, a comunhão da lei, da língua e da liberdade...Pátria! Veneramos os teus heróis, propomo-nos a imitar seu exemplo e, revivendo o teu passado de glórias, ansiamos pelas glórias do teu futuro! A ti, preenchendo conscienciosamente nossos deveres, quer ditados pelo amor, quer ditados pela lei, serviremos com toda a nossa dedicação, até o sacrifício da própria vida, em prol da tua grandeza, tua força, teu prestígio e tua glória!”

ANEXO B – QUADRO COMPARATIVO DOS VALORES VIRTUOSOS

Marinha do Brasil - MB (Rosa das Virtudes)	Exército Brasileiro - EB	Aeronáutica - FAB	Royal Navy	Royal Air Force	US Navy - US Mariner Corps	US Air Force
		Comprometimento	Comprometimento		Comprometimento	
Coragem			Coragem		Coragem	
Disciplina	Disciplina	Disciplina	Disciplina			
	Respeito		Respeito	Respeito		
	Integridade	Integridade	Integridade	Integridade		Integridade
Lealdade	Lealdade		Lealdade			
				Excelência		Excelência
Honra	Honra				Honra	
Iniciativa						
Cooperação						
Espírito de Sacrifício				Serviço		Serviço
Fogo sagrado						
Espírito Militar						
Abnegação						
Patriotismo	Patriotismo	Patriotismo				
Zelo						
Ordem						
Fidelidade						
Tenacidade						
Decisão						
		Profissionalismo				
	Espírito de Corpo					
	Civismo					
	Idealismo (Fé na Missão e Amor à Profissão)					
	Aprimoramento Técnico profissional					
	Verdade					
	Honestidade					
	Justiça					

A EDUCAÇÃO FÍSICA NOS PILARES PERENES

“Lá nos campos de batalha, fiquei convencido de que os militares que participavam dos desportos tornavam-se os melhores combatentes”.
General Douglas MacArthur

Professor Carlos Felipe de Oliveira¹

A Escola Naval (EN), mais antiga Instituição de Ensino de nível Superior do país, tem como propósito formar Oficiais para o Corpo da Armada, de Fuzileiros Navais e de Intendentes da Marinha.

Na trajetória, que para muitos abrange um período de sete anos (três anos de Colégio Naval e quatro na Ilha de Villegagnon), três pilares são imprescindíveis para a formação: Formação Acadêmica, Formação Militar e Higiene Física.

Cada uma das bases, com suas peculiares exigências, culmina no forjar de futuros líderes que, sob o juramento à Bandeira, passam a integrar as trincheiras do solo auriverde e, independente de onde atuarão, seja na terra, no mar ou no ar, os oficiais estarão aptos para desempenhar as atribuições a eles confiadas.

No desenrolar da sua Formação Acadêmica, sob a condução da Superintendência de Ensino, o Aspirante recebe uma gama de informações, que o habilitarão a tomar as mais acertadas decisões quando diante dos mais variados desafios que enfrentará ao longo da carreira.

A Formação Militar de cada Aspirante está devidamente atrelada à Rosa das Virtudes, criada com valores que serão imprescindíveis não apenas ao longo da carreira militar, mas também para a aplicação no



cotidiano. A Rosa das Virtudes se torna fundamental para uma boa Formação Militar. Diante de cada valor ali destacado, existe uma infundável reflexão, que se amalgamará à personalidade do Aspirante ao longo de toda a sua existência. O autêntico militar, que bem assimilar cada ensinamento contido na Rosa, levará consigo seus princípios e valores e, a partir deles, semeará pelo bom exemplo.

Por fim, para a Higiene Física uma complementação necessária, sem a qual uma lacuna se estabeleceria e o tão almejado sonho de ser Oficial poderia ficar à beira do caminho.

¹ Técnico da equipe de Pentatlo Militar da Escola Naval. Formado em Educação Física pela Marinha do Brasil em 1981. Licenciatura Plena em Português/Literatura pelas Faculdades Integradas Simonsen, 1990.

Para se obter a tão almejada higidez, ao longo de cada ano letivo ocorrem testes físicos aplicados pelo Departamento de Educação Física, onde cada um deve se superar diante das aferições estipuladas. Durante a semana de Teste de Aptidão Física (TAF), cada um arca com a preparação estabelecida e, conforme fica devidamente claro para todos, ali está uma Disciplina que não se estuda de véspera. Na rotina diária, o zelo com a Higidez Física deve fazer parte da vivência de cada um, independentemente do que o corpo “pede” (geralmente uma boa dose de descanso). Para o que será exigido no futuro, mister se faz moldar a mente e o corpo, superando cada adversidade. Indubitavelmente, cada passo é dado com o devido planejamento e é muito gratificante assistir à evolução do jovem, ainda adolescente, sendo capacitado e se sentindo apto para os futuros desafios. Um jovem chega à Escola Naval; um militar é entregue à sociedade.

Em paralelo, a EN faculta a cada um se associar a uma das muitas equipes competitivas. Como é sabido, a boa rivalidade resulta também em crescimento, pois mantém acesa a vontade da vitória, algo que deve fazer parte de cada militar.

Dentre as mais tradicionais competições comuns às Escolas Superiores das três Forças: Marinha, Exército e Aeronáutica, destaca-se a NAVAMAER.

A cada ano existe uma semana em que a EN, a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) e a Academia da Força Aérea (AFA) levam os seus melhores competidores para este tradicional Encontro Desportivo. São dias de intensa interação e, dentre as doses de aguerrida competição entre cada uma das instituições, paira um clima de afabilidade, onde novas amizades são construídas e antigas são perduradas.

A Escola Naval, com suas equipes representativas em cada modalidade desportiva, consegue desempenhar um bom papel em cada competição. Neste aspecto, podemos evidenciar o trabalho de cada profissional envolvido na preparação para a competição e a conscientização por parte de cada Aspirante. A dedicação de todos faz com que, no momento em que se chega ao campo competitivo, o embate ocorra de igual para igual.

Ainda no âmbito das competições esportivas

que envolvem as tradicionais escolas de formação, podemos destacar os Jogos Mundiais de Cadetes, realizados de quatro em quatro anos, ficando a organização a cargo do país sede do encontro. Os Jogos, que em muito se assemelham às Olimpíadas, têm encontrado uma boa participação das equipes brasileiras, representadas por aspirantes e cadetes, a cada vez que acontece.

Dentre tantos destaques que evidenciam a importância da Educação Física na formação, podemos mencionar o grande filósofo Platão que assim escreveu: “Educação consiste em dar ao corpo e a mente toda a perfeição de que são capazes”. Ou ainda a frase do poeta romano Juvenal nos primeiros séculos da era Cristã: “Mens sana in corpore sano” (“Mente sã em corpo sã”).

Na linha tênue que divide o imprescindível da vaidade, é fundamental formar uma disciplina consciente e levar em consideração que a Higidez Física está diretamente ligada à vida de quem abraçou a carreira militar.

A Marinha do Brasil, instituição que tem por fim maior a defesa da Pátria, necessita de pessoas capacitadas para determinadas tarefas e, para algumas delas, a exigência física é essencial. Neste aspecto, podemos dizer que cada especialidade vai requerer uma condição física para que seja bem desempenhada e, no momento de cobrança, o mais bem preparado será o bem-sucedido.

Seja em terra, no mar ou no ar, a Marinha faz a diferença. Seja Marinheiro ou Fuzileiro, ao se dedicar àquilo que se propôs fazer, a resposta será a excelência!

Conforme registrado no início deste artigo, sob o pensamento do General Douglas MacArthur, se necessário for viver um renhido embate, certamente surgirão destaques: os melhores combatentes!

A estadia de cada um nesta vida é breve, os desafios são uma constante, contudo feliz daquele que tem consigo uma certeza: realizei o meu melhor! Como bem dizia o Comandante Ivar Oleris Pereira em reuniões dirigidas à tripulação do CEFAN: “O líder se faz pelo exemplo e conhecimento de causa”.

Quando um juramento é prestado à Bandeira Nacional, ali se estabelece um perene compromisso com a

Pátria e, a partir daquele instante, o vínculo criado se solidifica no zelo constante a cada dia vivido.

Os pilares onde se forja um Oficial devem perdurar até o último suspiro de cada um e, desse modo, seja na terra, no mar, no ar, a Marinha continuará presente, tendo na representatividade de cada um uma demonstração sólida de exemplo a ser seguido!

Formação Acadêmica, Formação Militar e Higiene Física: tripé que molda um Oficial! Estrutura fundamental para fazer da Força Naval a honrada instituição que é. Afinal, a Marinha é a pura realização de um mundo de conquistas!



A VELA NA FORMAÇÃO MARINHEIRA DO ASPIRANTE

Aspirante Emanuel Wallace Barbosa de Souza

A nobre missão da Escola Naval é formar os futuros Oficiais da Marinha para lidar com os desafios iniciais da carreira. Nesse sentido, para auxiliar o processo de aprendizagem dos Aspirantes, o Grêmio de Vela da Escola Naval constitui-se como uma importante ferramenta, a fim de desenvolver o gosto pelo mar através de atividades náuticas que inspiram o sentimento marinho.

Em 1943, foi fundado o Grêmio de Vela da Es-

cola Naval (GVEN), o qual se configura como uma associação civil de caráter desportivo responsável por promover diversas atividades náuticas, que agregam à formação marinha dos Aspirantes. Atualmente, o GVEN está ligado ao Departamento de Formação Marinha e compreende diferentes equipes esportivas, sendo estas o Remo Escaler, Remo Olímpico, Canoagem e Vela, a qual possui os Veleiros Oceânicos e as Flotilhas de J/24, HPE, Vela Escaler e Laser. Essas





embarcações são utilizadas em aulas práticas comumente chamadas de “Revel” em que se ensinam manobras de marinharia, como nós e voltas, bem como princípios de navegação a vela. Além disso, são realizados os treinos das tripulações dos veleiros e flotilhas que participam de diversas regatas no Brasil e até mesmo em outros países e, assim, o GVEN possui também papel representativo ao levar o nome da Escola Naval e da Marinha do Brasil pelo mundo. O ensino dessas práticas marinheiras está previsto no currículo do curso de formação dos Aspirantes, destacando a importância desta atividade para o desenvolvimento do futuro Oficial.

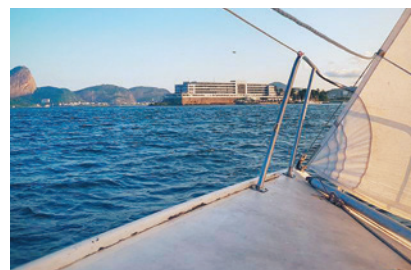
Muitos Aspirantes têm seu primeiro contato com o mar a bordo dos veleiros do GVEN e ali constroem suas primeiras impressões sobre o que é ser um marinheiro. As experiências vivenciadas são diversas devido à peculiaridade da atividade. Estes Aspiran-

tes aprendem desde cedo os cuidados que devem ser observados quanto à limpeza das embarcações bem como à correta manutenção dos equipamentos, o que lhes proporciona uma velejada mais segura ao estarem atentos ao zelo pelo material.

Velejar é uma atividade para a qual se faz necessário bastante preparo. Além dos cuidados com o material, é preciso que o velejador tenha um bom preparo físico e mental para suportar regatas e travessias que por vezes duram horas ou mesmo dias, sob uma situação desconfortável e de constante pressão psicológica. Para isso, os Aspirantes cumprem rotinas de adestramento com suas tripulações e adquirem conhecimento técnico e prático para conseguirem o sucesso esperado, contudo lhes é requerida muita dedicação ao abrir mão de tempo livre e ainda dos dias de licença, a fim de cumprir esta atividade. Porém, ver o resultado da abnegação e de todo o bom trabalho é extremamente gratificante e se revela prazeroso ao içar as velas e deixar ser levado pelos ventos.

No ambiente militar, o trabalho em equipe é uma virtude muito prezada e isso não é diferente na Vela. A tripulação treina arduamente para alcançar um entrosamento de forma que as ações dos integrantes deixam de ser individualizadas e passam a ocorrer de forma coesa, como se todos fossem membros de um só corpo. Determinadas tripulações são tão bem sincronizadas que as manobras, como “içar balão” ou “trocar vela” são feitas quase que automaticamente. Não longe disso, também existe a figura do capitão, o qual determina as ordens que são rapida-

O GVEN possui também papel representativo ao levar o nome da Escola Naval e da Marinha do Brasil pelo mundo



mente executadas. Ele se configura como a visão de líder da equipe e para isso precisa trabalhar de forma a manter a segurança de todos, mitigar atritos entre os componentes, estimular e encorajar o seu pessoal. Apesar de se tratar de um espaço amostral reduzido (uma embarcação a vela), os valores da cooperação com o grupo e o exercício da liderança são trabalhados pelos Aspirantes semelhantemente aos desafios encontrados ao longo da carreira como Oficial da Marinha, sendo a Vela uma oportunidade para aprender na prática esses conceitos.

Sem dúvidas, uma das atividades que mais cooperam com a construção do espírito marinho é a Vela. A bordo dos veleiros da Escola Naval, os Aspirantes podem vivenciar experiências únicas que sintetizam diversos conhecimentos teóricos de navegação e marinharia além de adquirir o “sentimento marinho”. Preparar-se para a velejada também consiste em observar o tempo, as condições meteorológicas, observar a maré para determinar os melhores horários de partida e chegada como também entender a dinâmica das correntes de maré para traçar uma boa estratégia de regata. É preciso também ter especial atenção aos ventos, à intensidade, à direção e às rajadas, pois este elemento é fundamental para a Vela. Além disso, aprendem-se manobras de navegação com o Veleiro a fim de aproveitar os fatores meteorológicos a favor da embarcação, regras estudadas

no Regulamento Internacional para Evitar Abalroamentos no Mar (RIPEAM), manobras com os cabos e, ainda mais importante, aprende-se a ter respeito pelos outros navegantes e pelo mar. O Aspirante compreende que a natureza pode ser uma aliada, porém também impõe limites. Nas regatas, ao calor do momento, precisa-se saber aproveitar todos os elementos possíveis, contudo o fator humano possui um diferencial. É exigido que o capitão seja decisivo e a tripulação, corajosa.

O ser humano há muito vislumbra os mares, a liberdade que ele traz, as possibilidades além dos horizontes. Foram inspirações como estas que motivaram as grandes navegações europeias que se engajavam redescobrimo novos mundos. O fascínio pelo mar sempre esteve presente na história do homem, nos mitos e poesias. De fato, os oceanos são cativantes por toda a grandiosidade que lhes pertence. Diante disso, a nossa Marinha atua cumprindo sua nobre missão e conta com homens do mar que são bem preparados de diversas maneiras. Nesse cenário, o Grêmio de Vela da Escola Naval tem sua participação ao transmitir ensinamentos que somam ao desenvolvimento do Aspirante. A Vela desperta valores presentes na Rosa das Virtudes, como zelo, abnegação, espírito de sacrifício, cooperação, decisão, coragem, além de aspectos da liderança. Velejar compreende todos esses ensinamentos. É técnica mais arte. É ver a física como poesia.



FORTALEZA DE N. SN^{RA}
 DA CONCEIÇÃO DO VILLAGALHON
 PRINCIPIADA EM 1775 REINA
 DO S. D. N. S. 1.º GEN. DO REY E CAPITAN. G. N. DE MAR
 E TERRA DOS ESTADOS DO BR. AZIL O ILL. USTRISSIMO E EXCE.
 LENTISSIMO S. D. LUZ DE ALV. DA PORTUGAL 2.º MARQUEZ
 DE LAVRADIO DO CONS. DE S. M. G. I. TEN. G. N. DE SEUS EX. RC. I.
 TOS CONCELHEI. RO DE GUERRA

SSA SENHORA
 E VILLEGAGNON
 RANTES

03

**APRESENTAÇÃO
DO DOSSIÊ
“O PODER NAVAL E A
CONCORRÊNCIA ENTRE
OS IMPÉRIOS GLOBAIS
DA MODERNIDADE
(SÉCULOS XVI-XVII)”**

Capitão de Corveta (IM) Marcello José Gomes Loureiro

A historiografia produzida nas últimas três décadas sobre a formação dos impérios ultramarinos da época moderna (séculos XVI-XVIII) tem oferecido um conjunto de reflexões que aporta significativa complexidade aos processos de incorporação e manutenção de seus territórios constitutivos. Muitas questões têm instigado a astúcia dos historiadores, a exemplo da hierarquização e mobilidade política desses mesmos territórios em face dos poderes centrais europeus; a capacidade de governar e de operacionalizar a guerra à distância, sob escalas inéditas de emprego de tropas e de meios navais; a possibilidade de manutenção de algum controle ou convergência de fluxos comerciais, muitas vezes prévios à presença europeia; e, ainda como exemplo, a capacidade de negociação com povos até então desconhecidos, promovendo-se frequentemente interações e conflitos de culturas.

Em tempos de globalização, a perspectiva analítica dos historiadores também se alargou. Agora, são enfatizadas cada vez mais as investigações que consideram as histórias conectadas que lhes permitem extrapolar regionalismos. O nervo das análises não deve residir nem apenas nos centros decisórios – nos palácios de reis, como o El Escorial ou Versailles – nem tampouco pode estar encerrado nas realidades locais, seja a de Salvador, São Luís, Angola ou Goa. É forçoso observar como as relações entre o local e o central se estabeleceram e se transformaram, e ainda como as relações de verticalização ou de interdependência se configuraram. A partir da disposição de jogos de escala, normalmente assimétricos, múltiplas facetas desse período têm sido desveladas ou revisitadas.

Em alinhamento com essas tendências e questões, e vinculado às Comemorações dos 200 anos da Independência do Brasil, este dossiê tem por título “O Poder Naval e a concorrência entre os Impérios Globais da Modernidade (séculos XVI-XVII)”. Trata-se de um conjunto de artigos inéditos, produzidos por Aspirantes da Escola Naval, que apresentam resultados de pesquisa em diferentes graus de desenvolvimento.

Os textos, em conjunto, oferecem aos leitores abordagens de diferentes ângulos dos principais mo-

mentos bélicos experimentados pelos luso-brasileiros nos séculos XVI e XVII. Organizados a partir de um critério cronológico, debruçam-se sobre o contexto da França Antártica e da Equinocial, tentativas francesas de domínio da Guanabara e do Maranhão, respectivamente. Mas também analisam a conjuntura crítica do século XVII contra os holandeses, quando havia, em simultâneo, a eclosão da Guerra dos Trinta Anos (1618) na Europa e a agregação da monarquia portuguesa ao conjunto territorial compósito da monarquia hispânica, iniciada em 1580.

O dossiê é inaugurado pela pesquisa dos Aspirantes Pedro Lucas de Deus dos Santos e Julia Domingues Portugal, que deslindam as guerras de religião na Europa e os debates e rupturas de natureza teológica que fragmentaram e enfraqueceram o projeto de ocupação francesa na Guanabara. Em seguida, o Guarda-Marinha (IM) Raphael Rebouças Santana Silva examina as iniciativas e ações de Jerônimo de Albuquerque para desinstalar os franceses de São Luís. O Aspirante (IM) Rodrigo Bastos de Assis Ferreira refaz as discussões religiosas presentes na Reforma Holandesa, para demonstrar como se relacionam ao delineamento das Companhias de Comércio que assolaram o império luso no Índico e no Atlântico. O Guarda-Marinha Arthur Lima Verde dos Santos Pereira e o Aspirante Lucas Lima dos Santos enquadram e discutem as invasões holandesas por meio de uma historiografia recente, que privilegia um ponto de vista global. Por fim, o Aspirante Rodrigo Regal de Castro analisa como a existência do Quilombo de Palmares foi percebida pelas autoridades lusas como uma ameaça tão grave à conservação do território quanto às invasões batavas.

O eixo que perpassa todos esses trabalhos, desenvolvidos na Escola Naval ao longo dos anos de 2020 e de 2021, é não apenas o levantamento de questões ou “problemas de pesquisa” condizentes com a historiografia atual; mas mormente o manejo, dentro dos limites naturais de um Curso de Graduação, de fontes de época primárias ou genuínas, nem sempre tão conhecidas ou repisadas. Assim, a apresentação desse dossiê sublinha os esforços e a dedicação desses jovens pesquisadores e a qualidade dos resultados que, em tão pouco tempo, alcançaram.

VILLEGAGNON, A FRANÇA ANTÁRTICA E AS QUERELAS RELIGIOSAS DA FRANÇA QUINHENTISTA

Aspirante Pedro Lucas de Deus dos Santos

Aspirante Julia Domingues Portugal

De modo que, de agora em diante, nada se faça sem a opinião do Conselho, de tal forma que, se eu ordenasse alguma coisa em prejuízo de alguém, fosse sem efeito nem valor, se não fosse autorizada e retificada pelo Conselho. Todavia, eu me reservei um ponto: é que, a sentença tendo sido ordenada, me fosse permitido perdoar o malfeitor, de modo que eu possa ajudar a todos, sem prejudicar ninguém. Eis os meios pelos quais deliberei manter e defender nosso estado e dignidade.¹

O trecho acima faz parte de uma carta que Nicolas Durand de Villegagnon escreveu da Guanabara a João Calvino, protagonista da Reforma Protestante. Nela, o Vice-Almirante da Bretanha se exime da total responsabilidade do julgamento e execução de alguns malfeitores que ambicionavam um atentado contra sua vida, e, analogamente, apresenta de forma prematura sua defesa em torno das acusações futuras dos autores calvinistas acerca da execução de três huguenotes na França Antártica, compartilhando a responsabilidade das sentenças estabelecidas, em alguma medida, a um tribunal colegiado recém-criado – o Conselho. Este último episódio marcou o fim de um período de relativa tolerância religiosa na Guanabara. Por outro lado, deu início a uma série de dissidências que comprometeriam a unidade colonial dos franceses no Brasil e, em decorrência, a própria continuidade da colônia, instalada desde 1555 na Ilha onde hoje está situada a Escola Naval.

O propósito deste artigo é analisar as motivações do cavaleiro de Malta na fundação de uma colônia

francesa no Novo Mundo, bem como o objetivo da mesma, tendo como problemática o enredo dual – católico e protestante – dos acontecimentos na Guanabara, a fim de ponderar a influência das questões religiosas no projeto colonial francês. Para alcançar sua finalidade, a pesquisa investigou algumas das cartas escritas pelo Almirante francês, os textos correlatos de Jean Crespin e Jean de Léry, bem como se apoiou na historiografia e filosofia política especializada, sobretudo nos trabalhos de Olga Pantaleão e Sérgio Buarque de Hollanda,² Sérgio Cardoso³ e Vasco Mariz.⁴

Villegagnon amejou conhecimentos náuticos em função de seu ingresso, em 1531, na Ordem de São João de Jerusalém, uma organização militar e católica sediada em Malta. Oriundo da pequena nobreza da França, teve excelente formação acadêmica pelas Universidades de Orléans e Paris, onde se graduou em Direito. Ainda jovem, adquiriu experiência militar servindo em uma esquadra organizada pelo Imperador Carlos V, que desferiu ataque aos mouros de Argel. O sucesso da expedição estaria garantido se não fosse uma tempestade que assolou a frota do Imperador, ocasionando naufrágios de suas galeras e isolando a tropa imperial em terra, o que possibilitou uma violenta invertida dos argelinos. Graças à resistência dos

¹ Carta de Villegagnon a João Calvino, datada de 31 de março de 1557. Cf. VILLEGAGNON, N. D. *Cartas por N. D. de Villegagnon e textos correlatos por Nicolas Barré e Jean Crespin (coleção franceses no Brasil vol. 1)*. Rio de Janeiro: Batel, 2009, pp. 55-59.

² PANTALEÃO, Olga. “Franceses, ingleses e holandeses no Brasil quinhentista”. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *A época colonial, tomo I: do descobrimento à expansão territorial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, pp. 147-175.

³ CARDOSO, Sérgio. “Uma fé, um rei, uma lei: a crise da razão política na França das Guerras de Religião”. In: NOVAES, Adauto (org.). *A crise da razão*. São Paulo: Companhia de Letras, 1996, pp. 173-193.

⁴ MARIZ, Vasco. “Villegagnon e a França Antártica”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 444, jul/set 2009, pp. 25-37.

Cavaleiros de Malta, Carlos V conseguiu escapar da surtida, e Villegagnon, gravemente ferido no braço esquerdo por uma lança durante o confronto, recebeu palavras de agradecimento do Imperador pela sua bravura no conflito.

Em 1548, o rei Henrique II de França ordenou que Villegagnon sequestrasse a jovem Maria Stuart, principal pretendente ao trono escocês, com o objetivo de noivá-la com o delfim, futuro Francisco II. Desse modo, a Escócia católica se agregaria à composição de territórios que constituíam a monarquia francesa. Villegagnon, comandando quatro galeras, conseguiu burlar o bloqueio da esquadra inglesa e, em 07 de agosto de 1548, desembarcou da fortificação de Dumbarton, com a jovem Stuart a bordo de seu navio. Desde então, Henrique II dispôs de estima pelo nobre marinheiro, promovendo-o em 1553 a Vice-Almirante da Bretanha.

Em 1552, Villegagnon recebeu ordens do rei da França para fortificar o porto de Brest, onde ouviu histórias de marinheiros sobre viagens às terras no litoral da América. Uma delas é citada por Jean Crespin em seu livro: “[...] uma longínqua viagem que fizera outrora às Índias Meridionais na parte do Brasil; louvando grandemente a temperatura do ar do país, a beleza e serenidade do céu, a fertilidade da terra, a abundância dos víveres, as riquezas e grandes bens desconhecidas totalmente dos antigos”.⁵

Os motivos que ocasionaram a vinda do Vice-Almirante para as terras do Brasil podem ser colocados em pauta a partir de diferentes perspectivas, futuramente aqui expostas. Jean Crespin aborda em sua obra uma razão de natureza mais pessoal, pois Villegagnon, enquanto em sua estadia em Brest, teria se desentendido com o Governador local, sendo essa querela o sustentáculo sob a qual o escritor francês apoia a justificativa da partida do primeiro. Afirma ainda que o cavaleiro de Malta ficou insatisfeito pela posição do rei, em favor do Governador; e “que seu coração não podia mais comportar de ali ficar ou residir, tendo em vista a magra coleta que havia recebido por seus serviços passados”.⁶ Então, contaminado pelo entusiasmo



Antoine Caron: Alegoria da guerra

em relação às terras no além-mar, o cavaleiro de Malta desejou abandonar a França de forma honrada, mantendo sua reputação. Nesse sentido, a apresentação de um projeto colonizador poderia ser bem recebida pelo rei francês, uma vez que a França se beneficiaria com a construção de uma colônia no Novo Mundo. Ressalta-se, no entanto, que ao analisar os escritos de caráter suíço de Crespin, deve-se levar em consideração as observações de Paulo Knauss de que, aos olhos do historiador, parece haver “um cruzamento da memória antifrancesa e genebrina, que se constrói em torno da identidade protestante”.⁷

Genebra, o cantão da Suíça, no início do século XVI vivia sob influência da França católica. A população, no entanto, tendo uma mente crítica e um certo nível de educação, ambicionava a independência política. Ainda na década de 1530, os genebrinos se declararam como protestantes e membros de uma república, a qual se tornaria a matriz central da Igreja Reformada e, posteriormente, abrigaria um dos maiores ícones

⁵ Jean Crispin em História dos mártires perseguidos e mortos pela verdade do Evangelho, cf. VILLEGAGNON, N.D. *op. cit.*, p. 129.

⁶ *Idem.*

⁷ Apud MARIZ, Vasco, *op. cit.*, pp. 31-32.

protestantes que reformou a estrutura social e política da cidade, João Calvino. Essa memória, de afirmação da autonomia política e negação da influência francesa sob a região, ao acompanhar a cronologia histórica da região, influenciou na concepção do protestante sobre a formação de sua identidade, numa relação dual, pois à medida que a cidade mudava em decorrência das ideias protestantes de Calvino, a estruturação identitária protestante interiorizava às questões políticas genebrinas.

Há também a ideia defendida contundentemente por alguns autores, de que Villegagnon idealizara uma cidade utópica no Novo Mundo. Nela, os huguenotes, frente às dissidências de teologias cristãs na França, culminantes numa Guerra Religiosa que durou décadas, poderiam se refugiar, vivendo em harmonia com católicos e servindo melhor a Deus. Para que se tenha uma ideia do impacto das Guerras de Religião na França, e ao mesmo tempo não extrapolar os limites deste artigo, vale citar um exemplo bastante representativo: as pinturas de Antoine Caron.

Caron (1515-1593) foi um pintor francês ativo durante os reinados de Charles IX e Henrique III. Em seus trabalhos, reflete a elegante, porém instável, corte dos Valois. Contratado, no período entre 1540 e 1550, pelo artista italiano Francesco Primaticcio, Caron se encarregou de ornamentar o castelo de Fontainebleau, integrando, então, a chamada Escola de Fontainebleau. Em geral, essa Escola é considerada a responsável por introduzir a arte do Renascimento italiana na França. Caron foi designado, em 1561, para ser pintor da corte de Catarina de Medici e Henrique II. Seus trabalhos abrangem, principalmente, três categorias: violência, alegorias e o ‘maravilhoso’. Manteve-se firme ao chamado estilo artístico “maneirista”, produzindo figuras alongadas e distorcidas, estilização e perspectiva exageradas, oblíquas e assimétricas. Além disso, empregou um uso não naturalista das cores, permitindo uma forte combinação das mesmas em suas obras.

Na *Alegoria da Guerra*, também chamada de *Diálogo entre o Príncipe e a Morte*, observamos um governante, um príncipe, junto à figura da morte em forma de esqueleto. Há também inúmeras pessoas deitadas, sem vida, no chão, ao redor dos personagens. Esteticamente, destaca-se o referido estilo ma-

neirista do pintor Antoine Caron. O quadro pode ser associado a uma indagação do príncipe sobre as consequências de uma guerra. Trata-se, de fato, de uma alegoria da autorreflexão – representada pela mão em seu peito – já que o príncipe discute com a sua própria experiência de guerra, que fica materializada no quadro pela figura da morte. Percebe-se, aqui, que o personagem principal dessa cena não precisa de um intermediário para realizar essa discussão; isto é, ele não precisa de um filósofo, visto que ele discute com a experiência da morte que está dentro dele mesmo, em sua consciência. Desse modo, o governante vivencia uma autorreflexão de modo a conhecer a si mesmo, tomando consciência das condições de sua nação, antes de conhecer o mundo, antes de experimentar, portanto, a própria guerra. Assim, o príncipe participa de um diálogo socrático consigo mesmo. Nesse contexto, fazendo uso da dialética socrática, o personagem questiona a própria sabedoria do que é entrar em guerra, negando suas concepções em busca de um conhecimento mais elevado. Sócrates compreendia que as ideias estão no interior dos homens, sendo conhecidas por sua alma eterna, e que, para conhecê-las, é preciso realizar os questionamentos corretos para que os homens pudessem recordar essas ideias prévias. A obra em questão sugere que o príncipe, sozinho, sem o auxílio de um filósofo, é capaz de tomar consciência dessas concepções que residem em seu interior, de forma que ele só poderá atingir esse objetivo por meio do exercício reflexivo, trazendo à luz um conhecimento que o permita manter ou ampliar seus domínios territoriais, políticos e religiosos.

É por causa desse contexto de Guerra de Religião que alguns vinculam as causas da França Antártica a um projeto de harmonia. Contudo, além da ideia proposta no início do primeiro capítulo do livro de Jean de Léry,⁸ as circunstâncias que apontam para essa afirmação fazem sentido somente se observadas na perspectiva da narrativa calvinista, criada após os acontecimentos seguidos da querela eucarística da Páscoa de 1557.

De fato, houve numerosos protestantes no recrutamento para povoar a colônia francesa na América,

⁸ LÉRY, Jean de. *Viagem à terra do Brasil*. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1961.

tal proposta foi de bom grado para aqueles que fugiam da perseguição religiosa na França. Para Villegagnon, no entanto, o intuito da propaganda era conseguir mão de obra para o estabelecimento do projeto colonial, de modo que não ocorreu por parte deste, uma busca exclusiva por protestantes, nem a propagação da ideia de que no além-mar seria estabelecida uma colônia protestante no Brasil. A atuação do Almirante Coligny, após sua conversão ao protestantismo, junto aos magistrados de Genebra, para elaborar a primeira expedição evangelística calvinista no Novo Mundo foi, ao que tudo indica, um ato unilateral sem participação do cavaleiro de Malta. Além disso, o Vice-Almirante dispunha da habilidade destacada por Vasco Mariz como *langue de bois*,⁹ ou seja, uma aparente neutralidade quanto ao conflito das facções de teologias diferentes. Associada a uma certa nebulosidade nas conversas com os calvinistas, tal comportamento era fundamentalmente importante no projeto colonial, porque o cenário oposto não respondia de fato às suas demandas.

A concepção dessa motivação, para o projeto colonial na Guanabara, pode ter sido fruto da campanha difamatória desenvolvida na França pelos huguenotes, após o retorno do pastor Pierre Richier e dos relatos do evento que, em seu livreto, Jean Crespin irá escrever, 40 anos após o ocorrido acerca dos três reformistas mortos na Guanabara, cuja culpa o editor francês irá atribuir isoladamente a Villegagnon. Em 1557, o cavaleiro de Malta recebeu de forma amigável a delegação francesa comandada por Phillipe de Carguillera, senhor Du Pont, que contava com a presença do religioso Jean de Léry, Jean de Cointá, os pastores Pierre Richier e Guillaume Chartier, que escreveram, em carta a Calvino, que Villegagnon se mostrara como “um pai e irmão dos recém-vindos”.¹⁰

A hipótese de que as motivações de Villegagnon se fundamentavam em uma vida harmônica entre católicos e protestantes é contrária aos eventos sucedidos na celebração da Páscoa de 1557. Em meados de abril, durante a cerimônia de celebração da Ressureição de Jesus, em que se realizava a Santa Ceia, houve discordância entre católicos e protestantes a respeito da presença

de Cristo na Eucaristia: para os católicos, as espécies da Santa Ceia se transformavam no corpo do Messias; já para os protestantes, os elementos envolvidos no culto eram apenas representativos da presença divina.

Ele se servia do sacramento de vossa Ceia para aprovar nossa doutrina, pregando que ele consistia em duas espécies: uma visível, a outra invisível. Dizia que a invisível era uma realidade intelectual, não corporal, que se recebe pela fé, tanto que, se acreditasse que Jesus morreu e ressuscitou por nós e que é Ele que ali nos é oferecido, é assim que é. Se não, não passa de pão o que se come em vossa Ceia.¹¹

Estava lançada a controvérsia religiosa que levou Villegagnon a expulsar aqueles que faziam propaganda daquela religião, que negava o rito mais simbólico da fé católica, e em última instância, desafiavam a estrutura monárquica francesa. Após dificuldades no desembarque da colônia, cinco huguenotes permaneceram na França Antártica, sendo três destes condenados pelo Conselho da colônia sob justificativa de que, segundo alguns autores, teriam continuado a disseminar a teologia protestante, mesmo sendo proibidos de fazê-la; já outros, alegam que os protestantes representavam uma ameaça política à colônia, o que na filosofia de Bodin é indissociável, já que, uma vez afrontada a fé, a ordem política também estava ameaçada.

Além disso, as suspeitas e o julgamento do Conselho não se mostram infundados se considerada a intenção de Coligny, ao enviar missionários franceses com o propósito de recolher informações para a possível fundação de uma colônia protestante, destinada a refugiar franceses perseguidos pelos reis católicos. Isso poderia ocorrer, no entanto, sem a inteira participação de Villegagnon, já que este era um cavaleiro da Ordem de Malta, conhecedor da teologia católica, e leal ao reinado de Henrique II, a quem servira em tantas empreitadas de outrora.

É fato que, pela carta de Villegagnon a Calvino, foi estabelecida, *a priori*, uma relação de cordialidade, notável no saudosismo do Almirante – “Nosso Senhor Jesus Cristo queira vos defender de todo mal,

⁹ MARIZ, Vasco, *op. cit.*, p. 30.

¹⁰ PANTALEÃO, Olga, *op. cit.*, p. 155.

¹¹ Carta de Villegagnon aos Magistrados de Genebra, datada de 13 de julho de 1560, cf. VILLEGAGNON, N. D., *op. cit.*, p. 64.

com vossos companheiros, fortificar-vos por seu espírito, prolongue vossa vida por longo tempo para o bem de sua igreja”.¹² Em alguma medida, isso devia refletir o cenário professo da colônia francesa até meados de abril, quando a controvérsia religiosa se instalou na França Antártica. Pela ausência de assertividade teológica protestante por parte do Vice-Almirante da Bretanha, é inautêntica a afirmação de que este teria professado a fé protestante. Nessa mesma carta, já mencionada no início deste artigo, é possível afastar a culpa atribuída isoladamente a Villegagnon pela condenação de Jean du Bourdel, Mathieu Vermeil e Pierre Bourdon, já que é referida a criação do Conselho de Notáveis. Não se exclui, contudo, a tentativa conciliadora de Villegagnon e a tolerância aos protestantes até a Páscoa de 1557, pois o Almirante precisava de mão de obra para erigir a fortificação de Coligny, defendê-la de ataques dos membros da empresa lusa que, em terra, desenvolvia-se desde o início do século XVI, e nas demais atividades necessárias para consolidar com sucesso a colônia francesa na Guanabara. Além disso, o cavaleiro de Malta não tinha conhecimento aprofundado sobre a teologia protestante até aquele momento.¹³

A tolerância do Vice-Almirante da Bretanha tangencia a ideia de L'Hôpital na França de que, frente a uma eminente guerra civil gerada pela dissidência religiosa, melhor seria permitir o culto protestante do que lidar com a gravidades das consequências de um conflito armado, mesmo tal pensamento sendo oposto às concepções religiosas da época. Todavia, o próprio chanceler francês, em seu discurso de abertura dos Estados Gerais de 1560, explicita que pressupor uma convivência pacífica entre povos de religiões diversas é uma irracionalidade, já que a esperança de que indivíduos de religiões distintas reconheçam e obedeçam a lei fundamentada em preceitos sagrados distintos daqueles, é infundada. Assim, uma vez contrariada a religião da monarquia, as leis que mantinham a ordem política e social, em decorrência, são postas sob caráter duvidoso.

Esse questionamento, em último grau, alcança a essência do poder legítimo do rei, de modo que,

na França, era complexo se afastar da concepção de que em um reino deveria existir apenas “uma fé, uma lei, um rei”.¹⁴ A filosofia de Tomás de Aquino acerca do Direito, bem como as ideias expressas nas obras de Jean Bodin, sintetizam de modo conclusivo a narrativa de que a religião era o fundamento basilar dos governos e das normas positivadas. Tal discurso pode, em certo escala, explicar o comportamento de Villegagnon após as discussões teológicas com os pastores calvinistas, na medida em que, ao analisar os riscos que a propaganda calvinista representava para sua fé, para a ordem da colônia francesa, e, indiretamente, para o rei, este optou por defender firmemente sua crença e a legitimidade de seu poder na colônia francesa.

Uma última justificativa abordada, no entanto, de suma relevância, é a que o projeto colonial tinha caráter militar e mercantil. Segundo essa perspectiva, que se afasta um tanto da complexa e nebulosa que-rela religiosa gerada pela documentação primária, e que se atém mais às questões político-econômicas da época, Villegagnon teria vindo ao Brasil apoiado pelo rei Henrique II para realizar a missão de construir uma imponente fortaleza militar na Baía de Guanabara, que deveria prestar apoio ao comércio marítimo estabelecido entre os portos franceses e o litoral dos territórios luso americanos, além de se beneficiar da posição estratégica da geografia da Ilha de Serigipe, assim denominada pelos indígenas.

A instalação de uma fortaleza não apenas constrangeria o uso da Guanabara por portugueses, mas também viabilizaria operações navais de ataque aos navios lusos e castelhanos que regressavam das Índias Orientais carregados de especiarias. Contribui para esse panorama, o trecho da Carta de Mem de Sá à Regente D. Catarina, em 17 de junho de 1560, em que o governador cita que: “O mosenhor de Villegagnon havia oito ou nove meses que se partira para França com determinação de trazer gente e naus para ir esperar as de V. A. que vem da Índia, e destruir ou tomar estas capitânias, e fazer-se um grande senhor”.¹⁵

¹⁴ CARDOSO, Sérgio, *op.cit.*, p. 177.

¹⁵ Carta de Mem de Sá à regente D. Catarina sobre a conquista da Ilha de Villegagnon, datada de 17 de junho de 1560, cf. SER-RÃO, Joaquim Veríssimo. *Rio de Janeiro no século XVI, tomo II: documento dos arquivos portugueses*. Lisboa: Oficinas Gráficas

¹² Carta de Villegagnon a João Calvino, datada de 31 de março de 1557, cf. *ibidem*, pp. 55-59.

¹³ *Ibidem*, p. 63.

A carta do Vice-Almirante da Bretanha ao duque de Guise, documento pertencente ao acervo da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, é outro elemento que reforça tal análise. Na ocasião, Villegagnon informava a François de Lorraine as condições militares da colônia, consignava o término da construção da fortaleza, do numeroso exército de que dispunha graças à participação dos nativos, e da nau que enviou a partir da Guanabara até a Patagônia, na esperança de recolher informações sobre as atividades mineradoras dos castelhanos na região, explicando “que os castelhanos vêm por terra do Peru procurar metais”.¹⁶

Para além das motivações que ocasionaram a construção da França Antártica numa ilha na Baía de Guanabara, cabe ressaltar que aquela foi a primeira colônia francesa no Brasil, fundada sob circunstâncias adversas, tais como doenças, o risco de um confronto eminente com os portugueses residentes em terras próximas do litoral, a dificuldade de se obter víveres, além do desafio de manter os habitantes da colônia sob rígida disciplina, afastados das tentações carnavais; e, ainda, a necessidade de convivência pacífica entre católicos e calvinistas. Citada por Vasco Mariz,¹⁷ a França Antártica possui um cenário único e contrastante em relação a outras empreitadas colonizadoras, pois enquanto os conquistadores lusos e castelhanos labutavam para sobreviver, a presença de intelectuais franceses fez erigir discussões acaloradas e dissonantes que fragilizaram o projeto, até resultar em seu fracasso.

Villegagnon voltou para a França em 1559, para responder à propaganda contrária à sua reputação pelos calvinistas, além de propor um debate teológico com seus antigos aliados e agora inimigos lancinantes, João Calvino e Gaspar Coligny, deixando aos cuidados de seu sobrinho, Bois-le-Comte, a administração da colônia. Em 1560, o governador Mem de Sá bombardeou o forte da colônia francesa, e adentrou a entrada secreta da fortaleza de Villegagnon com o auxílio das informações dadas por Jean de Cointá, francês dissidente do projeto colonial devido à um conflito, de

Manuel A. Pacheco, 1965.

¹⁶ Carta de Villegagnon ao duque de Guise datada do último dia do mês de novembro de 1557, cf. VILLEGAGNON, N. D., *op. cit.*, p. 81.

¹⁷ MARIZ, Vasco, *op. cit.*, p. 37.

caráter teológico com Villegagnon. Na França, o cavaleiro de Malta, pautado na teologia católica, escrevia a Catarina de Medici, aos Magistrados de Genebra, a Coligny e para outras figuras políticas, explicando o ocorrido na Guanabara em 1558; defendeu-se das acusações calvinistas e findou sua carreira como embaixador da Ordem de Malta. Não presenciou, portanto, a sangrenta Noite de São Bartolomeu, marco das Guerras de Religião que assolaram seu tempo.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Antônio Luiz Porto e. “A França Antártica, Villegagnon e a Reforma: um projeto colonizador dentro da crise religiosa e outros projetos de dependência com aspectos religiosos quatro séculos”. In: *Revista Navigator*, v.2, n. 3, jun. 2006.

CARDOSO, Sérgio. “Uma fé, um rei, uma lei: a crise da razão política na França das Guerras de Religião”. In: *A crise da razão*. São Paulo: Companhia de Letras, 1996, pp. 173-193.

VILLEGAGNON, N. D. *Cartas por N. D. de Villegagnon e textos correlatos por Nicolas Barré e Jean Crespin (coleção franceses no Brasil vol. 1)*. Rio de Janeiro: Batel, 2009.

PANTALEÃO, Olga. “Franceses, ingleses e holandeses no Brasil quinhentista”. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *A época colonial, tomo I: do descobrimento à expansão territorial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, pp. 147-175.

LÉRY, Jean de. *Viagem à terra do Brasil*. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1961.

LOUREIRO, Marcelo José Gomes. “O poder naval na defesa do Império Marítimo português”, in: ABREU, Guilherme (org.). *Marinha do Brasil: uma síntese histórica*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2018, pp. 47-67.

MARIZ, Vasco. “Villegagnon e a França Antártica”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 444, jul/set 2009, pp. 25-37.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Rio de Janeiro no século XVI, tomo II: documento dos arquivos portugueses*. Lisboa: Oficinas Gráficas Manuel A. Pacheco, 1965.

AS PRIMEIRAS TENTATIVAS DE CONQUISTA E INCORPORAÇÃO DO MARANHÃO: OS INDÍGENAS E AS EXPEDIÇÕES DE AIRES DA CUNHA E DE PERO COELHO DE SOUSA

Guarda-Marinha (IM) Raphael Rebouças Santana Silva

1. INTRODUÇÃO

O século XVII se caracteriza pelas diversas expedições de conquista no Novo Mundo. Portugueses, espanhóis, holandeses, franceses e ingleses, amparados pelas coroas ou pelas suas próprias fazendas, lançam-se sob o Sol dos trópicos em busca de riquezas e de estabelecerem seus interesses no Maranhão. Os indígenas, que tinham o conhecimento da terra e suas características, foram fundamentais no processo de conquista e territorialização. Nesse contexto destacam-se indivíduos que tiveram contato com os índios, aprendendo os costumes e as especificidades da região setentrional do atual Brasil, a exemplo de Jerônimo de Albuquerque. Aqueles que conseguiram a estima e o apoio dos indígenas tinham não apenas o apoio do povo da terra, mas também buscaram o reconhecimento de seus serviços pelas coroas europeias.

O termo “conquistar”, de acordo com o dicionário do padre Raphael Bluteau, significa “adquirir por armas o Senhorio de alguma terra, Região, Reino, &c”.¹ Nas primeiras décadas do século XVII, todavia, alguém poderia se tornar senhor da terra em nome do Rei antes mesmo de se tornar possuidor dela, *de fato*. Tal cenário era consequência do empenho das Coroas europeias em expandir sua influência e possessões em áreas comuns no Novo Mundo, o que culminou na corrida dos exploradores e particulares, a fim de encontrarem riquezas e ascenderem socialmente. Quem chegasse primeiro às terras e nelas se estabelecesse, poderia encontrar dois grandes problemas: os indígenas e as investidas de inimigos. Considerado como ponto de partida da conquista dos sertões pelos portugueses

e franceses, os seiscentos se tornaram decisivos para a futura consolidação dos Estados do Brasil e do Maranhão e Grão-Pará, fundado em 1621.

A historiografia utilizada neste artigo revisita o período das Jornadas do início do século XVII sob diferentes prismas: os trabalhos mais recentes, como “Para aumento da conquista e bom governo dos moradores”² e “A conquista do Maranhão e as disputas atlânticas na geopolítica da União Ibérica”³ investigam os projetos de ocupação europeus e as questões ibéricas envolvidas na concepção do governo maranhense. As principais fontes são a *Correspondência*⁴, *Jornada do Maranhão*⁵, *Livro Primeiro do Governo do Brasil*⁶ e *História da missão dos padres capuchinhos na ilha do Maranhão e terras circunvizinhas*⁷, dentre outras que serão elencadas no decorrer do presente trabalho, mostram as visões de autores que estiveram presentes no processo de conquista exercendo variados papéis na administração luso-espanhola e francesa. Governadores, militares, padres e

² CORRÊA, Helidacy Maria Muniz. *Para aumento da conquista e bom governo dos moradores*. Niterói: PPGH-UFF, 2011. Tese (Doutorado em História Social).

³ CARDOSO, Alírio. “A conquista do Maranhão e as disputas atlânticas na geopolítica da União Ibérica (1596-1626)”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 31, n° 61, p.317-338, 2011.

⁴ BOTELHO, Diogo. *Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1910, 321p.

⁵ MORENO, Diogo de Campos. *Jornada do Maranhão*. Edições do Senado Federal, 2011, 174p.

⁶ Livro Primeiro do Governo do Brasil (1607-1633). Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1958, 463p.

⁷ D’ABBEVILLE, Claude. *História da missão dos padres capuchinhos na ilha do Maranhão e terras circunvizinhas*. Tradução de Cezar Augusto Marques. Maranhão: Tipografia do Frias, 456 p.

¹ Em todo o artigo, optou-se por empregar a grafia original, como está na documentação.

outros agentes dessa sociedade revelam a trama de interesses que percorria não apenas o centro da administração do governo, mas de todo um complexo de forças que também envolvia a Companhia de Jesus e a emergente nobreza da terra. Em um tipo de relato com a predominância do narrador-onisciente, contar a história desse período era um exercício no qual o autor descrevia os atos e fatos da conquista de forma impessoal; contudo, ao rogar por prerrogativas ao rei, os autores inserem-se na história em busca de mercês e destaque na administração colonial.

O presente trabalho tem como objetivo investigar, em primeiro lugar, as ações da Coroa Portuguesa destinadas à conquista do Maranhão, com destaque para as expedições de Aires da Cunha e de Pero Coelho de Sousa. Em segundo lugar, o artigo procura demonstrar como as circunstâncias exigiram que houvesse não apenas alianças com os indígenas, mas também um debate em torno do seu lugar na sociedade que se pretendia estabelecer. Liderar indígenas, contudo, era visto sob óticas diferentes pelos sertanistas e autoridades e disso resultaram conflitos de jurisdição acerca dos projetos de inserção desses indígenas na sociedade que se formava do início do século XVII.

2. AS PRIMEIRAS TENTATIVAS DE OCUPAÇÃO DO MARANHÃO

2.1 A expedição de Aires da Cunha

A primeira tentativa de ocupação do corredor Parahyba – Rio Grande – Siará – Maranhão data de 1535, fruto da doação de uma capitania de D. João III a João de Barros (o cronista português) e ao Capitão-Mor Aires da Cunha. Aos dois, coube a administração de territórios da região que atualmente compreende o Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará.⁸ Ao cronista também coube a administração de terras do Maranhão nas imediações da Ilha de São Luís, inclusive. Ao Capitão, incumbiu-se a administração da área do Maranhão a oeste, com limite no meridiano de Tordesilhas. Tal região era vista com cautela pela Coroa portuguesa, pois continha o delta do rio Amazonas,

que era de interesse de França, Inglaterra e Holanda⁹. De leito navegável, o Amazonas era um imenso canal que ligava a parte setentrional do continente luso-espanhol às posses do Vice-Reino do Peru¹⁰. Destaca-se também que:

Raleigh (explorador inglês) não só reconhece a imensa capacidade de navegação dos rios da região, como também trata de aumentar as expectativas sobre a existência de lendárias riquezas na cidade dourada de Manoa.¹¹

A cidade de Manoa a que Alírio Cardoso se refere é a mítica cidade de Eldorado, que se acreditava ser rica em metais preciosos. Conta o mito que um índio, ao falar sobre suas terras ao Rei (nativo) de Quito, cita um cacique que tomava banho em uma lagoa com ouro¹². A verossimilhança da lenda, então, torna-se interesse dos exploradores espanhóis, conhecimento de oitava fundamental para a exploração da Bacia Amazônica pelos não-signatários do Tratado de Tordesilhas.

A missão colonizadora de Aires da Cunha e João de Barros contava com recursos e com seus próprios filhos, João e Jerônimo, além do próprio Capitão-mor, que chefiou uma robusta força que contava com “novecientos homens, cento e treze cavalos, e uma esquadra de navios”¹³, e pujança de unidades e frotas que “nunca saiu deste Reino”.¹⁴

Tal esforço foi um desastre, para infelicidade de Aires da Cunha, pois os navios sofreram com os fortes ventos e naufragaram nos parciais à vista da Ilha de São Luís. Dos naufragos que sobreviveram ao ataque dos índios

⁹ CARDOSO, *op. cit.*, passim.

¹⁰ FREYRE, Francisco de Brito. *Nova Lusitania história da guerra brasílica: A purissima alma e savdosa memoria do serenissimo principe Dom Theodosio Principe de Portugal, e Principe do Brasil*. Lisboa: Officina de Joam Galram, 1675. 600 p.

¹¹ CARDOSO, *op. cit.*, p. 323

¹² LANGER apud ALÉS & PUYLLAN. LANGER, Johnni. “O mito do eldorado: origem e significado no imaginário sul-americano (século XVI)”. *Revista de História*, Curitiba, n. 136, p. 25-40, 1.sem 1997.

¹³ FREYRE, 1675, p. 45.

¹⁴ BARROS, (1552). Transcrição minha.

⁸ Mapa-múndi de Batolomeu Velho (1561).

“Pitagaras”¹⁵ (potiguaras), a maioria fugiu para a vizinha Ilha do Medo. A historiografia não aponta nenhum tripulante que soubesse a língua dos nativos, o que poderia ter revertido parte do infortúnio da campanha.

Os relatos sobre o desfecho de Aires da Cunha se dividem: a principal corrente do livro *Corografia Paraense* defende que o Capitão-mor falece no naufrágio¹⁶, mas o mesmo livro cita outra fonte¹⁷ que relata que o dito Capitão fugiu em um navio corsário com destino a Lisboa, sem detalhar o que houve quando Aires da Cunha chegou a solo português. O fracasso dessa jornada afugentou os investimentos portugueses e, se sucedesse uma possível aparição de Aires, possivelmente sua credibilidade estaria em risco. Portanto, coube à morte concedê-lo o heroísmo. Das duas versões, um fato: a história feita para El-Rei conta as vitórias com lirismo, mas o hiato prevalece para a derrota dos seus.

Decerto, um dos mais prejudicados da campanha foi João de Barros, que mais do que todo seu investimento na conquista, perdeu seus dois filhos; “na memória eu o tenho bem vivo, por quam morto me deixou o grande custo d’esta Armada sem fructo algum”¹⁸.

2.2 Expedição de Pero Coelho de Sousa (1603)

Após o fracasso de Aires da Cunha, houve um espaço de meio século de tentativas frustradas. Pode-se mencionar, por exemplo, a de Luís da Silva Mello, que falhou duas vezes: na primeira, as correntes marítimas o levaram a foz do Amazonas. Enganado pelos “companheiros de Orellanas”¹⁹, o explorador volta a Lisboa com a “novidade” das vultosas riquezas naturais do Amazonas. Reúne tropas, frotas e a cessão de João de Barros da Capitania do Maranhão, mas sua expedição falha devido ao mesmo motivo de Aires: naufragou nos parciais de São Luís.

Pero Coelho de Sousa, “heroe de feitos guerreiros notáveis na África e no Levante”²⁰ propõe ao então

Governador-Geral Diogo Botelho uma expedição menos onerosa que as anteriores, que percorresse a faixa litorânea até chegar ao Amazonas, levantando informações sobre possíveis minas de metais preciosos e instalações inimigas, com a condição de que o militar fosse nomeado Capitão-mor.

Com um exército formado predominantemente por índios (“80 homens brancos e quase 800 índios”)²¹ – e que não contou com soldados do rei –, a econômica expedição foi aceita pelo Governador-geral, e ratificada em assembleia com os altos oficiais do Governo-geral, dentre eles Diogo de Campos Moreno, “capitão e sargento-mor daquele Estado [do Brasil]”²². Enviado da Coroa, o sargento-mor seguia “de perto as designações do governador pelo tempo que o Monarca desejasse”²³. A Jornada do Maranhão nos mostra que o sargento-mor não apenas seguia de perto as designações e ordens do Governador, mas também se apropriava de todo um conhecimento gerado pelo processo das conquistas dos capitães-mores. Influenciava as decisões desses Capitães, mas também era influenciado por elas, como ocorreu posteriormente com a experiência de Jerônimo de Albuquerque.

De acordo com a estrutura hierárquica da época, Pero Coelho de Sousa era Capitão-mor do Ceará, administrador-militar responsável pela região. Prestava serviço diretamente ao Governador-Geral. Abaixo dele, encontrava-se o sargento-mor e capitão de companhia²⁴, mas a participação do sargento-mor Diogo de Campos Moreno em reuniões decisivas, vistas nos trabalhos de Carlos Studart Filho²⁵ e da *Correspondencia*, de Diogo Botelho²⁶ indicam que Diogo de

ta do Instituto do Ceará, 1936, p.14.

²¹ MORENO, *op. cit.*, p.29.

²² *Ibidem*, p.29.

²³ JÚNIOR, Mário Martins Viana. “A expedição de Pero Coelho de Sousa em 1603”. In: OPSIS, Catalão (org.), v. 13, n. 2, p. 150-172 - jul./dez. 2013, p. 155.

²⁴ ROCHA, Rafael Ale. A elite militar no estado do Maranhão: poder, hierarquia e comunidades indígenas (século XVII). Niterói: PPGH-UFF. Tese de Doutorado em História Social.

²⁵ FILHO, *op. cit.*, p.15.

²⁶ *Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*, tomo LXXXIII, parte I, p. 19.

¹⁵ SILVA, Ignacio Accioli de Cerqueira e. *Corografia paraense*. Bahia: Tipografia do Diário, 1833, p.173.

¹⁶ *Ibidem*, p.173

¹⁷ SILVA, *op. cit.*, p.172.

¹⁸ *Idem*.

¹⁹ SILVA, *op. cit.*

²⁰ FILHO, Carlos Studart. “A Bandeira de Pero Coelho”. In: *Revis-*

Campos, mesmo sendo sargento-mor, possuía influência no governo do Brasil análoga ou maior que a de seus pares.

Para fazer jus ao posto de Capitão-mor, Pero Coelho, contudo, deveria seguir as determinações de Diogo Botelho. Dentre elas, destacam-se:

“(…) Por todas as vias procurará paz e não consentirá que pessoa alguma que língua da terra falle com o gentio sem sua ordem e linguagem, porque desse inconveniente tem a experiência mostrado perderem-se muitos capitães e assolar-se muito gentio, por inimizades os taes semeiam; (…) fará povoação e fortes nos logares ou portos que melhores lhe parecerem, procurando a amizade dos índios, oferecendo-lhes paz e a lei evangelica, sem os induzir nem prometter cousa que se não lhes cumpra; (…) procurará que em cada aldeia que receber a paz, se levante uma cruz com muito acatamento e veneração, declarando-se o mysterio della; (…) procurará a união de um gentio com outro e sendo offendido de alguma contra razão se poderá defender si offendel-o, procurando o melhor modo que puder para sua redução; usará nas cousas repentinas do que melhor lhe parecer conforme o tempo e a ocasião, eleando por fundamento a ampliação da fé catholica e a paz que conforme os serviços que a Sua Magestade nisto fizer, valerá de Sua Magestade as mercês devidas”²⁷.

A expedição de Pero Coelho de Sousa parte em 1603 tendo duas frentes, diferentemente das tentativas anteriores de conquista: um desdobramento marítimo, que levava os víveres e munição, e um desdobramento terrestre, composto pelos sertanistas. O novo procedimento foi fruto sua própria experiência em tentar chegar ao Maranhão por mar; mas, assim como as anteriores, a intenção foi frustrada²⁸.

A empresa contou com a presença do língua Manoel de Miranda, homem de confiança de Diogo Botelho, e com a suposta presença de armas de Diogo de Campos Moreno.²⁹ Sabendo da importância do aprendizado da língua dos índios e sua influência no processo de contato com os “gentios”, da experiência que o sertão proporcionaria naquela entrada, e das possibilidades de ascensão social, caso a missão lograsse êxito, o Sargento-mor do Estado enviou seu sobrinho, Martim Soares Moreno. Os jesuítas Pinto e Figueira (1903) afirmam que Diogo de Campos Moreno não foi à expedição, já que, segundo o relato do próprio Sargento-mor, ele “havia mandado” Martim Soares Moreno com Pero Coelho de Sousa e não que o levara consigo para a expedição. Esse argumento retórico, no entanto, não corresponde com o documento *O mais antigo documento existente sobre a historia do Ceará*. Segundo Pinto e Figueira, “A Otuimiri chama Diogo de Campos de grande piloto da costa, sem o qual Pero Coelho não fizera nada”³⁰.

O próprio Moreno escreve que, “por ordem do dito governador, foi fazer esta expedição Diogo de Campos Moreno, capitão e sargento-mor daquele Estado, por obrigação do cargo, e porque juntamente foi visitar aquelas fortalezas”³¹. Mais do que visitar, João Lúcio de Azevedo (1893) afirma:

Organizou-se para esse fim uma expedição, indo por chefe d’ella o dito Diogo de Campos; mas os resultados não corresponderam à expectativa, por isso que os exploradores nunca puderam passar além da serra de Ibiapaba.

De fato, Moreno relata as irregularidades da expedição de Pero Coelho, analisadas adiante; no entanto, não as detalha nem interfere nas mesmas, assim como ele entrevistou *in loco* quando necessário na expedição de Jerônimo de Albuquerque Maranhão³². Sendo homem de confiança do Governador-geral e da Coroa luso-espanhola, qualquer contratempo posto em seu nome poderia fragilizar sua posição dentro da administração ultramarina.

²⁷ FILHO, p. cit., p.17-18 (grifo meu).

²⁸ FIGUEIRA, Luiz; PINTO, Francisco. “O mais antigo documento existente sobre a História do Ceará”. Transcrição de Barão de Studart. *Revista Trimensal do Instituto do Ceará*. Fortaleza, 1903, p. 53.

²⁹ MORENO, *op. cit.*, p. 29.

³⁰ FIGUEIRA & PINTO, *op. cit.*, p. 53.

³¹ MORENO, *op. cit.*, p. 29.

³² *Ibidem*, p. 74 e 75.

O Capitão-mor reforça suas tropas convocando índios do Jaguaribe. Destacou sua atitude proveitosa, já que, ao encontrar um índio capturado, “encheu de presentes e o mandou à sua tribo, a fim de predispor o animo dos companheiros em favor dos portugueses”. Com o acréscimo dos nativos de Jaguaribe à sua guarnição, marchou até a serra de Ibiapaba³³, onde foi recebido pelas flechas tabajaras e pelos mosquetes franceses de Mr. Bombille. As forças de Pero Coelho, todavia, eram mais fortes e tomaram posse daquele rincão. Os franceses fugiram junto com o cacique Diabo Grande, líder daquela tribo e se fortificaram em outra tribo próxima, a do líder Mel Redondo. Não obstante, as tropas de Pero Coelho tomaram a cerca montada pelos índios e o explorador começou a cativar os caciques e toda a sorte de índios que encontraram. Ao instalar um arraial às margens do rio Arabê, cativa Ubaúna, chefe nativo que “gozava de geral estima em todas as tribus da serra de Ibiapaba”³⁴. Sua influência naquela região era tão relevante que, após ser liberto, seus índios resignaram qualquer retaliação.

A serra fica no limite dos atuais estados do Ceará e a faixa litorânea do Piauí, contudo a longa campanha não contava com mantimentos suficientes. O municionamento, segundo o Sargento-mor do Estado, “não foi largo como convinha”. Além da escassez de víveres, os sertanistas tiveram suas expectativas frustradas em tomar qualquer riqueza dos nativos, pois estes não acumulavam metais preciosos como os citados nos mitos de Eldorado. Sem embargo, o Capitão-mor forçava avançar até o Maranhão, mas sua tropa se revoltou à vista do Rio Parnaíba, ameaçando-o de morte³⁵. Studart Filho aponta que foi “o temor de afrontá-las [as desconhecidas terras além do rio Parnaíba] que desencadeou a revolta”. Destaca-se, entretanto, que o grupo já se encontrava estafado após a batalha de Ibiapaba e frustrado por não chegarem a “terra prometida”.

É curioso observar a que ponto se chegou à formação dos regimentos, que não se enquadravam

exatamente nem como mercenários, nem tampouco como oficiais. Uma milícia formada por homens que não eram subordinados ao governo “se ofereceu à jornada à sua custa”³⁶. Seguiram para uma expedição na qual devem ir para um local desconhecido, sem ter nenhuma compensação financeira; aliás, buscavam a compensação nos locais que conquistariam, teoricamente observando as determinações do Governador-geral. Mesmo que seus homens fossem voluntários, Pero Coelho não assumiu os riscos de manter um destacamento heterogêneo acima de seus interesses. Ainda que ganhasse Ibiapaba, ponto mais remoto conquistado por terra, o explorador teve seu poder deteriorado pela recusa de sua tropa em avançar. Essa foi a primeira derrota para a sua imagem de capitão-mor³⁷. A Martim Soares Moreno, jovem citado anteriormente, enviado por Diogo de Campos, coube a estima dos indígenas de Ibiapaba, pois “sea procedimento contrastava com os de Pero Coelho”³⁸; aprendeu a língua dos índios e sua cultura, assim como participava dos costumes das tribos. Percebe-se aqui a construção da posterior influência de Martim Soares Moreno no Governo-Geral. Parente de um funcionário da Coroa, participa de expedições pelos sertões e não só aprende a língua dos índios, bem como obteve a estima dos mesmos, aspectos importantes para o êxito em missões tão arriscadas para a fazenda dos “investidores” e para consideração de Sua Majestade, que poderia virar senhor de mais um povo.

Diretamente, os índios de Ibiapaba se afastaram do contato com os portugueses. Indiretamente, os indígenas influenciaram nas decisões da administração, visto no êxito do contato dos nativos com Martim Soares Moreno. Com a evolução de sua experiência pelo interior e participação nas conquistas, torna-se posteriormente Capitão-mor do Ceará. Em detrimento do contato improfícuo com os indígenas de Ibiapaba, uma sucessão de eventos leva ao início do declínio da posição de Capitão-mor de Pero Coelho.

Após o fracasso de Ibiapaba, Pero Coelho retorna ao Ceará conquistado e funda a vila Nova Lis-

³³ ou Buapava, *ipsis litteris*.

³⁴ MASCARENHAS, Annibal. *Curso de Historia do Brasil. Rio de Janeiro*. Livraria do Povo, 1898, p. 356.

³⁵ *Ibidem*, p. 356.

³⁶ MORENO, *op. cit.*, p. 29.

³⁷ FILHO, *op. cit.*, p. 28.

³⁸ *Revista Trimensal do Instituto do Ceará*, Anno XVII, p. 178.

boa. Mantendo suas forças naquele arraial, tenciona retornar às expedições. Com objetivo de reaver suas riquezas, o potentado escraviza e vende não apenas os índios que cativou, mas também aqueles que lutaram ao seu lado em Ibiapaba³⁹, indo de encontro à confiança que os nativos depositavam nele, mas também ao acordado em sua carta-patente de capitão-mor no que tange ao aprisionamento de indígenas. Indo de encontro ainda às ordens do Governador-geral, a venda e escravização de indígenas não era objetivo da Coroa luso-espanhola, mas sim a catequese. Tal ponto era tão sensível que o Governador-geral teve de que se explicar ao rei Felipe III por carta o fato e determinar as devidas resoluções do caso. Como parte das resoluções, é citado na *Correspondência* de Diogo Botelho⁴⁰ um alvará que tratou do impasse gerado por Pero Coelho, determinando que fosse criada uma jurisdição específica para a questão indígena.

Pero Coelho volta à Paraíba para levantar recursos, vender os índios cativos e levar sua família para a segunda jornada. Envia uma carta pedindo ajuda a Diogo Botelho, mostrando-lhe os sucessos da entrada; e envia ao Governador franceses e indígenas prisioneiros de guerra. Conquanto que o governador já tinha ciência dos fatos ocorridos em Ibiapaba, Diogo Botelho considerou ajudá-lo na conquista e na problemática dos indígenas aprisionados. A questão foi levada à conselho “de letrados em Pernambuco”, que autorizou a posse e a venda dos mesmos, pois julgaram ser cativos de guerra⁴¹. O Governador-geral, contudo, tinha um entendimento diferente do Ouvidor-Geral e dos outros magistrados e por isso não executou a deliberação. Diogo Botelho, então, remeteu uma carta ao Rei Filipe III, que responde favoravelmente à ilegitimidade do apresamento dos índios no caso de Ibiapaba. O monarca, no entanto, cobra sobre o “governo de aldeias dos índios”, para que se estabelecesse uma jurisdição acerca dos nativos.

Pero Coelho parte para a sua segunda jornada, com a esperança de retornar a Nova Lisboa e avançar

na entrada do Maranhão, solicita tropas e víveres ao Governador-Geral. Diogo Botelho, no entanto, envia outros tipos de reforços ao Jaguaribe: padres jesuítas⁴². Verifica-se aqui o início de uma tentativa de pacificação com os índios; a espera pelo apoio que nunca chegou ao Ceará exauriu qualquer esforço de avanço ao Maranhão⁴³, fazendo com que o capitão-mor, a família e os colonos de Nova Lisboa iniciassem uma “peregrinação” no sertão rumo a Paraíba, no qual muitos morreram de inanição, inclusive o filho mais velho de Pero Coelho. O explorador retornou à Lisboa, passando os últimos anos da sua vida solicitando sem sucesso as mercês de seus serviços.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo procurou demonstrar, inicialmente, como a alargada região que, a partir de 1621, compreendeu o Estado do Maranhão e Grão-Pará (correspondentes, nos dias de hoje, grosso modo às partes setentrionais do Brasil) tinha sua geoestratégia reconhecida pela Coroa lusa. Já no século XVI e no início da centúria seguinte, diversas expedições procuraram incorporar essa região aos espaços de jurisdição da Monarquia. Nesse contexto, verifica-se que os projetos de conquista do Maranhão, pela ótica ibérica, combinavam interesses de particulares e dos Governadores-Gerais, além de sofrerem a influência dos atores circunjacentes à Administração Colonial, como os religiosos.

Mas o alargamento dos espaços, as características geográficas e as guerras contra outros europeus obrigaram ao relacionamento com os indígenas. No século XVII, as diversas interpretações acerca do lugar desses indígenas na organização social que estabelecia no Maranhão foram pontos de controvérsia nas diferentes esferas de poder. Como visto anteriormente, houve um contraste de juízo por ocasião da apreciação do apresamento e venda de índios por parte de Pero Coelho, e as deliberações de cada parte – Ouvidor-Geral e Governador-Geral – revelam o desacordo entre os poderes da Administração da Coroa, explicitando seus conflitos de jurisdição. Essas dúvidas e controvérsias não se encerraram nesse contexto, atravessando praticamente toda a experiência da colonização.

³⁹ MASCARENHAS, *op. cit.*, p. 358 e, ainda, MORENO, *op. cit.*, p. 30.

⁴⁰ *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo LXXIII, parte I, p. XXXI-XXXII.

⁴¹ Correspondência de Diogo Botelho. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo LXXIII, parte I, p. 9.

⁴² *Revista Trimensal do Instituto do Ceará*, ano XVII, p. 61.

⁴³ MASCARENHAS, *op. cit.*, p. 358.

Em 1615, após os sucessos militares de Alexandre de Moura e de Jerônimo de Albuquerque contra os franceses, a Coroa busca empreender a colonização a partir de alguns núcleos, como São Luís e Belém. Mas não apenas a conquista militar somente foi executável graças às alianças e negociação com os indígenas, como também a própria permanência da presença lusa na região.

4. REFERÊNCIAS

- ALBERNAZ, João Teixeira. *Pequeno atlas do Maranhão e Grão-Pará*. [S. l.: s. n.], 1629. 1 atlas. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervodigital/divcartografia/cart555828/cart555828.htm>. Acesso em: 15 maio 2020.
- BEZERRA, Antonio. Dúvidas Históricas: A Cesidio de Albuquerque Martins Pereira. *Revista Trimensal do Instituto do Ceará*, Ceará, ano X, p. 5-35, abril 1896.
- _____. *Lingua Indígena: O nome – Ceará. Revista da Academia Cearense*, Fortaleza, ed. 6, p. 115-134, 1901. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=166731&pagfis=1030>. Acesso em: 7 ago. 2020.
- BITTENCOURT, Armando de Senna; LOUREIRO, Marcello José Gomes; e JUNIOR, Renato Jorge Paranhos Restier. Jerônimo de Albuquerque e o comando da força naval contra os franceses no Maranhão. *Revista Navigator*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, v. 13, p.77.
- BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 - 1728. 8 v.
- BOTELHO, Diogo. Correspondencia de Diogo Botelho. *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo LXXIII, parte I, p. 1-258, 1910.
- CARDOSO, Alírio. A conquista do Maranhão e as disputas atlânticas na geopolítica da União Ibérica (1596-1626). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 31, n. 61, p. 317-338, 2011.
- CAZAL, Manoel Ayres de. *Corografia Brasilica: Relação Historico-geographica do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: [s. n.], [184-]. 335 p.
- CLAUDINO-SALES, Vanda; LIRA, Maria Valdete. Megaeomorfologia do Noroeste do Estado do Ceará, BRASIL. *Caminhos de Geografia*, Uberlândia, v. 12, ed. 38, p. 200-209, jun 2011. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/16343>. Acesso em: 4 ago. 2020.
- _____. *O uso de SIGS na análise da evolução morfoestrutural no noroeste do Estado do Ceará, nordeste do Brasil*. [...]. Simpósio Nacional De Geomorfologia, 9º, Rio de Janeiro: [s. n.], 2012.
- CINTRA, Jorge Pimentel. Reconstruindo o mapa das capitânicas hereditárias. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, São Paulo, v. 21, n. 2, jul/dez 2013.
- CORRÊA, Helidacy Maria Muniz. *Para aumento da conquista e bom governo dos moradores*. Orientador: Maria Fernanda Baptista Bicalho. 2011. 300 p. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.
- COSENTINO, Francisco Carlos Cardoso. Hierarquia política e poder no Estado do Brasil: o governo-geral e as capitânicas, 1654-1681. *Topoi: Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 31, jul./dez 2015. DOI 10.1590/2237-101X016031007. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2015000200515&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 8 maio 2020.
- FIGUEIRA, Luiz; PINTO, Francisco. O mais antigo documento existente sobre a historia do Ceará. Transcrição de Barão de Studart. *Revista Trimensal do Instituto do Ceará*. Fortaleza, 1903, p 51-96.
- FILHO, Carlos Studart. A Bandeira de Pero Coelho. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, ano L, p. 15-37, 1936.
- FREYRE, Francisco de Brito. *Nova Lusitania História da Guerra Brasília: A purissima alma e savdosa memoria do serenissimo principe Dom Theodosio Principe de Portugal, e Principe do Brasil*. Lisboa: Officina de Joam Galram, 1675. 600 p.
- GOMES, José Eudes Arrais Barroso. *As milícias d’El Rey: tropas militares e poder no Ceará setecentista*. Orientador: Maria Fernanda Baptista Bicalho. 2009. 273 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.
- LANGER, Johnni. O mito do eldorado: origem e significado no imaginário sul-americano (século XVI). *Revista de História*, Curitiba, n. 136, p. 25-40, 1.sem 1997.

MAIA, Lígio José de Oliveira. *Serras de Ibiapaba: De aldeia à vila de índios : vassalagem e identidade no Ceará Colonial - Século XVIII*. Orientador: Maria Regina Celestino de Almeida. 2010. 409 p. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

MASCARENHAS, Annibal. *Curso de História do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria do Povo, 1898.

MARTINS, Dayse Marinho. *Das trevas da ignorância à civilização: os Capuchinhos e a educação pela fé na França Equinocial (1612 – 1615)*. Orientador: Maria de Lourdes Lauande Lacroix. 2008. 75 f. Monografia (Licenciatura em História) - Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2008.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (Brasil). Seção de Publicações do Serviço de Documentação. *Livro Primeiro do Governo do Brasil: 1607-1633*. [S. l.]: Departamento de Imprensa Nacional, 1958. 1-463 p.

MORENO, Diogo de Campos. *Jornada do Maranhão*. Edições do Senado Federal, 2011, 174p.

OBERMEIER, Franz. Documentos inéditos para a história do Maranhão e do Nordeste na obra do capuchinho francês Yves d'Évreux capuchinho francês Yves d'Évreux Suite de l'histoire (1615). *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnographia*, Belém, v. 1, n. 1, p. 195-251, jan/abr 2005

RAMINELLI, Ronald. Nobreza e principais da terra: América Portuguesa, séculos XVII e XVIII. *Topoi: Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 19, ed. 38, p. 217-240, maio/ago 2018. DOI 10.1590/2237-101x01903809. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2018000200217&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 24 abr. 2020.

ROCHA, Rafael Ale. *A Elite militar no Estado do Maranhão: poder, hierarquia e comunidades indígenas (século XVII)*. 2013. 330 f. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal Fluminense, 2013, 2013.

SILVA, Ignacio Accioli de Cerqueira e. *Corografia Paraense: Descrição Física, Historica, e Politica, da Provincia do Gram-pará*. Bahia: Typografia do Diario, 1833. 347 p.

VARNHAGEN, Francisco Adolpho de. *Historia Geral do Brazil*. Madrid: Imprensa da V. de Dominguez, 1854. 496 p.

_____. Relação das Capitâneas do Brasil. *Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo LXII, parte I, p. 1-34, 1900.

A DINÂMICA POLÍTICA E RELIGIOSA NEERLANDESA NOS SÉCULOS XVI E XVII: UMA ANÁLISE DAS IMPLICAÇÕES DO CONTEXTO DOS PAÍSES BAIXOS PARA OS SEUS EMPREENDIMENTOS EXPANSIONISTAS

Aspirante (IM) Rodrigo Bastos de Assis Ferreira

INTRODUÇÃO

A realidade dos empreendimentos ultramarinos holandeses no século XVII tornou-se essencial à consolidação de conquistas ultramarinas que subsidiassem os interesses comerciais dos comerciantes neerlandeses. Para além de um interesse meramente comercial, as potencialidades políticas e militares saltaram aos olhos do autoritarismo governante do *stadeholder*¹ estabelecido no início do século de Ouro das Províncias Unidas. Sob o olhar de Maurício de Nassau, alinhava-se o interesse mercantil da recém constituída Companhia das Índias Orientais (VOC²) que, estimulada por seus intentos comerciais se consolidava como desdobramento das medidas instituídas pela principal figura de autoridade da República flamenga: Johan Oldenbarnevelt. Por outro lado, tal popularidade criara conflito fundamental para se compreender os deslocamentos do empreendimento da VOC que incitava a criação de outra Companhia, estabelecendo relação mercantil e expansionista direta com as terras do Atlântico Sul: a Companhia da Índias Ocidentais (WIC³). Essa divisão dos empreendimentos mercantilistas neerlandeses se constituiu motivo de vulnerabilidade na segunda

metade do respectivo século, no enfrentamento das ameaças às suas frentes nas Américas, na costa ocidental da África e nas possessões asiáticas de domínio luso-castelhano.

À luz desses fatores, o presente artigo objetiva examinar os movimentos internos à realidade local neerlandesa como desdobramentos dos atores decisivos nesse cenário. Para isso, será fundamental também averiguar as circunstâncias políticas internas dos Países Baixos, o contexto religioso de imigração, além do cenário da religiosidade local e as possíveis influências no âmbito político. Em outras palavras, esta pesquisa propõe responder como as dinâmicas religiosas e multipartidárias influenciaram os elementos principais da política das Províncias Unidas. Nesse sentido, é relevante propor um caminho ligado à discussão de questões teológicas e a influência dos tratados políticos da época, para se perceber o direcionamento do pensamento das personagens fulcrais.

O texto ora em pauta é dividido em seis sessões que demarcam o caminho de pesquisa das lacunas a serem discutidas e realçadas. A primeira e a última se referem, respectivamente, à introdução e à conclusão, em que são colocados os aspectos iniciais e de fechamento da argumentação. A terceira sessão aborda o contexto histórico relacionado às políticas herdadas das monarquias ibéricas em território neerlandês, buscando apontar suas influências nas dinâmicas que envolvem as diversas temáticas políticas e religiosas locais. Por outro lado, o quarto apontamento em destaque consiste na apresentação dos acontecimentos no ambiente separatista, enfatizando a insurgência de novos grupos religiosos imigrantes e a crescente liderança orangista nos meandros decisórios das Províncias Unidas. Como quarto aspecto, foi sublinhado o evento da Trégua dos

¹ A figura do *Stadeholder*: “era um título e posição similar ao de Regente, um cargo político das províncias do norte dos Países Baixos e que envolvia funções políticas. Era uma espécie de Governador Geral.” COSTA, R. S. da. In: COUTO, Vinicius (org). (IN) Tolerâncias religiosas nos Países Baixos. Uma história das reformas religiosas ocorridas antes e durante a Era Dourada (1515-1648). Editora Reflexão, 2021.

² VOC é a sigla para as iniciais holandesas que identificam o nome original da Companhia: *Vereenigde Oost-Indische Compagnie*.

³ WIC é a sigla para as iniciais holandesas que identificam o nome original da Companhia: *West Indische Compagnie*.

12 anos e a importância das personagens envolvidas em seu estabelecimento. Cabe ressaltar que tal momento se tornou fundamental para reorientação das políticas locais, determinando novos ditames partidário-religiosos. Em quinto lugar, diante de todas as colocações dos tópicos anteriores, é feita uma análise dos embates políticos das autoridades neerlandesas envolvidas na controvérsia e uma reflexão sobre as implicações destes conflitos de interesses nas ações e decisões relacionadas aos fenômenos expansionistas.

O CONTEXTO POLÍTICO E ECONÔMICO NEERLANDÊS ATÉ 1550

Após a abdicação das funções governamentais de seu pai Carlos V, Felipe II herda as inúmeras possessões territoriais vinculadas a Castela, no que explicitam Cardim & Miranda que “a titulação real continuou a apresentar o reino de Aragão logo após o de Castela”. (CARDIM, 2016, p.50)⁴. Em 1555, a Monarquia hispânica já apresentava indícios de fragilidades que serão fundamentais para o início das rebeliões de seus territórios batavos. As circunstâncias anteriores de diversos conflitos e frentes de combate que se encontravam as forças espanholas permitiram com que se destaca a flexibilidade das relações econômicas e políticas neerlandesas. Para Costa:

É importante ressaltar que foi a necessidade de se financiar de forma eficiente as cada vez mais frequentes e dispendiosas guerras que fez com que Carlos V conferisse às províncias e cidades um grau significativo de autonomia financeira.⁵

Esse aspecto de flexibilidade e autonomia política e administrativa estava na raiz das origens do território batavo. O elo pelo direcionamento Leste-Oeste dos rios marcava a interdependência das províncias do interior e àquelas da costa, reforçando, nas províncias

do norte, o estreitamento de interesses em torno da liderança neerlandesa. Nesse sentido, debaixo de uma crise econômica latente, Felipe II estabelece o comando de Margarida de Parma como regente dos Países Baixos a fim de aumentar a centralização do governo da região. Além da regente geral, Felipe II nomeia *stadeholders* para auxiliarem nas relações políticas e na condução da situação econômica. Entre eles, se encontrava Guilherme de Orange, da casa de Orange-Nassau⁶, que se tornou o *stadeholder* da Holanda, Zelândia e Utreque.

As posturas de Felipe II, aliadas à insatisfação da nobreza pela nomeação de comerciantes para o Conselho de Estado⁷, e da própria elite comercial, pelas práticas de altas taxas tributárias pelo rei, fizeram com que o clima nas províncias nortistas estivesse favorável às revoltas por independência. Esse ideal de emancipação está enfaticamente marcado não por um sentimento identitário que o reforçasse, mas, de fato, pela propensão ultramarina dos comerciantes e dos negócios comerciais e financeiros.

⁶ A origem da casa de Orange-Nassau pode ser entendida através do seguinte trecho: “Nassau é uma cidade localizada no atual estado alemão da Renânia-Palatinato, no vale do rio Lahn, afluente do rio Reno. Nassau faz parte da Rota Orange (Orange Route) (...) atravessa cidades e regiões ligadas à Casa de Orange-Nassau, a dinastia de origem alemã que há cerca de meio milênio reina nos Países Baixos (...) Dudo von Laurenburg (ca. 1060 – ca. 1123), o reverenciado fundador da Casa de Nassau, numa colina diante do rio Lahn, é o berço ancestral da Casa de Orange-Nassau, uma das mais importantes famílias aristocráticas teuto-neerlandesas. (...) Foi o antigo senhorio associado ao Castelo de Nassau que deu origem a esta dinastia germânica (...) Henrique III de Nassau e Breda (1483-1538), irmão de Guilherme I de Nassau-Dilemburgo (1487-1559), o Rico, pai este de Guilherme I (1553-1584), o Taciturno, príncipe de Orange, o patriarca dos Países Baixos, casou-se com Cláudia de Châlons (1498-1521) (...) Morto sem descendência Renato de Chalons, seu primo Guilherme I, o Taciturno, herdou o principado de Orange. Surgiu, assim, a Casa Orange-Nassau, a família real dos Países Baixos” ALBUQUERQUE, Roberto Chacon de. *Albuquerque e Nassau: origens e perfis: Portugal, Espanha, Brasil, Alemanha, Países Baixos*. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora Topbooks, 2018, p. 92.

⁷ Segundo Israel, em seu clássico sobre a República Holandesa, “O imperador [Carlos V, grifo criou três novas instituições centrais em 1531, um grande órgão formal chamado de “Conselho de Estado”, um conselho reorganizado de finanças e um Conselho Secreto. (...) Oficialmente, o Conselho de Estado era o mais importante desses órgãos e era o fórum dos principais seigneurs. Isto consistia de doze membros, a maioria dos quais magnatas do sul, além de sua figura presidente, Jean Carondelet, arcebispo de Palermo, jurista e clérigo” ISRAEL, Jonathan. *The Dutch Republic: its rise, greatness and fall – 1477-1806*. New York: Oxford University Press, 1995. p. 36-37.

⁴ CARDIM, Pedro. MIRANDA, S. M. A expansão da Coroa portuguesa e o estatuto político dos territórios. In: FRAGOSO, J. L. R. GOUVÊA, M. de F. (orgs.). *O Brasil Colonial*. Vol. II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

⁵ COSTA, F. de A. apud COSTA, R. S. da. Os Holandeses: dos Países Baixos às Províncias Unidas entre os anos de 1515 e 1648. In: COUTO, Vinicius (org). (IN) Tolerâncias religiosas nos Países Baixos. Uma história das reformas religiosas ocorridas antes e durante a Era Dourada (1515-1648). Editora Reflexão, 2021. p. 36.

O primeiro desses pode-se dizer que se há desenvolvido desde os primórdios da fundação provincial, porém ausente de características profundamente nacionalistas. Os sentimentos de comunidade que uniam grande parte dos flamengos se inseriam em outra questão tão polêmica quanto esta, mas não criada como fruto do movimento de afirmação da origem de um Estado secular. Esse último só ocorrerá a partir do final do século XVIII, com a Revolução Francesa. O que se encontrava como raiz fundacional das controvérsias estava diretamente vinculado ao contexto religioso e contra-inquisitorial do século XVI, o Século da Reforma. Em segundo lugar, as inúmeras frentes de batalha em que se colocava o Sacro Império, seja contra os muçulmanos no oriente europeu, seja na condução da guerra franco-espanhola, faziam com que Felipe II, herdando esse contexto de seu pai Carlos V, aumentasse cada vez mais a tributação das províncias baixistas.

O semblante preocupado de Felipe II em sua visita às celebrações na próspera Antuérpia tramava instrumentos de dominação, durante a trégua, que serviriam para aumentar seu controle sobre as possessões e preparar seu exército com os financiamentos dos bolsos neerlandeses. Nada melhor que unir sua fé católica com o ato de perseguição no apoio às ações inquisitoriais, bem como restituir o tribunal de Mechlin. A Inquisição como tribunal eclesiástico remontava à tradição das medidas adotadas por Carlos V em 1550 no Concílio de Trento, que havia regredido a, até então, Dieta de Augsburg de 1530. Por sua vez, o tribunal de Mechlin tinha como principal alvo, para Motley, “aniquilar todas as diversidades em suas leis por uma cassação geral de suas constituições”⁸, isto é, as leis que beneficiassem as elites neerlandesas e estivessem contrárias aos interesses da Corte.

Nesse sentido, a figura do Duque de Alba, conselheiro de Felipe II e também de seu pai, veio exercer uma pressão fiscal e uma intolerância religiosa intensificada nos territórios flamengos em 1567. Medidas diplomáticas foram buscadas pelos nobres protestantes da região através da Liga do Compromisso de 1565; entretanto, naquele estágio, a via diplomática já não mais surtiria efeito. O aspecto religioso, motivado por movimentos de reforma protestante na região, por forte sentimento anti-católico e pelas atrocidades sofridas nos embates com a Monarquia hispânica levaram ao

levante liderado pelas províncias marítimas da Holanda, Zelândia e Frísia, sendo as províncias que mais abraçaram o protestantismo reformado.

O CONTEXTO POLÍTICO E RELIGIOSO DA GUERRA PELA SEPARAÇÃO

Outro aspecto que merece destaque é abordar a liderança política do *stadeholder* Guilherme de Orange sobre as revoltas neerlandesas. Segundo Albuquerque, as principais razões para Guilherme de Orange se envolver no conflito estavam:

Ao tornar-se o principal líder da Guerra dos Oitenta Anos, ele foi considerado um traidor por Felipe II. Insatisfeito com o processo de transferência de prerrogativas que tradicionalmente haviam pertencido aos Estados, os Parlamentos provinciais, e com a perseguição aos protestantes, Guilherme tornou-se o principal financiador e agitador da Guerra dos Oitenta Anos, convertendo-se num inimigo jurado de morte pelo Império Espanhol.⁹

Para analisar tais opiniões, é importante inserir o contexto da formação religiosa do Príncipe da Casa de Orange-Nassau. Sua mudança constante de religião, desde sua formação luterana, até sua passagem pelo catolicismo para que herdasse o Principado de Orange e posterior conversão à fé reformada calvinista mostra a face eclética e política do perfil desse líder republicano. Essa perspectiva fazia-o ser favorável à liberdade religiosa, influenciado principalmente por seu orientador espiritual Jean Taffin (1529-1602), calvinista pacificador entre os católicos, habitantes do sul da atual Bélgica, e os refugiados huguenotes no Sínodo de Endem (1571). Dessa forma, é possível constatar que Guilherme I poderia ter decidido apoiar a revolta por motivos de defesa de suas convicções de liberdade religiosa.

Em 1559, Felipe II o promove a *stadeholder* da Holanda, Zelândia e Utreque. No momento em que se iniciam os procedimentos de controvérsia religiosa nos Países Baixos, Guilherme, utilizando-se de sua percepção política alinha suas convicções com àquelas de aspecto protestante ao considerar que retomar sua perspectiva católica o tornaria inimigo dos vingadores iconoclastos, os líderes dos territórios ao norte da Províncias Unidas. Assim, outros nobres protestantes

⁸ MOTLEY, John Lothrop. *The Rise of the Dutch Republic. A History (1555-1566)*. Londres: Ams Pr Inc. Netherlands, 1973. (vol. 1), p. 65.

⁹ ALBUQUERQUE, *op. cit.*, p. 105.

luteranos financiaram os empreendimentos de guerra dos revoltosos.

Com isso, o cenário dos laços políticos e religiosos estava condicionalmente efetivado: os reformados calvinistas que iniciaram ocupação das províncias nortistas nos anos posteriores à década de 40 do século XVI serão os personagens fundamentais para o apoio político necessário à liderança de Guilherme de Orange nos incursos das guerras de separação das províncias nortistas.

AS CONTROVÉRSIAS DA TRÉGUA DOS 12 ANOS E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O EXPANSIONISMO NEERLANDÊS

O enredo político e religioso supracitado terá como ponto de inflexão na continuidade do desenrolar dessas dinâmicas o assassinato de Guilherme, “O Silencioso”. Sua morte gerou uma crise política em disputas de espaços e poder na cúpula das Sete Províncias Unidas. Estavam em jogo não só a liderança política a ser estabelecida, mas também a perpetuação do republicanismo¹⁰ como forma de governo, a relação entre Igreja e Estado trazidos pela controvérsia arminiana, bem como a propensão expansionista ultramarina comercial neerlandês.

De um lado estava o chefe de estado, filho de Orange e líder militar dos intentos batavos: Maurício de Nassau. Com perfil de claras propensões monárquicas, Maurício aliou-se ao elo reformado calvinista de

¹⁰ Gelderen nos explica que “A República Holandesa era, como disse de Schepper, ‘uma confederação de províncias e cidades quase autônomas com forte federalização elementos que se baseavam em noções de soberania popular. ‘governo parlamentar da República foi uma mistura de aristocracia e democracia, oferecendo grandes grupos de sua população oportunidades de participação política que eram inigualáveis em a maioria dos outros sistemas políticos europeus contemporâneos (...) As províncias tinham dois funcionários importantes. Primeiro, cada província teve um Advogado, normalmente um jurista profissional a tempo inteiro, que era permanente envolvido nos assuntos dos Estados provinciais e frequentemente participou dos Estados Gerais. Por causa da preeminência da Holanda, o Advogado da Holanda pode se tornar o principal político do país, como, por exemplo, Oldenbarnevelt (...). Em segundo lugar, as províncias geralmente, embora não sempre, nomeado um *Stadtholder*. Tradicionalmente, o *Stadtholder* era um membro da dinastia Orange-Nassau e muitas vezes ocupou o cargo em várias províncias. O *Stadtholder* ocupou o comando do exército, ele era almirante da frota, ele tinha autoridade para conceder perdão e em alguns casos ele elegeu os vereadores da cidade”, cf. GELDEREN, 1992, p. 72.

ala rígida em seus pensamentos teológicos, doutrinários e políticos. Importante salientar que o seu inimigo posterior, Oldenbarnevelt, foi o mesmo que o colocou no poder com hábil decisão estratégica para manter e garantir as bases para a independência holandesa. Esse aspecto central será analisado nos próximos parágrafos da discussão do presente texto.

A origem desse grupo calvinista rígido holandês que apoiou Nassau remonta seus primórdios aos intensos combates entre huguenotes e católicos na França, principalmente àqueles relacionados à Noite de São Bartolomeu¹¹. Subindo pelo sul, os franceses huguenotes foram rompendo as fronteiras das províncias de Brabant e Flandres pela facilidade com a língua francesa, idioma usado também na região. A anterior Paz de Augsburgo que tinha trazido relativa paz à ala protestante luterana nos Países Baixos ainda não era aplicada às iniciativas reformistas de Calvino e de seus seguidores. Nos tempos de Felipe II e no reforço dos ditames tridentinos¹², sendo inspirados pelas obras *monarcômacas*¹³, os huguenotes, segundo Quentin Skinner, desenvolveram uma teoria própria do direito de resistência na década de 1570. Por meio dessa teoria, havia a existência de um duplo pacto, *duplex foedus*, que garantia a obediência do povo ao rei, este como representante divino, enquanto ele fosse fiel a Deus. Caso contrário, o povo poderia desobedecer ao rei e até resistir pelo poder das armas.

¹¹ A emblemática Noite de São Bartolomeu teve por contexto e conseqüente causa a seguinte consideração: “A ameaça imediata no verão de 1572 surgiu das exigências de Coligny em favor de uma campanha para apoiar a oposição crescente - e em parte calvinista - ao domínio espanhol nos Países Baixos. Foi nesse momento que ela [Catarina de Médici, regente francesa e responsável por tramar morte do Almirante Coligny, *grifo nosso*] evidentemente decidiu que Coligny teria de ser eliminado. Mas o plano falhou, pois a bala do assassino não o matou, apenas feriu. Ela parece ter então entrado em pânico, ordenando, em desespero, que se exterminasse toda a liderança huguenote” SUTHERLAND apud SKINNER, Quentin. As fundações do pensamento político moderno. Trad. Renato Janine Ribeiro. Companhia das Letras. 1ª ed. 1996. São Paulo. p. 516-517.

¹² Das decisões do Concílio de Trento.

¹³ É importante ressaltar que o conceito de *Monarcômacos* se fundamentava como tipos de obras que combatiam o poder do soberano absolutista, que abriam espaço para o tiranicídio. Originou-se nos embates huguenotes para ampliar sua argumentação quanto ao direito de resistência, sendo chamadas de Teoria da Resistência. Exemplos de obras *monarcômacas*: *Francogallia*, de François Hotman, *Du droit des magistrats*, de Theodoro de Beza, e *Vindiciae contra tyrannos*, de Philippe du Plessis-Mornay. SKINNER, Quentin. As fundações do pensamento político moderno. Trad. Renato Janine Ribeiro. Companhia das Letras. 1ª ed. 1996. São Paulo. p. 518-519.

Entretanto, a hostilidade a esse tipo de argumentação foi o que prevaleceu no calvinismo nos Países Baixos na década de 1570. Incrementando aspectos estoicistas¹⁴, o principal influenciador nas províncias neerlandesas contrário a abordagem do direito de resistência foi Justus Lipsius.¹⁵ Tendo como ponto inicial o conceito de Fortuna¹⁶, Lipsius associava-o aos desígnios irredutíveis da soberania divina. Segundo Skinner, as implicações políticas desse pensamento seriam a ideia de que cada pessoa tem o “dever de submeter-se à ordem existente das coisas, jamais resistindo ao governo vigente, aceitando-o e, quando necessário, suportando-o com coragem e constância”.¹⁷

Com essa mentalidade, o calvinismo holandês ganhou os status necessários para fundamentarem catecismos e credos que sustentassem suas afirmações teológicas, dogmáticas e doutrinárias, e consubstanciassem seus imperativos político-partidários. Tal fato se materializou na realização em 1571 do Sínodo de Emden que oficializou a Igreja Reformada Holandesa,

determinando a Confissão Belga¹⁸ e o Catecismo de Heidelberg¹⁹ como base confessional para as igrejas de idioma holandês, por parte de professores e ministros religiosos. Embora isso não fosse expressamente defendido por esse movimento religioso, esse “*catecismolatria*” marcará as ações intolerantes dos calvinistas associados ao governo de Nassau.

Contra esse pensamento que se levantaria o teólogo reformado holandês Jacó Armínio (1559-1609). Seguindo uma formação de fundamentos do movi-

¹⁴ O Estoicismo pode ser definido como “uma das grandes escolas filosóficas do período helenista, assim chamada pelo pórtico pintado onde foi fundada, por volta de 300 a.C., por Zenão do Cício. (...) compartilhou a afirmação do primado da questão moral sobre as teorias e o conceito de filosofia como *vida contemplativa* acima das ocupações, das preocupações e das emoções da vida comum. Seu ideal, portanto, é de *ataraxia* ou *apatia*.” ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. Ed. Revisada e Ampliada. Martins Fontes. São Paulo. 2007. p. 375.

¹⁵ Relacionado à vida de Justus Lipsius, pode-se dizer que foi “O mais célebre defensor do mesmo ponto de vista nos Países Baixos em fins do século foi Justus Lipsius, católico de nascimento que deixou sua terra natal em 1571 para lecionar na Universidade de Jena, luterana, transferindo-se depois para a Universidade de Leyden, calvinista, e finalmente retomando à Igreja católica para ocupar a cátedra de latim em Louvain, no início da década de 1590” ZANTA apud SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. Trad. Renato Janine Ribeiro. Companhia das Letras. 1ª ed. 1996. São Paulo. p. 550.

¹⁶ O conceito de Fortuna, segundo Skinner, se dá da seguinte maneira: “O ponto de partida de todos esses autores é o conceito da Fortuna, que eles personificam, em típico estilo humanista, como uma deusa inescrutável, caprichosa e de poder potencialmente esmagador.” Cf. SKINNER, *op. cit.*, p. 550. Nesse sentido, os humanistas utilizavam-se do conceito de Fortuna para referir-se a força do destino, àquela que levava às calamidades e guerras, aos acontecimentos de que os homens não têm controle. Se referem ao ordenamento de todas as coisas, o que será conhecido na teologia calvinista pelo determinismo.

¹⁷ SKINNER, *op. cit.*, p. 551

¹⁸ A Confissão Belga pode ser compreendida, segundo Brès, como “o primeiro dos padrões doutrinários das Igrejas Reformadas é a Confissão de Fé. É chamado normalmente de Confissão Belga, pois é originário da região sul dos Países Baixos, conhecida hoje como Bélgica. O seu principal autor, Guido de Brès, um pregador das Igrejas Reformadas dos Países Baixos, foi martirizado por causa da Fé no ano de 1567. Durante o Século XVI as igrejas desse país estavam sujeitas às mais terríveis perseguições por parte do governo católico-romano. (...) Ao compor a Confissão, o seu autor valeu-se, numa certa medida, da Confissão das Igrejas Reformadas da França, escrita principalmente por João Calvino e publicada dois anos antes. Contudo, a obra de de Brès não é uma mera revisão do trabalho de Calvino, mas uma composição independente. Ela foi imediata e alegremente recebida pelas igrejas dos Países Baixos e adotada pelos Sínodos Nacionais convocados nas últimas três décadas do Século XVI. Depois de uma criteriosa revisão, não do conteúdo, mas textual, o grande Sínodo de Dort de 1618/1619 a adotou como um dos padrões doutrinários” BRÈS, Guido de. *Confissão Belga*. Trad. Marcos Vasconcelos. Centro de Literatura Reformada – CLIRE. 2016. p. 6-10.

¹⁹ No que consiste ao Catecismo de Heidelberg, é possível dizer que: “O Catecismo de Heidelberg, segundo os padrões doutrinários das Igrejas Reformadas, foi escrito em Heidelberg a pedido do Eleitor Frederico III, governador, entre 1559 e 1576, da mais influente província alemã, o Palatinado. (...) comissionou Zacarias Ursinus, vinte e oito anos de idade e professor de Teologia da Universidade de Heidelberg, e Gaspar Olevianus, vinte e seis anos de idade e pregador da corte de Frederico, para que preparassem um catecismo para instruir os jovens e guiar pastores e mestres. (...) O Catecismo de Heidelberg foi adotado pelo Sínodo de Heidelberg e publicado na Alemanha com um prefácio de Frederico III datado de 19 de janeiro de 1563. (...) O Catecismo de Heidelberg tornou-se ampla e favoravelmente conhecido nos Países Baixos quase imediatamente após sair das prensas, principalmente pelos esforços de Pedro Dathenus, que traduziu para o holandês e acrescentou à sua versão do Saltério de Genebra, publicando-o em 1566. (...) Os Sínodos Nacionais do século dezesseis o adotou como uma das Formas de Unidade, requerendo dos seus oficiais eclesiásticos que o subscrevessem e que os seus ministros o explicassem às igrejas. Essas exigências foram fortemente enfatizadas pelo grande Sínodo de Dort de 1618/1619” URSINUS, Zacarias. *O Catecismo de Heidelberg*. Trad. Marcos Vasconcelos. Centro de Literatura Reformada – CLIRE. 2016. p. 5-7.

mento da *Devotio Moderna*²⁰ em Utreque, Armínio defendia a concepção de uma “boa consciência” dada por Deus sendo esta garantidora da liberdade cristã e da liberdade de pensamento. Com raízes na Renascença do Norte, as ideias desse teólogo holandês incorporavam o espírito nativista de Erasmo de Roterdã e dos teólogos do humanismo cristão²¹. Nesse sentido, a influência do espírito renascentista de Erasmo de Roterdã²² quanto ao nativismo religioso neerlandês e a necessidade de tolerância às crenças existentes era postulada, buscando garantir um sentido complexo (mas não total) para a liberdade de práticas católicas e protestantes. A visão erasmiana do Príncipe Cristão, que era o entendimento majoritário nacional até a metade do século XVI de como deveria ser um magistrado

cristão²³, influenciaria totalmente a visão erastiana²⁴ de Armínio quanto à essa questão.

Em suas ideias políticas, Armínio defendia a forma erastiana de se compreender a relação entre Estado e Igreja, apoiando-se nos burgomestres, magistrados e nobres holandeses²⁵. Suas ideias começaram a ganhar notoriedade ao ser convocado para defender a interpretação calvinista de Romanos 7 contra àquelas colocadas por Dirck Coornhert. Armínio não o tratou como herege por perceber similitudes do pensamento de Coornhert com seu entendimento à luz das Escrituras Sagradas. Em seus anos como *Rector Magníficus* da Universidade de Leiden (1605-1609), colocou também em uma nova controvérsia que tomaria rumos ainda maiores no contexto dos Estados Holandeses do Norte. Agora, a questão era seu entendimento da so-

²⁰ A espiritualidade da *Devotio Moderna* foi historicamente compreendida como um movimento religioso dentro da igreja medieval tardia e originou-se no século XIV na Holanda e se espalhou no século XV principalmente no noroeste da Alemanha. No século XVI, no entanto, perde sua influência, mas continuou no pensamento dos humanistas do Renascimento alemão e em alguns reformadores. INSHAQ, Vivian. *Missionários Reais: a literatura religiosa e a disputa pelas almas devotas, século XVI-XVIII*. *Acervo*. v. 16. n. 2. p. 147-172. 2011

²¹ No bojo do Renascimento do Norte, o Humanismo Cristão se refere como: “O humanismo, afinal de contas, foi muito mais religioso que se afirmou durante muito tempo. Certamente houve as extravagâncias da “Academia Romana” (...) Houve, o que é mais grave, a obra materialista de Pomponazzi, *De immortalitate animi* (1516). Houve principalmente o grande livro anticristão desses conturbados tempos, *O Príncipe*, de Maquiavel (1516). Todavia, no conjunto, os humanistas foram espíritos religiosos, mas independentes. (...) eles [os pensadores do humanismo cristão, *grifo nosso*] evoluíram a maior parte das vezes para uma concepção otimista do homem (...) Descobriram na alma humana uma aspiração natural para Deus e descortinaram em cada religião uma manifestação pelo menos parcialmente válida desse impulso para o divino. (...) Os humanistas não negavam o pecado original, mas, em geral, não insistiam nele. (...) Além disso, mensageiros de uma doutrina de paz, eles desaprovaram muitas vezes a violência e o cisma.” DELUMEAU, *op. cit.*, p. 79-80.

²² Acerca da erudição de Erasmo de Roterdã, esse foi conhecido como humanista cristão da transição do século XV e XVI, foi escritor, filósofo e teólogo neerlandês. Erasmo representa um dos mais importantes escritores do humanismo cristão renascentista. Nasceu em 1466, se tornou monge agostiniano, porém ao deixar a vida monástica, foi estudar na Universidade de Paris e se colocou a viajar por vários países. Ao estudar grego na Universidade de Oxford na Inglaterra deu novos rumos às suas obras sendo fundamental para os movimentos reformistas católicos e protestantes posteriores. Para mais informações: ZWEIG, Stefan. *Triunfo e Tragédia de Erasmo de Roterdão*. Trad. Maria Elsa Neves e Maria José Diniz. Assírio & Alvim. 2020.

²³ Sobre o magistrado cristão e o entendimento erasmiano é propício a seguinte colocação: “A essência da mensagem humanística, como nos diz Erasmo no *Príncipe Cristão*, pode assim resumir-se na ideia de que o objetivo do governo deve consistir em alcançar “o mais alto grau de virtude”, enquanto o dever do governante deve ser o de servir como a encarnação da “virtude em sua forma mais pura e mais elevada” (pp. 187, 189). (...)Essa é a formidável esperança subjacente à exigência que Erasmo tantas vezes reitera, em especial no *Príncipe Cristão*, de que todos os governantes e magistrados “sejam íntegros em todas as virtudes” e se considerem “nascidos para o bem público” (p. 162). Se o príncipe atingir a plena virtude, isso fará que ele seja, plenamente, cristão; e, se se tornar cristão por inteiro, isso o capacitará a assentar os fundamentos de uma perfeita república.” DELUMEAU, Jean. *Nascimento e Afirmação da Reforma*. Trad. João Pedro Mendes. Pioneira. São Paulo. 1989. p. 250-251.

²⁴ O pensamento do Erastianismo pode ser entendido como a: “Doutrina estabelecida por Thomas Erastus (1524-1583), segundo a qual a Igreja deve, em tudo, submeter-se a autoridade do Estado.” ANDRADE, Claudionor Corrêa de. *Dicionário Teológico: um suplemento biográfico dos grandes teólogos e pensadores*. 1ª ed. Editora CPAD. 2019. p. 164.

²⁵ Essa ideia erastiana e a perspectiva arminiana da liberdade religiosa era chamada de *compreensão* e pode ser entendida conforme o seguinte trecho “Esse padrão permite um nível de latitude dentro da confissão reconhecida; além disso, permite certa flexibilidade para grupos não conformistas, embora imponha uma ou outra penalidade sobre eles. (...) Embora esse sistema [o sistema erastiano pela *compreensão*, *grifo nosso*] não constitua uma liberdade religiosa completa a todos, ela realmente representa um avanço na liberdade dentro de uma estrutura interna da igreja estabelecida. (...) Devemos observar, no entanto, que em razão do papel dos magistrados, a autoridade política recebeu um espaço que para nós é questionável. (...) Por outro lado, Armínio e seus companheiros podiam encontrar nos magistrados e sua laicidade um espírito de tolerância rejeitado pelos calvinistas rígidos”. ADAMS, James Luther. In: MCCULLOH, Gerald O. (org). *A fé e a liberdade do homem*. Trad. Wellington Mariani. 1ª ed. Editora Reflexão. São Paulo. 2015. p. 119.

teriologia bíblica em contrapartida ao supralapsarianismo²⁶ calvinista defendido na Holanda por Francisco Gomarus. Para além de uma discussão meramente teológica, por trás desses embates se colocavam propostas de Estado totalmente diferentes entre o ramo nativista arminiano e o lado calvinista holandês. Tal fato poderá ser observado nos contornos políticos que se aproveitariam os dois projetos de República Holandesa e sua Expansão nas figuras já mencionadas de Maurício de Nassau e Johan Oldenbarnevelt.

OS REFLEXOS DAS CONTROVÉRSIAS TEOLÓGICO-RELIGIOSAS

De posse dessas informações, e retomando a análise das figuras políticas em questão, representando a personalidade mais notável do ambiente político flamengo, Johan Oldenbarnevelt, de origem humilde, juntou-se à casa dos Orange em 1572. Em 1582, tornou-se confidante de Guilherme I, aumentando seu poder e influência. Assim, os Estados da Holanda escolheram Oldenbarnevelt para ser o seu *raadspensionaris*²⁷, o Advogado Geral do Estado. Sua notória capacidade política o fizera ser uma das pessoas mais influentes e populares da Holanda.

Todavia, a relação até então pacífica entre *stadeholder* e o *raadspensionaris* começará a ser corroída na Batalha de Newport em 1600. Alegando que Oldenbarnevelt havia subestimado os riscos de entrar em perigo com essa luta frente aos espanhóis, Nassau considerou imprudente tal medida. O estopim dos embates envolvendo essas duas lideranças políticas nortistas estariam ligados a adoção da Trégua dos Doze Anos (1609-1621). Como homem da guerra, Maurício não apoiava o estabelecimento da trégua e da paz, pois temia uma paz constante a qual levasse o povo a aceitar o domínio

espanhol novamente. Em contrapartida, Van Oldenbarnevelt era a favor de um longo armistício, mas com única condição de que os espanhóis abrissem mão de sua soberania sobre todas as Sete Províncias.

Ao final das tratativas, a trégua foi estabelecida e Oldenbarnevelt saiu-se como grande herói desse acordo. Nesse sentido, é possível observar como as divergências religiosas corroboravam os pontos de vista acerca de ser favorável ou não ao engajamento militar. Seguindo uma diplomacia mais pacifista e cooperativa, Oldenbarnevelt reflete o pensamento de tolerância religiosa arminiana associada ao aspecto político e a liberdade de consciência. Enquanto isso, a defesa dos empreendimentos belicistas por Nassau reverbera o pensamento calvinista predominante nessa época, colocando a guerra como um mal necessário para o estabelecimento de uma esfera política da Reforma Calvinista e o estabelecimento de uma *Teocracia Reformada*. Tema esse que exige uma tratativa mais extensa, que extrapolaria os limites deste artigo. Por meio da trégua, as Províncias Unidas tiveram um grande fomento ao desenvolvimento comercial mercantilista da recém criada VOC. Segundo Ferlini: “com a Trégua dos Doze Anos a Espanha e as Províncias Unidas, os holandeses voltaram aos negócios do açúcar. Entre 1609 e 1621, calcula-se que anualmente cerca de 50 mil caixas de açúcar do Brasil chegavam à Holanda para serem processadas nas 29 refinarias ali existentes.”²⁸

Em 1602, como fruto das negociações estratégicas e inovadoras de Oldenbarnevelt, foi fundada a Companhia das Índias Orientais (VOC). Com o confisco empreendido por Felipe II aos navios holandeses, a resposta encontrada por esses navegadores comerciantes foi irem diretamente a fonte dos produtos mercantilistas, marcando um novo período no comércio internacional. Servindo às pretensões econômicas e também políticas de conquista das terras indianas, a VOC foi instituída por ato estatal de Carta-Patente e integrava não só uma iniciativa privada, mas um elo governamental fundamental para a garantia de benefício a todos os envolvidos em seus negócios na Holanda. Esse ideário estava no cerne do pensamento político do Advogado Geral e foi representado pelo seguinte trecho do referido documento fundacional: “Por meio da criação de uma entidade, organização e política, seguras e sólidas, elas serão ligadas umas às outras, sendo administradas e expandidas conjuntamente para o

²⁶ Supralapsarianismo: “doutrina elaborada [inspirado em Theodoro Beza, *grifo nosso*] pelo calvinismo holandês, segundo a qual os decretos concernentes ao destino eterno do ser humano foram elaborados por Deus antes da Queda no Éden. Esta seria a ordem dos decretos de Deus segundo o supralapsarianismo: 1) Decretação da salvação de uns e da condenação eterna de outros; 2) Criação tanto dos primeiros quanto dos segundos; 3) Chancelamento do direito à queda de ambos; e 4) Reconhecimento da provisão de salvação apenas para os eleitos.” ANDRADE, *op. cit.*, p. 336.

²⁷ *raadspensionaris*: o defensor da província. Em teoria, isso significava que ele era simplesmente o secretário permanente e vereador dos Estados.” KLEIJ, Sonja. *Van Oldenbarnevelt: Dutch political conflict in Dutch and English Drama*. Comparative Literary Studies. Utrecht University.

²⁸ FERLINI, Vera Lúcia. *A Civilização do açúcar: Séculos XVI a XVIII*. São Paulo. Ed. Brasiliense. 1986. p. 74.

bem de todos os residentes dos Países Baixos Unidos que queiram participar disto.”²⁹

CONCLUSÃO

Toda essa crise, já nos primórdios do Século Dourado neerlandês, apontava para o fim prematuro dessa marcante época. Ao conceder todas as fontes do poder político nas mãos do *stadeholder*, os calvinistas subsidiaram decisões autoritárias que iriam desencadear o processo de crise estatal. Um exemplo disso se deu no *coup d'État*, procedido por Nassau, destituindo o cargo de Advogado Geral do Estado de Oldenbarnevelt, bem como os magistrados de ala arminiana das câmaras municipais e burgomestres para colocar calvinistas gomaristas na preparação para os eventos sinodais que aconteceriam no final da década de 1610. Embora em seu desenvolvimento da teoria política, o partido reformado defendia o direito de repúdio ao governante que não agisse para o bem do povo e representando a soberania divina, como disposto nos tratados de Justos Lipsius, na prática, se tornaram cegos ou preferiram assim se colocarem às afrontas aos ideais republicanos esboçados por Maurício. Esses dispositivos do direito de resistência calvinista, portanto, foram suprimidos ou intencionalmente não exercidos influenciados pelos próprios interesses políticos gomaristas em torno da supremacia teológica e eclesiástica sobre o partido arminiano. Ainda assim, essa questão se tornará fruto de desavença posterior entre os próprios calvinistas e os intentos de Nassau que pode ser investigada em uma pesquisa futura.

As conquistas militares ultramarinas posteriores, ainda que dessem fôlego aos comerciantes neerlandeses, seriam afetadas negativamente pela falta de recursos disponíveis pelos investidores e pelo fato de os Estados Gerais estarem envolvidos nas guerras no continente europeu. Para a segunda metade do século XVII, a República veria a ampliação de seus domínios, porém com substanciais mudanças nos contornos políticos, sociais e religiosos que permitiram a continuidade do sucesso holandês. Entretanto, como se havia iniciado as empreitadas da WOC, é pertinente a fala de Albuquerque quando diz que: “a mesma entidade política que a criou e subsidiou [referindo-se à República das Províncias Unidas] terminou tendo de arcar com seu passivo”³⁰.

²⁹ ALBUQUERQUE, *op. cit.*, p. 90.

³⁰ ALBUQUERQUE, *op. cit.*, p. 144.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. Ed. Revisada e Ampliada. Martins Fontes. São Paulo. 2007.
- ALBUQUERQUE, Roberto Chacon de. *Albuquerque e Nassau: origens e perfis: Portugal, Espanha, Brasil, Alemanha, Países Baixos*. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora Topbooks, 2018.
- ANDRADE, Claudionor Corrêa de. *Dicionário Teológico: um suplemento biográfico dos grandes teólogos e pensadores*. 1ª ed. Editora CPAD. 2019. p. 164.
- BRÈS, Guido de. *Confissão Belga*. Trad. Marcos Vasconcelos. Centro de Literatura Reformada – CLIRE. 2016.
- CARDIM, Pedro. MIRANDA, S. M. “A expansão da Coroa portuguesa e o estatuto político dos territórios”. In: FRAGOSO, J. L. R. GOUVÊA, M. de F. (orgs.). *O Brasil Colonial*. Vol. II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- COSTA, R. S. da. “Os Holandeses: dos Países Baixos às Províncias Unidas entre os anos de 1515 e 1648”. In: COUTO, Vinicius (org). (IN) *Tolerâncias religiosas nos Países Baixos. Uma história das reformas religiosas ocorridas antes e durante a Era Dourada (1515-1648)*. Editora Reflexão, 2021.
- DELUMEAU, Jean. *Nascimento e Afirmação da Reforma*. Trad. João Pedro Mendes. Pioneira. São Paulo. 1989.
- FERLINI, Vera Lúcia. *A Civilização do açúcar: Séculos XVI a XVIII*. São Paulo. Ed. Brasiliense. 1986.
- INSHAQ, Vivian. *Missionários Reais: a literatura religiosa e a disputa pelas almas devotas, século XVI-XVIII*. *Acervo*. v. 16. n. 2. p. 147-172. 2011.
- ISRAEL, Jonathan. *The Dutch Republic: it's rise, greatness and fall – 1477-1806*. New York: Oxford University Press, 1995. p. 36-37.
- KLEIJ, Sonja. *Van Oldenbarnevelt: Dutch political conflict in Dutch and English Drama*. Comparative Literary Studies. Utrecht University.
- MCCULLOH, Gerald O. (org). *A fé e a liberdade do homem*. Trad. Wellington Mariano. 1ª ed. Editora Reflexão. São Paulo. 2015. p. 119.
- MOTLEY, John Lothrop. *The Rise of the Dutch Republic. A History (1555-1566)*. Londres: Ams Pr Inc. Netherlands, 1973. (vol. 1), p. 65.
- SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. Trad. Renato Janine Ribeiro. Companhia das Letras. 1ª ed. 1996. São Paulo.
- URSINUS, Zacarias. *O Catecismo de Heidelberg*. Trad. Marcos Vasconcelos. Centro de Literatura Reformada – CLIRE. 2016.
- ZWEIG, Stefan. *Triunfo e Tragédia de Erasmo de Roterdão*. Trad. Maria Elsa Neves e Maria José Diniz. Assírio & Alvim. 2020.

MORTE E RESSUREIÇÃO DO BRASIL: OS HOLANDESES E A GUERRA GLOBAL CONTRA O IMPÉRIO MARÍTIMO PORTUGUÊS (1602-1661)

Guarda-Marinha Arthur Lima Verde dos Santos Pereira

INTRODUÇÃO

Guerra global é um termo frequentemente relacionado às Guerras Mundiais do século passado. É por esse motivo que se faz necessário definir guerra global: trata-se de uma luta armada entre nações ou grupos em âmbito do globo terrestre.¹ Como tem demonstrado a historiografia recente, as invasões holandesas a Pernambuco são apenas parte de um conflito global que se vincula às revoltas desencadeadas nas Províncias Unidas ou, simplesmente, “Holanda”, contra a Monarquia Católica de Felipe II.

Anos depois, nessa nova República, houve a criação de duas companhias de comércio que iriam afetar diretamente os negócios portugueses. Sob aspecto mercantil, pode-se alcançar o caráter global do conflito entre esses povos. Discutir-se-á, neste artigo, os elementos que estão relacionados a esse conflito, a fim de se compreender as invasões holandesas no Brasil.

Para tanto, inicialmente, é interessante rever, ainda que brevemente, os aspectos atinentes ao processo de independência holandês. Em seguida, analisar-se-á o papel da cidade de Olinda no contexto do do Estado do Brasil do século XVI. Outro ponto importante para esse artigo é compreender a situação geral do império durante as invasões e as reações portuguesas às ameaças flamengas.

Por último, analisar-se-á a Restauração portuguesa e suas consequências para o Brasil. Nesse momento final, discute-se também o Tratado de Haia, que marca o término das invasões holandesas. Perpassados esses tópicos, ter-se-á uma visão alargada sobre esse contexto, que, na visão de seus contemporâneos,

pode ser representado como a morte e a ressurreição do Brasil.

A INDEPENDÊNCIA HOLANDESA

Em 1567, as províncias do Norte dos Países Baixos que haviam aderido ao Calvinismo se rebelaram contra a Monarquia Hispânica, lideradas pela cidade de Amsterdã; declararam-se logo independentes. Mas a disputa pela libertação do jugo espanhol foi longa. O reconhecimento da Holanda somente seria formalizado pela Espanha com a Paz de Vestfália, em 1648, ao final da Guerra dos Trinta Anos. Com a extensão de suas atividades comerciais para o transporte marítimo, logo os navios mercantes holandeses passaram a dominar as rotas comerciais entre os litorais Norte e Sul da Europa, do Báltico ao Mediterrâneo, roubando espaços antes ocupados pelos hanseáticos, ibéricos e venezianos, adquirindo a supremacia naqueles mares europeus².

O expansionismo holandês sobre os mares teve o respaldo teórico do compatriota Hugo Grotius, desde 1609, quando esse jurista escreveu sua tese do *Mare liberum*, segundo a qual o mar deveria ser um bem compartilhado por todos e não monopolizado por qualquer nação. Esse expansionismo, que se iniciou com a invasão do monopólio ibérico, levaria a Holanda a algumas guerras contra Espanha e Portugal. Dentre essas guerras, que envolveram interesses marítimos, comerciais, questões religiosas e poderes políticos de soberanos europeus, podemos destacar a dos Oitenta Anos (1568 –1648), ou da Independência da Holanda que inclui uma fase Hispano-Holandesa (1621 –

¹ HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2001.

² CESAR, William Carmo. Velas e canhões no expansionismo holandês do século XVII. *Navigator*, v. 10, 2009, p. 23 e 24.

1648) e outra, a Anglo-Holandesa (1652 – 1674)³.

Obviamente, com a criação das duas Companhias das Índias, a Oriental, em 1602, e a Ocidental, em 1621, e ainda com o esforço conjunto entre ambas e os governantes das Províncias Unidas, bem como o financiamento de alguns segmentos comerciais particulares, os holandeses puderam prover os recursos financeiros necessários a tais empreendimentos.

No Oriente, o vultuoso comércio de especiarias como pimenta, a mais lucrativa, noz-moscada e têxteis, dentre eles a seda, alimentou o interesse da Companhia das Índias Orientais (WIC) pelo domínio da rota marítima que levava as especiarias da Ásia até a Europa.⁴ Rapidamente, os neerlandeses observaram que a saída de Lisboa do mercado internacional traria maiores lucros, seja pelo fim da concorrência com os portugueses, pelo aumento natural dos preços, seja por uma expressiva valorização das ações das Companhias de Comercio na bolsa de valores flamenga⁵.

Lenk explica que “em 1627, a flotilha de Piet Heyn navegou incontestemente, desbaratando as rotas do açúcar e a navegação portuguesa com a África e o Rio da Prata”⁶. Logo, desde as primeiras décadas do século XVII, a capitania de Pernambuco recebia visitas de navios hamburgueses e flamengos. Além de descarregarem escravos africanos, carregavam-se com madeira e ainda contrabandeavam ouro e prata de Potosí. Sendo esta, mais um dos elementos que conferem a característica da globalidade ao conflito⁷.

A circulação de mercadorias pelo Atlântico Sul foi corretamente analisada pelos flamengos. Eles observaram que a principal origem das riquezas da Coroa lusa, o açúcar, vinha de Olinda e, logo, conquistaram

a região⁸. Além disso, baseados em suas experiências mercantis, foram à base da cadeia de produção de açúcar: o escravo de origem africana, que também representava um lucrativo comércio. O objetivo batavo se tornou dominar as principais cidades que sustentavam o comércio português, tanto no Oriente quanto no Ocidente⁹.

No Atlântico Sul, a conquista de Luanda, em Angola, e de Olinda, foi a indicação de que, por meio da superioridade naval, a WIC estaria construindo o império ultramarino holandês¹⁰. Já no Oriente, Ormuz e Málaca eram a chave para o controle do lucrativo comércio oriental¹¹.

Não é de se esperar um resultado diferente da conquista de Angola em 1641 pela Holanda, até porque os batavos utilizaram a mesma estratégia que triunfou no Oriente para o teatro de operações do Atlântico Sul. A coroa portuguesa, que dependia de sua economia ultramarina, ficou, a partir de então, sem suas mais importantes fontes de arrecadação, as quais correspondiam a cerca de metade de suas receitas¹².

PERNAMBUCO E O ATLÂNTICO SUL

Olinda era importantíssima no âmbito mercantil, militar, tático e estratégico, tanto para os invasores quanto para os portugueses. Para a cidade confluíam as rotas comerciais que ligavam as minas de Potosí, que traziam os escravos de Angola e que levavam a farinha de mandioca e aguardente para a África, além das que levavam o Ouro Branco da época, o açúcar. O primeiro *gouverneur* do Brasil holandês foi o coronel Diedrich Wanderburch que, mesmo passando por grandes dificuldades, nunca perdeu a esperança de um desfecho glorioso. Ele afirmava que Olinda era tão importante estrategicamente que possibilita-

³ *Ibidem*, p. 24

⁴ NIGRO, Antônio Alberto Marinho. Olinda. *Revista do Clube Naval*, Rio de Janeiro, Ano 127, Nº 392, 2019, p.45.

⁵ TEENSMA, Benjamin Nicolaas. O bloqueio da Barra de Goa por Jacob Cooper, de 9 de novembro de 1636 até 2 de maio de 1637. *Navigator*, v. 18, 2013, p.68.

⁶ LENK, Wolfgang. Problemas do Poder Naval português na guerra contra os holandeses. *Navigator*, v. 11, 2010, p.86.

⁷ NASCIMENTO, Rômulo L. X. Mare clausum e mare liberum: episódios luso-neerlandeses no Atlântico Sul. *Atlântico: a história de um oceano*. Organização de Francisco Eduardo Alves de Almeida [et al.] – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p. 138.

⁸ *Ibidem*, p. 136.

⁹ GODINHO, V. Magalhães. Finanças públicas e estrutura de Estado. In: GODINHO, V. Magalhães. *Ensaio II*. Lisboa: Sá da Costa, 1978. p. 65-72.

¹⁰ NIGRO, Antônio Alberto Marinho. Olinda. *Revista do Clube Naval*, Rio de Janeiro, Ano 127, Nº 392, OUT-NOV-DEZ, 2019, p.46.

¹¹ NASCIMENTO, op. cit, p. 120.

¹² *Ibidem*, p. 136.

ria que todas conquistas portuguesas poderiam ser dominadas a partir dessa plataforma¹³.

A partir de Olinda, a capacidade de emprego do Poder Naval holandês foi incrementada. Devido às correntes marítimas e regimes de ventos existentes no litoral brasileiro, foi possível, efetuar o controle da área marítima e impedir relações mercantis portuguesas e, também, negar o uso do mar pelo inimigo. Esse prestígio de Olinda foi engenhosamente refletido para Recife, cidade mais fácil de se proteger, na visão dos flamengos. Recife se tornou uma espécie de quartel-geral da WIC, referência em todo o Hemisfério Sul.

A importância da região de Olinda foi bem aproveitada pelos batavos. Com as melhorias de Recife, que antes já dispunha de uma característica mercantil, a WIC montou um ponto de apoio com influência em todo Atlântico Sul¹⁴. Conflui com isso o posicionamento de Loureiro acerca do assunto:

O plano holandês, assim, não se restringia ao Nordeste. Perceberam como a tomada de Angola, área fornecedora de mão-de obra escrava, era crucial para a manutenção de Pernambuco. Pretendiam, contudo, ir muito além: dominar os circuitos integrados que se atualizavam nos portos de Recife – Salvador – Rio de Janeiro – Buenos Aires – Angola. E, nesse contexto, difícil era a situação portuguesa. [...] Evidenciou-se como a operação militar naval representou iniciativa basilar para o desfecho da guerra e das negociações diplomáticas subsequentes. Angola era área extremamente estratégica no Atlântico Sul porque, sem a oferta de negros africanos, a conquista do Nordeste pelos holandeses, voltada para a empresa açucareira estruturada na escravidão, destituir-se-ia de rentabilidade. Similarmente, sem Angola, não teriam o mais lucrativo item de troca no comércio que viabilizava a captura da prata potosina no porto de Buenos Aires¹⁵.

No dia 1º de abril de 1631, a embarcação holandesa *Zuickerbrode* (pão de açúcar) suspendeu de Recife tendo o Caribe pela proa. A serviço da Companhia das Índias Ocidentais (WIC) holandesa, muitas embarcações transportaram açúcar, escravos, farinha de mandioca, burocratas, militares, cachaça, entre outros produtos.

Mesmo com o domínio sobre o lucrativo comércio de escravos, açúcar, especiarias e prata proveniente do Potosí, os holandeses ainda buscavam encontrar ouro e prata em terras brasileiras. Os batavos enviaram expedições ao interior para procurar riquezas minerais, como a que foi comandada pelo capitão Browser, em 1643, que evidenciou tal plano¹⁶.

REAÇÕES IBÉRICAS

A coroa portuguesa soube, em 25 de julho de 1624, que a Baía de Todos os Santos havia sido invadida pelos flamengos e rapidamente comunicou ao rei Filipe IV. É salutar a ação das coroas ibéricas que enviaram 56 embarcações para a retomada da conquista, evento que ficou conhecido como “Jornada dos Vassalos”.

O problema é que, como explica Lenk: “tal demonstração de força e eficiência do Poder Naval ibérico, contudo, seria uma exceção. Nos anos seguintes, faltariam recursos a Madri para que fosse combatida a presença flamenga na costa sul-americana”. Ele ainda detalha mais a questão:

Após a ocupação de Olinda e Recife, em 1630, as coroas ibéricas ver-se-iam no dilema de enviar, em caravelas isoladas, socorros de material e gente de guerra para a defesa do Brasil, ou reunir tais recursos em uma Armada forte o suficiente para desalojar os holandeses de Pernambuco. Para piorar a penúria financeira, a rivalidade política entre partidários do Conde-Duque de Olivares e ministros da coroa de Portugal atrapalhava o apresto das embarcações, de modo que uma força numerosa e preparada como a “Jornada dos Vassalos” esteve além das possibilidades¹⁷.

Mesmo diante dessa situação embaraçante, foram en-

¹³ NASCIMENTO, *op. cit.*, p. 140.

¹⁴ *Ibidem*, p. 139.

¹⁵ LOUREIRO, Marcello. Reconnectando o Império. Navigator v. 7, 2008, p. 35-47.

¹⁶ NASCIMENTO, *op. cit.*, p. 137.

¹⁷ LENK, *op. cit.*, p. 86.

viadas duas flotilhas para o apoio ao Brasil. A primeira, sob comando de Mathias de Albuquerque, foi enviada logo em 1630 enquanto a segunda estava sendo aprestada. Dom Antônio de Oquendo foi escolhido para liderar a Armada “respeitável” de 27 embarcações. Essa força naval foi designada para rumar diretamente para a Bahia, mas acabou demorando demasiadamente e a WIC conseguiu organizar-se para fazer frente à ameaça¹⁸.

Em Abrolhos, ao largo de litoral da Bahia, em setembro de 1631, 16 navios holandeses comandados por Adrian Pater, a bordo do Prins Wilhelm de 500 toneladas e 46 canhões, enfrentaram 17 galeões e dois patachos luso-espanhóis de Dom Antônio Oquendo, capitaneada pelo Galeão Santiago de 900 toneladas e 44 canhões, cuja Esquadra havia suspenso de Salvador a 3 de setembro comboiando embarcações mercantes carregadas de açúcar e outros produtos, além de 12 caravelas com tropas para desembarque em Pernambuco e na Paraíba.

Quando as forças se avistaram, na manhã do dia 12, os holandeses, com seus navios formados em meia-lua decidiram pela abordagem, investindo em duplas sobre cada galeão inimigo de maior porte, enquanto Oquendo ordenou formação em linha de batalha com os mercantes e as caravelas em posição protegida fora do combate. Ao final da batalha, que incluiu abordagens e duelos de artilharia, ambas as forças perderam dois galeões cada e tiveram vários outros avariados. Entre as perdas holandesas se inclui a capitânia e a morte de seu Comandante, Adrian Pater.

A vitória estratégica coube aos ibéricos, pois as caravelas rumaram para áreas seguras, desembarcaram as tropas em Santo Agostinho e na Paraíba, e ainda seguiram, posteriormente, para Portugal, carregadas de açúcar. Mas os holandeses, mesmo derrotados, não perderam o domínio do mar, garantindo-o com o patrulhamento do litoral desde a Bahia até o Rio Grande do Norte, após o regresso da Esquadra luso-espanhola à Europa¹⁹.

Devido às restrições financeiras, apenas em 1635 outra força naval vultuosa pôde ser enviada. Consistia em uma armada com 30 velas e 2.500 homens de três nacionalidades, sob o comando de Dom

Lope de Hoces e Dom Rodrigo Lobo. Devido à letargia do governo ibérico, o forte que defendia o porto no Cabo de Santo Agostinho foi tomado pelos flamengos, dificultando-se ainda mais a retomada de Pernambuco²⁰.

Após uma malsucedida tentativa de invasão a Salvador, o rei Filipe IV preparou uma última e mais poderosa armada com todos os recursos disponíveis. Essa expedição foi comandada por Dom Fernando Mascarenhas, o Conde da Torre. Durante uma escala em Cabo Verde, um surto de cólera na tripulação reduziu o poder da força naval que contava com 41 belonaves. Sendo assim, em 10 de janeiro de 1639, a esquadra não conseguiu desembarcar tropas em Pernambuco e foi obrigada a rumar para a Bahia a fim de ser reforçada e reabastecida. Um ano depois, em 1640, a frota da companhia holandesa conseguiu defender o litoral e categorizar o esforço ibérico como fracassado²¹.

A SITUAÇÃO BRASILEIRA DURANTE AS INVASÕES HOLANDEAS

A subordinação lusa à coroa de Castela custou caro aos luso-brasileiros que defendiam o Brasil. Depois da invasão holandesa à Salvador em 1624, o rei Filipe IV ficou de sobreaviso, preocupado com a grande possibilidade de um ataque ao país ibérico. O capitão-mor de Pernambuco, Matias de Albuquerque, solicitou à corte um reforço militar e de gêneros alimentícios; tal situação foi discutida no Conselho da Fazenda do rei. Entretanto, do outro lado do atlântico, as forças batavas já logravam vitórias nas conquistas portuguesas. Em 1638, outro pedido foi feito ao rei. Dessa vez, o Capitão-mor Manuel Madeira pediu reforços para combater os invasores batavos²².

Tal situação precária se agravou ao ponto de ser exaltada no Sermão da Visitação de Nossa Senhora, do Padre Antônio Vieira, durante a recepção ao Marquês de Montalvão, nomeado Vice-Rei do Brasil. O Padre explica que o Brasil estava morto, devido ao

²⁰ LENK, *op. cit.*, p. 88.

²¹ *Ibidem*, p.89.

²² NASCIMENTO, *op. cit.*, p. 125-135.

¹⁸ *Ibidem*, p. 87.

¹⁹ CESAR, *op. cit.*, p.29.

descaso da corte. Pode-se constatar a visão crítica de Vieira ao apontar a origem de todos os problemas:

Esta é a causa original das doenças do Brasil: tomar o alheio, cobiças, interesses, ganhos e conveniências particulares, por onde a justiça não se guarda, é o Estado que se perde. Perde-se o Brasil. Senhor, digamo-lo em uma só palavra: porque alguns ministros de Sua Majestade não vêm cá buscar o nosso bem, vêm cá buscar nossos bens²³.

Ainda no mesmo sermão, Vieira defende a justa distribuição de riquezas, evitando assim que tudo fosse enviado a Madri. Além disso, destaca uma grande preocupação quanto a um estado limítrofe e potencialmente perigoso, que poderia levar à total insubordinação da população local:

E o mal mais para sentir de todos é que a água que por lá chovem a Lisboa, vai desperdiçar a Madrid [...]. E o mal mais para sentir de todos é que a água que por lá chovem e desperdiçam as nuvens não é mais tirada da abundância do mar, como noutro tempo, senão das lágrimas do miserável e dos suores do pobre, que não sei como atura já tanto a constância e fidelidade destes vassallos [...]. Tudo o que der a Bahia, para a Bahia há de ser; tudo o que se tirar do Brasil, com o Brasil há de se gastar²⁴.

O Padre Antônio Vieira, em seu Sermão da Visitação, expõe que o Brasil carece de justiça punitiva, a que castiga malfetores, e ainda afirma ser esse fator forte contribuinte para a ruína das conquistas portuguesas. O historiador José Antônio Gonsalves de Mello chamou atenção para o fato de que grande parte do açúcar pernambucano ia para Flandres, quando na verdade deveria ir para Portugal. Além disso, havia forte presença de corsários e de piratas na costa africana. É possível especular como essa situação pode ter

se agravado durante as invasões holandesas, em um momento em que havia certa incapacidade da coroa em função das frentes de guerra que disputava.

A RESTAURAÇÃO

Após as derrotas do Conde da Torre e de Antônio de Oquendo no Canal da Mancha, na Batalha de Downs, e depois de uma tempestade provocar o naufrágio de um galeão carregado de prata, Portugal e Espanha entraram em uma grande crise financeira e militar. É nesse período que eclodem as revoltas de Catalunha e de Portugal, reduzindo ainda mais a capacidade de combater os flamengos no Brasil²⁵. Em 1640, na cidade de Lisboa, ocorre o golpe da Restauração que coroou um novo rei, Dom João IV, em Portugal.

É durante esse período que o Brasil começa a receber atenção, depois de concluírem que as conquistas nas Índias estavam praticamente perdidas. Complementarmente, um novo tribunal é criado para discutir as questões ultramarinas, e seria através dele que se esperava que a justiça chegasse: o Conselho Ultramarino²⁶.

O rei Dom João IV subiu ao trono, porém passava por uma situação muito frágil. Tendo reconhecido a negligência com que as conquistas lusas foram tratadas, logo buscou um tratado de trégua com os holandeses²⁷. Os flamengos se aproveitaram da fragilidade portuguesa e ocuparam Luanda. Ainda nesse contexto, o rei inglês Carlos I aproveitou a crise de sua aliança com a Espanha e estreitou laços com os portugueses²⁸.

É a partir dessa aproximação entre ingleses e portugueses que se origina uma aliança luso-anglicana que perdurou durante séculos. Por meio do comércio, garantia de pagamento aos serviços navais prestados, Portugal conseguiu montar uma força naval contundente e a altura de sobrepujar os interesses flamengos no Brasil-colônia. Além disso, a efetiva retomada só

²⁵ NASCIMENTO, *op. cit.*, p. 141.

²⁶ LOUREIRO, Marcello José Gomes. “Como poderemos restaurar depois de perdido, senão fazendo Justiça?” *O Conselho Ultramarino e o diálogo com as conquistas em tempos de incerteza (1640-1656)*. Locus: Revista de História, v. 24, n.1, 4 fev. 2019, p. 124-126.

²⁷ Idem.

²⁸ Idem.

²³ VIEIRA, Antônio. Sermão da Visitação de Nossa senhora. Obra completa do Padre Antônio Vieira. Dir. de José Eduardo Franco e Pedro Calafate. Tomo II, Volume VII. São Paulo: Loyola, 2015, p. 85.

²⁴ *Ibidem*, p. 86.

ocorreu depois que a força naval da WIC foi derrotada sucessivamente pelos ingleses, o que somente ocorreu durante das Guerras Anglo-holandesas, em 1653²⁹.

A RESSUREIÇÃO DO BRASIL

Em meados de 1643, na fronteira luso-castelhana, houve significativa movimentação militar, implicando em uma maior dificuldade para enviar apoio humano e material às tropas no Brasil. Concomitantemente, no Conselho Ultramarino, eram discutidos os meios para a reconstrução do Poder Naval português, peça fundamental para a consolidação da soberania portuguesa. Assim, mesmo diante da ameaça da WIC no Brasil, a prioridade era a defesa da monarquia bragantina na Europa³⁰.

Nos anos de 1637 a 1644, Recife foi governada por Maurício de Nassau, num momento de vultuoso incremento econômico e cultural. Porém, mesmo diante desse cenário mais calmo, pôde-se observar a formação de uma revolta pernambucana em 1645 denominada por alguns de Guerra pela Liberdade Divina. Tal acontecimento possui especial destaque em virtude de ter sido originado pelos que residiam em Pernambuco³¹.

Embora oficialmente Portugal e Holanda estivessem cumprindo um período de trégua a partir de 1641, após os embates no Monte das Tabocas e na Baía de Tamandaré, em agosto e setembro de 1645, mostraram que, de fato, o contexto era de guerra.

Em 1644, aprestou-se uma pequena Esquadra, sob o comando de Salvador Correia de Sá e Diogo Martins Madeira. Essa força suspendeu de Belém no dia de Natal, com sete velas e 600 tripulantes e atracou na Bahia em fevereiro do ano seguinte. Mesmo não sendo de grande escala, tal esquadra pôde ainda socorrer os portugueses em Angola.

Em 1647, a iminência de outro ataque da WIC às conquistas portuguesas na Bahia fez o Conselho Ultramarino enviar um socorro emergencial ao Brasil. Entretanto, esse socorro não era nem de longe suficiente frente às necessidades. É nesse contexto que um dos maiores comerciantes de Lisboa, Duarte da Silva, dispendeu uma vultuosa quantidade de recursos para

financiar uma operação militar naval mais consistente. O resultado foi uma esquadra com 20 vasos de guerra bem armados, 2.350 infantess e mil marinheiros. Essa poderosa força foi capaz de intimidar os holandeses e os forçar a abandonar a Bahia, além de que uma parcela dela foi o Rio de Janeiro para somar forças e, finalmente, apoiar a retomada de Angola.

Mesmo com o recebimento de um enorme reforço holandês, não foi possível manter as posições na Bahia e em Angola. Em contrapartida, o mar foi dominado pelos holandeses, o que obrigou a frota portuguesa a se esconder nos rios baianos. Entretanto, tal situação não se estenderia demasiadamente. Devendo-se, principalmente, a anos de despesa e baixo retorno nas operações da WIC, as finanças da companhia chegaram a uma situação bastante complicada logo após o levante pernambucano. Além disso, em agosto de 1648, quando Salvador Correia de Sá conseguiu retomar o porto de Luanda e reestabelecer o fornecimento de escravos ao Brasil, as operações da WIC foram reduzidas a ações de corso. Sem recursos para sustentar a força naval que resistia bravamente em Recife e na Paraíba, em junho de 1649, o Vice-almirante holandês Witte de With voltou para a Europa, descumprindo todas as ordens que tinha, marcando o início do reestabelecimento do domínio português no mar.

É interessante observar a mudança no panorama luso-brasileiro no decorrer do século XVI. Conforme Barros, no decorrer do século XVI, o negócio marítimo de Lisboa se direcionou para o espaço insular, sul-americano e Índias de Castela³⁴. Entenda-se, Ilhas e Índias, mas, acima de tudo, o Brasil recebeu grande parte da movimentação dos navios portugueses.

Em dezembro de 1657, por meio da mediação da Inglaterra e da França, Portugal e Holanda iniciavam seus diálogos para negociar o fim desse conflito global. Logo no início de 1658, Dom Fernando Teles de Faro foi enviado a Haia para ser embaixador português com a missão de forjar um acordo para que Portugal retomasse o controle sobre o Brasil e as Províncias Unidas recebessem algumas compensações financeiras³².

Após anos de intensas e duras negociações, com a Coroa portuguesa sem mais condições de conceder privilégios aos neerlandeses, chegou-se à necessidade

²⁹ LENK, *op. cit.*, p. 95.

³⁰ *Ibidem*, p. 96, 98 e 100.

³¹ *Ibidem*, p. 95.

³² NASCIMENTO, *op. cit.*, p. 128.

de firmar um acordo da maneira que fosse possível. Em virtude da aproximação luso-anglicana, em Londres, os privilégios concedidos à Inglaterra em 1642 e 1654 foram reafirmados. Isso ocorreu para que a *Royal Navy* garantisse a segurança portuguesa; teria ainda mais desdobramentos, como o casamento entre um príncipe inglês e uma princesa portuguesa³³.

Em 6 de agosto de 1661, o tratado de Haia foi firmado entre portugueses e neerlandeses. Portugal pagaria 4 milhões de cruzados em diversos itens como sal, fumo, açúcar e numerário. Outro ponto importante é a devolução dos territórios da Nova Holanda à Portugal e a cessão às Províncias Unidas do Ceilão e Malabar. Além disso, o comércio de todas as mercadorias, menos o pau-brasil, poderia ser realizado com o Brasil e a costa da África. Caso Portugal não cumprisse com o tratado, a Holanda poderia exigir a restituição do Nordeste³⁴.

CONCLUSÃO

A independência da Holanda em 1581, a *limine*, trouxe consequências pesadas aos ibéricos. Impressionante é uma república tão nova ser tão bem organizada e já confrontar aqueles que dominaram os mares por anos. A criação das Companhias de Comércio, tanto do Oriente quanto do Ocidente, enfatizam o brilhantismo da inovação administrativa, em relação ao que os ibéricos praticavam.

Todo o desenrolar desse conflito global entre a WIC, Portugal, Espanha e Inglaterra tem um ponto em comum de destaque, o emprego efetivo do Poder Naval. Sem adequados meios, os flamengos não poderiam ter invadido conquistas por todo o mundo; na verdade, nem lá chegariam. Sem uma adequada marinha, Portugal foi obrigado a se aliar à Inglaterra para ser protegida pela *Royal Navy*. Muitos bloqueios navais ocorreram a fim de comprometer o inimigo, muitos navios foram tomados e afundados, modificando-se o curso desses embates.

De 1602 a 1661, os homens e mulheres que viviam no Brasil puderam participar diretamente de um con-

flito global. Um conflito que recentrou o Brasil nas dinâmicas da monarquia pluricontinental e pluriocênica de Portugal.

REFERÊNCIAS

- BARROS, Amândio Jorge Morais. *Porto: a construção de um espaço marítimo nos alvorecer dos tempos*. Academia de Marinha: Lisboa, 2016.
- CESAR, William Carmo. *Velas e canhões no expansionismo holandês do século XVII*. *Navigator*, v. 10, 2009, p. 23-37.
- GODINHO, V. Magalhães. Finanças públicas e estrutura de Estado. In: GODINHO, V. Magalhães. *Ensaio II*. Lisboa: Sá da Costa, 1978, p. 65-72.
- HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Ed. Objetiva, 2001.
- LENK, Wolfgang. Problemas do Poder Naval português na guerra contra os holandeses, *Navigator*, v. 11, 2010, p.85-101.
- LOUREIRO, Marcello José Gomes. *Reconectando o Império*. *Navigator*, v. 7, 2008, p. 35-47.
- LOUREIRO, Marcello José Gomes. “Como poderemos restaurar depois de perdido, senão fazendo Justiça?” O Conselho Ultramarino e o diálogo com as conquistas em tempos de incerteza (1640-1656). *Locus: Revista de História*, v. 24, n.1, 4 fev. 2019, p. 121-146.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *O negócio do Brasil: Portugal, os países baixos e o Nordeste 1641-1669*. Companhia das Letras, 2011.
- NASCIMENTO, Rômulo L. X. *Mare clausum e mare liberum: episódios luso-neerlandeses no Atlântico Sul*. *Atlântico: a história de um oceano*. Organização de Francisco Eduardo Alves de Almeida [et al.] – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p. 118-149.
- NIGRO, Antônio Alberto Marinho. Olinda. *Revista do Clube Naval*, Rio de Janeiro, Ano 127, Nº 392, 2019, p.45-47.
- TEENSMA, Benjamin Nicolaas. O bloqueio da Barra de Goa por Jacob Cooper, de 9 de novembro de 1636 até 2 de maio de 1637. *Navigator*, v. 18, 2013, p.67-76.
- VIEIRA, Antônio. *Sermão da Visitação de Nossa Senhora*. Obra completa do Padre Antônio Vieira. Dir. de José Eduardo Franco e Pedro Calafate. Tomo II, Volume VII. São Paulo: Loyola, 2015, p. 81-100.

³³ BARROS, Amândio Jorge Morais. *Porto: a construção de um espaço marítimo nos alvorecer dos tempos*. Academia de Marinha, Lisboa, 2016, p. 378.

³⁴ MELLO, Evaldo Cabral de. *O negócio do Brasil: Portugal, os países baixos e o Nordeste (1641-1669)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 169.

LIBERDADE DOS MARES E CONCORRÊNCIA ENTRE IMPÉRIOS: PORTUGUESES, HOLANDESES E SUA DISPUTA PELO CONTROLE DO COMÉRCIO MARÍTIMO

Aspirante Lucas Lima dos Santos

INTRODUÇÃO

Este artigo parte das discussões jurídicas que se verificam na Europa do início do século XVII, para se debruçar, em seguida, sobre as ações militares que caracterizaram a concorrência entre os impérios ultramarinos europeus. Nesse contexto, como se examinará adiante, o Brasil foi atacado e ocupado por holandeses.

Após a morte do rei D. Sebastião em 1578 e o término da dinastia de Avis dois anos depois, Felipe II de Espanha agregou o território português ao seu império, isto é, à Monarquia Compósita. O que hoje designamos atualmente por Espanha era, na verdade, uma composição de territórios que podiam dispor, conforme seu estatuto político-jurídico, de alguma autonomia. Esses territórios estavam dispersos nas penínsulas ibérica e itálica, bem como no norte da Europa; evidentemente, abarcavam também os diversos espaços ultramarinos, tipificados genericamente como “conquistas”.

Uma das medidas adotadas pelo monarca castelhano foi a suspensão do comércio luso-holandês, a qual não foi bem recebida em Amsterdã e, como retaliação, surgiu a necessidade de contestar o *Mare Clausum* dos tratados ibéricos.

Em 1602, foi criada a *Vereenigde Nederlandsche Oost Indische Compagnie* (VOC), Companhia de Comércio das Índias Orientais em português, com a finalidade precípua de contestar a exclusividade ibérica sobre o comércio nas Índias. Após um ano de existência da companhia, um corsário dela apresou a Nau Santa Catarina, de bandeira lusitana, na derrota entre Macau e Goa.

Contudo, tamanho apresamento levantou algumas questões morais dentro das próprias Províncias Unidas. É que a nau de

Santa Catarina era portuguesa, nação que estava independente de Espanha, apesar de estar sob a tutela do mesmo rei, não estavam em conflito com os Países Baixos e, para além disso, pelo menos desde o século XV sempre existiram boas relações comerciais entre ambos os países (BARROSO, 2016, p.14).

O acontecimento dividiu opiniões entre os acionistas da companhia, especialmente aqueles mais pacifistas. O caso foi levado para o Conselho do Almirantado, órgão responsável por julgar o caso à luz das práticas costumeiras internacionais do direito marítimo, o qual deu veredito favorável aos holandeses. O encarregado da defesa era um jusnaturalista de nome Hugo Grócio.

OS DEBATES JURÍDICOS SOBRE A LIBERDADE DOS MARES

Na Universidade de Leiden, Grócio havia se debruçado sobre os escritos dos juristas espanhóis Ferdinando Vázquez de Menchaca e Francisco de Vitória, neoescolástico, concluindo que o mar era livre à navegação e ao comércio entre as nações, não reconhecendo a autoridade papal para dividir o mundo e as pretensões da monarquia universal dos Habsburgo. Em 1603, inspirado pelo incidente da Nau Santa Catarina, publicaria *Mare Liberum*, um apologético da liberdade dos mares.

O jurista defendia a liberdade de navegação dos mares para todas as nações e a guerra justa contra qualquer obstáculo a esse direito natural. Seu argumento basilar era o de que quando a lei positiva, defendida e aplicada pelos Estados, contradiz a lei natural, torna-se inválida.

Portanto, no início da obra *Mare Liberum*, o autor começa logo por referir que era justificável uma luta entre holandeses e portugueses através de quatro argumentos irrefutáveis: o acesso às Índias Orientais está aberto a todas as nações; os infieis não podem ser desprovidos de bens públicos ou privados apenas porque são desta condição, seja a razão a descoberta ou concessão papal; o mar ou o direito de navegação não se pode tornar posse exclusiva de uma nação particular, seja por confisco, concessão papal ou costume e, por fim, o direito de se fazer comércio com outra nação não pode ser exclusiva de uma nação, por qualquer motivo (BARROSO, 2016, p.19).

Para entender o que é a lei natural, deve-se retornar aos escritos de Tomás de Aquino, que identificou quatro tipos de lei: eterna, divina, natural e humana. A lei eterna é conhecida apenas por Deus, enquanto a lei divina é revelada através dos evangelhos, sendo conforme a razão do próprio Deus e sua Providência. Da lei eterna, deriva-se a lei natural, isto é, “como o regulado participa da regra do regulador” (VEIGA, 2017, p.90).

Assim, a lei natural, segundo o pensamento tomista, é a participação humana, através da razão, na lei eterna. Ou seja, seria a inclinação natural para se fazer o bem e não o mal. “Deve-se esclarecer que a lei natural não é uma lei escrita, positivada, mas o conjunto das coisas que se deve fazer em conformidade com a lei eterna, que só pode ser compreendido pela razão”.

Visando analisar os casos particulares da lei natural (Tomás de Aquino era um casuísta), em consonância com a lei divina, surge a lei humana com o propósito de tornar os homens bons, almejando o bem comum, que deve ser desfrutado tanto pelo todo quanto pelas partes, que devem constituir uma “unidade própria para a realização do bem delas, enquanto também participam e buscam o bem da comunidade” ou coletividade (VEIGA, 2017, p. 89-91).

No entanto, nem todas as leis são necessariamente justas, tendo em vista que nem todos os legisladores buscam o bem comum. Para Tomás

de Aquino, quando a lei humana contraria a lei natural, é lícito desrespeitá-la. Foi nesse ponto da obra tomista em que Grócio fundamentou seus argumentos.

O texto do pensador flamengo não foi bem recebido na península ibérica, tendo inclusive entrado para o Índice dos Livros Proibidos (Index). Além disso, sua obra foi refutada pelo padre português Serafim de Freitas, autor da obra “Do Justo Império Português”, publicada em 1625.

Se por um lado Grócio não reconhecia a autoridade do Papa para doar territórios, por outro, sua contraparte lusa acreditava que o vigário de Cristo cumpria sua missão católica de expandir a fé, delegando-a aos monarcas capazes de fazê-lo, concedendo-lhes os direitos exclusivos de comércio e navegação.

Outro ponto defendido por Freitas é que, no momento da assinatura do Tratado de Tordesilhas, as Províncias Unidas faziam parte do Ducado da Borgonha, território Habsburgo, então também estavam incluídas no tratado, reconhecendo, portanto, sua legitimidade.

Nesse íterim, percebe-se que ambos os lados buscavam justificar suas ambições territoriais em termos jurídicos e até mesmo teológicos. Pode-se dizer que Grócio teve vantagem já que suas ideias interessavam a mais governantes.

ENQUANTO OS JURISTAS DEBATEM, A GUERRA SE ARRASTA NA EUROPA

Enquanto isso, a campanha empreendida pelo exército dos Habsburgo para subjugar as províncias rebeldes encontrava dificuldades para penetrar na “Fortaleza Holanda”, segundo Keegan (2006), cujos bastiões resistiam aos seus assédios.

Durante os anos de 1605 e 1606, o exército comandado por Espínola, conseguiu inúmeras cidades das Províncias Unidas, porém, apesar destas vitórias, não conseguiram entrar mais para o interior do território, o que levou Espínola a aconselhar Filipe III para cessar a luta armada e negociar paz. Os holandeses fizeram uma oferta de

se cessarem as hostilidades e a luta armada terminou a 24 de abril de 1607 (BARROSO, 2016, p.13).

Os custos de manter tropas operando num Teatro de Operações distante vinha se provando impraticável para os cofres castelhanos, que arcavam com o grosso dos gastos militares. Em virtude disso, em 1609, era assinada uma trégua entre a Espanha e os batavos.

A chamada Trégua dos Doze Anos vigoraria até 1621, ano em que seria criada a *West-Indische Compagnie* (WIC), Companhia de Comércio das Índias Ocidentais em português, que, assim como sua congênera mais velha, tinha o objetivo de se contrapor ao monopólio ibérico, dessa vez no Atlântico. No mesmo ano, Filipe IV ascendeu ao trono da monarquia compósita.

O gigantismo do império espanhol, à época acrescido pelo português, proporcionava vários alvos vulneráveis para as companhias holandesas. O espírito colonialista holandês seria baseado, então, no controle de rotas comerciais e de entrepostos estratégicos, como pode-se verificar nos escritos de Grócio:

Ora, a causa dos holandeses ainda é mais justa, porque está ligada a de todo o gênero humano; os portugueses nem mesmo podem, para tornar seu empenho mais simpático, aduzir que apenas por espírito de rivalidade sustentam as suas pretensões, porque em tal caso a rivalidade seria uma emulação salutar, a melhor de todas, e como diria Hesíodo, vantajosa aos mortais. Mas isso não se dá, e haverá nada mais inútil de que a sujeição tributária do globo inteiro aos povos da Espanha?! Em todas as nossas cidades perseguimos com o ódio e oprimimos com o castigo os monopolistas. Vamos então deixar que os espanhóis absorvam o mundo inteiro? (*apud* GESTEIRA, 2006, p. 229).

Como nos mostra Loureiro, bastaria remover uma peça do sistema atlântico para que seu comércio entrasse em colapso.

Durante a União Ibérica, América portuguesa, Angola e Buenos Aires faziam parte de uma lógica mercantil, cujo eixo axial era o próprio tráfico negreiro. Se o principal artigo atlântico para venda em Buenos Aires era os escravos de Angola, a prata remetida para esse porto liquidava parcela do pagamento referente às mercadorias adquiridas no Oriente, a exemplo de tecidos. Tais itens, por sua vez, eram empregados na aquisição de mais negros em Angola que, remetidos para a América, permitiam o início dessa engrenagem mercantil atlântica (LOUREIRO, 2012, p. 140).

É possível verificar, portanto, a existência de uma dinâmica própria no Atlântico Sul, onde a WIC iria procurar se inserir, compreender, conquistar e expandir. No Oriente, a VOC procurou atacar os territórios portugueses, controlando assim o fluxo de especiarias. Sintetizando o cenário, o historiador britânico Charles Boxer afirmou:

Com risco de uma excessiva simplificação, pode-se dizer que esta longa guerra colonial revestiu a forma de uma luta pelo comércio das especiarias asiáticas, pelo comércio escravagista da África ocidental e pelo comércio do açúcar brasileiro (BOXER, 2001, p.118).

O mundo do século XVII, marcado pelas guerras religiosas, estava se globalizando celeremente. As coroas que haviam sido pioneiras na expansão marítima, sob a benção papal, viam agora suas possessões ameaçadas por nações que também buscavam seu quinhão no comércio de especiarias.

O CREPÚSCULO LUSO NO ÍNDICO

A concorrência entre os impérios ultramarinos logo deflagrou a guerra. No Oriente, ao longo do século XVI, o Estado da Índia compreendeu uma miríade de territórios que iam de Quíloa e Sofala, na África Oriental, até Nagasáqui, no Japão, passando por lugares tão distintos como Socotra (no Mar Vermelho); Ormuz (no Golfo Pérsico); Diu,

Cochim e Goa (na Índia); Ceilão; Malaca (na península malaia); Amboíno e Timor (nas Ilhas Molucas); e Macau (na China). Apesar da aparente extensão territorial, não houve tentativas de colonização aos moldes do que aconteceu no Novo Mundo, como nos mostra Loureiro:

Na Índia, a configuração do Império português era bastante distinta, funcionando como uma talassocracia em que prevalecia a economia de meios. Estruturado em rede, praticamente sem dispor de territorialização, as tentativas de controle dependiam dos navios de bases sobre terra, importantes para o comércio, para navegação de cabotagem e para a própria integração e conservação da presença portuguesa. Tendo em vista que a maior parte dos vassallos portugueses se situava próximo ao mar, a comunicação marítima era indispensável. Nas décadas de 1630 e 1640, holandeses e ingleses atacariam tais bases, esfacelando ou esmaecendo a presença lusa naqueles mares e rotas comerciais (LOUREIRO, 2018, p. 58-59).

A VOC, assim como a *East India Company*, criada pela coroa inglesa em 1599 para se inserir na carreira das Índias, aproveitaria o momento para substituir a bandeira lusa no trato das especiarias.

As possessões portuguesas em Ormuz, Bombaim, costa do Malabar, Macassar, Molucas, Goa, Málaca e Macau no Oriente passaram a ser cobiçadas pelos holandeses. Estava para começar um período dramático da história lusa. Consciente de que Madri não poderia desdobrar seu Poder Naval de forma a defender toda extensão de seu império, a VOC percebeu a oportunidade de dismantlar o comércio português no Oriente. A partir de 1619, holandeses, ingleses e até mesmo alguns reinos do Oriente arrancariam pedaços do império luso que se esfacelava indiscutivelmente.

Em um curto intervalo de tempo, a VOC assumiu o controle do lucrativo comércio de especiarias no Oriente, especialmente da noz-moscada, canela e pimenta. Os batavos devastaram sistematicamente o comércio português asiático desde o golfo pérsico até o Japão, destruindo assim grande parte da longa ca-

deia de colônias costeiras portuguesas, conquistando-as uma a uma.

Diante das múltiplas demandas de uma guerra global, a monarquia ibérica não tinha condições de responder em todas as frentes de batalha. A postura lusa no Oriente passou então para a defensiva.

AS DISPUTAS NO ATLÂNTICO

O governo das Províncias Unidas concedeu à WIC o monopólio comercial na América, o direito de conquistar territórios, firmando colônias e nomeando administradores. Sua presa natural era o Estado do Brasil, então uma colônia de exploração, baseada na plantation da cana de açúcar.

A produção açucareira estava centrada no nordeste brasileiro, onde o solo massapê o tornava favorável para o plantio. A capital da colônia ficava na cidade de Salvador, capitania da Bahia.

A coroa espanhola estava mais preocupada em proteger as *Flotas de Plata* durante a travessia do Atlântico, deixando em segundo plano a defesa do Brasil. O contingente profissional disponível para se contrapor a uma invasão consistia em apenas 80 soldados. A esquadra aliada mais próxima estava sediada na metrópole.

Após receber alertas da corte juntamente com ordens para preparar a defesa, o governador do Estado do Brasil, Diogo de Mendonça Furtado iniciou os preparativos. As milícias foram mobilizadas, porém D. Marcos Teixeira, bispo de Salvador, criando um conflito de jurisdições e “cioso da Sé que estava construindo, não admitiu a paralisação dos trabalhos, desentendeu-se com o governador, prejudicando a defesa” (FROTA, 1992, p. 72). Quando os invasores chegaram em maio de 1624, comandados pelo coronel Joan van Dorth, a cidade estava longe de um estado de prontidão.

Para justificar a conquista de Salvador, Jan Andries Moerbeek escreveu um panfleto intitulado “Motivos por que a Companhia das Índias Ocidentais deve tirar ao rei da Espanha a terra do Brasil”, cujo texto era a transcrição de uma reunião dos Estados Gerais ocorrida no ano anterior e que havia se pronunciado a favor de uma invasão do Brasil pela WIC. Moerbeek escreveu:

Visto como o rei da Espanha, nosso inimigo, possui ilegalmente estas terras e cidades, tendo destituído de modo inconveniente e pouco cristão o verdadeiro dono do reino de Portugal (ao qual pertence o Brasil) e também os legítimos herdeiros deste, isto é, S. ex. o Príncipe de Portugal, que atualmente reside em Haia, há razões de sobra para esperar a assistência da Divina Justiça na obra da Companhia do Brasil, que pertence à Coroa Portuguesa (*apud* GESTEIRA, 2006, p. 240).

Diante da superioridade do inimigo, a cidade foi evacuada e a resistência, nucleada, ironicamente, na figura do bispo. Foram adotadas táticas de guerrilha pelas chamadas “milícias dos descalços” para cortar a cadeia de suprimentos dos holandeses, surgiam assim as lendárias companhias de emboscadas:

Formaram 27 companhias de ataque, com 20 a 40 homens em cada, que apareciam nos lugares mais diversos e mantinham o inimigo assustado. Numa dessas emboscadas (17 de junho), Francisco Padilha e seu primo, Francisco Ribeiro, mataram van Dorth, e, noutra, o seu sucessor, Albert Schouten (FROTA, 1992, p. 72).

A inferioridade das tropas da Colônia seria a gênese de uma nova tática militar: a “guerra brasílica”, resultado não somente da

Acomodação da arte militar europeia às condições ecológicas do Nordeste, como também da assimilação de técnicas locais de guerras. Os elementos nativos, hábeis flecheiros, eram peça fundamental dessa nova forma de guerrear. A presença do indígena era constante e acabava, pela sua adequação ao meio e às técnicas necessárias, conferindo o caráter das atividades militares (PUNTONI, 2004, p.49-52).

A incapacidade de arremeter simpatizantes entre a população local somada aos constantes tormentos da campanha assimétrica dos luso-brasilei-

ros tornou insustentável a permanência holandesa.

Os invasores controlavam a cidade, mas não podiam ser abastecidos a partir do interior devido às emboscadas. Além disso, a maioria dos navios havia voltado para a Europa e a morte de seu comandante só agravou ainda mais a situação.

A circulação de informações no século XVII era lenta. Madri e Lisboa só souberam da queda de Salvador dois meses depois do fato consumado. Em resposta, foi montada uma expedição para recuperar a cidade, cuja importância justificava os custos de montar uma esquadra que pudesse projetar poder naval em tão longa distância.

A preparação de forças navais que projetassem poder militar a tão longa distância exigia um enorme esforço. Era necessário um planejamento cuidadoso dos recursos financeiros, materiais e humanos. A força deveria ser composta por variados navios: os de guerra, como os galeões e as fragatas; as naus e as urcas, que serviam tanto como embarcações mercantes quanto navios militares; e as caravelas, que serviam ao transporte. Havia, também, diversos outros navios menores, como patachos, iates velozes e embarcações que complementavam a capacidade das forças navais (BITTENCOURT, 2006, p. 51).

Coube a D. Fadrique de Toledo Osório, Marquês de Villanueva de Valdueza, o comando daquela que passou para a história como a Jornada dos Vassalos, em função da grande quantidade de fidalgos espanhóis, portugueses e napolitanos que dela participaram.

Chegando em março de 1625, desembarcaram as tropas e procederam na expulsão do invasor, que capitulou no dia 1º de maio. Os Estados Gerais haviam preparado e enviado uma força de socorro, todavia, quando ela chegou ao litoral da Bahia, Salvador já havia sido reconquistada pela esquadra luso-espanhola.

A WIC havia fracassado em seu objetivo principal de auferir lucros com o comércio do açúcar e gerar dividendos para os seus acionistas. Apesar disso, a

fortuna sorriu para os flamengos, quando em 1628, o almirante Pieter Hein apresou as naus da esquadra da prata. O lucro oriundo dessa apreensão injetou capital na companhia, que já vislumbrava outro alvo no Brasil, Pernambuco.

As experiências de 1624 não foram assimiladas pela monarquia dual. A defesa da costa do Brasil permaneceu precária, visto que não se acreditava na possibilidade de uma segunda invasão nem nas advertências de frei Antônio Rosado, que clamava que de Olinda para Holanda não havia mais que uma diferença de um i para um a... (FROTA, 1992, p. 73).

A corte de Madri determinou o retorno de Matias de Albuquerque, então capitão-mor do Brasil, juntamente com um reforço simbólico de 27 soldados e 3 caravelas. Em fevereiro de 1630, a força invasora chegava novamente ao litoral da colônia, desembarcando na praia de Pau Amarelo sob o comando em terra do coronel Waerdenburch.

As dificuldades para defender Olinda tornaram inexecutáveis as ordens da Companhia, que foram deixadas de lado para que as tropas de Waerdenburch concentrassem seus esforços em manter os territórios recém-conquistados.

Os dirigentes da WIC criam que seu Poder Naval seria o grande diferencial para conquistar e manter o Nordeste. Com ele, seriam capazes de cortar as linhas de comunicações marítimas entre Matias de Albuquerque e a corte na Europa. Dessa forma, a conquista dos centros populacionais implicaria a queda do interior. Estavam errados.

A guerra europeia vinha se transformando rapidamente desde que os canhões do Sultão Maomé haviam derrubado as muralhas de Constantinopla em 1453. A “revolução militar”, termo cunhado pelo historiador britânico Geoffrey Parker, consistia em:

a utilização crescente de armas de fogo; as transformações subsequentes no sistema de defesa, com as fortalezas de traço italiano (com bastiões) substituindo a rede secular de fortificações medievais; o declínio da cavalaria em favor da infantaria; o aumento expressivo do contingente dos exércitos e sua profissionalização (PUNTONI, 2004, p. 51).

O próprio exército espanhol refletia essas transformações tendo em vista que os campos alagados das Províncias Unidas inviabilizavam a cavalaria, então “os jovens nobres espanhóis logo aceitaram comissões como oficiais de infantaria nas guerras holandesas, lutando como soldados de linha alistados na Itália, Borgonha, Alemanha e ilhas britânicas” (KEEGAN, 2006, p. 425).

A WIC recrutava seus mercenários por um período de 3 anos. Em um continente devastado por uma guerra que se arrastava desde 1618, não faltavam soldados que ambicionassem melhorar de vida.

Diante da superioridade numérica e material do inimigo em combates convencionais, mais uma vez fez-se necessária a ação das companhias de emboscadas, que negavam aos batavos o controle sobre o interior do território, onde estavam os desejados engenhos de açúcar. Duarte de Albuquerque Coelho, donatário da Capitania de Pernambuco, escreveu, posteriormente:

Sua utilidade [das emboscadas] cada dia se fazia mais notória pelo grande temor que o inimigo foi delas conhecendo. Não ousava sair nem mesmo às hortas da vila que ocupava. Com a presença destes capitães de emboscada, não só se lograva o presente efeito, como de futuro servia ela de muito, vedando-lhes, com este receio, o comerciar com os moradores, e obstando-lhes, por seis anos, de apoderarem-se da campanha (apud PUNTONI, 2004, p. 48).

Matias de Albuquerque esperava conter o invasor enquanto aguardava uma armada de socorro da metrópole, cujo envio era dificultado problema orçamentário das monarquias ibéricas, como esclarece o Almirante Bittencourt:

As providências luso-espanholas para recuperar Pernambuco, durante o período de união das duas coroas, encontraram dificuldades crescentes de recursos e não lograram a mobilização das forças necessárias. O tesouro espanhol, cada vez mais debilitado, não foi capaz de arcar com um empreendimento semelhante ao da armada que libertara a Bahia em 1625 (BITTENCOURT, 2006, p.52).

Além dos percalços financeiros, havia também problemas materiais. As esquadras espanhola e portuguesa haviam sofrido com os desastres navais de Matanzas (1628) e do golfo de Biscaia (1627), respectivamente. O aumento de tributos para repor essas perdas não foi bem recebido pelos portugueses.

O conde-duque de Olivares, conselheiro predileto de Felipe IV – um “valido”, conforme os termos da época – havia proposto um projeto denominado “União de Armas”, a fim de tornar iguais os gastos militares da monarquia compósita e formar um exército permanente para as guerras de Castela. Olivares buscava desonerar o erário castelhano, que vinha suportando o fardo mais pesado dentre todos os territórios Habsburgo em sua guerra global.

Daí que reação dos Portugueses à perda de Olinda e do Recife e às ordens vindas de Madrid com vista à sua recuperação tenha sido diametralmente oposta à que se tinha verificado no caso da Bahia. Não houve donativos espontâneos nem apareceram voluntários. Desiludidos e frustrados com perda sucessiva das possessões ultramarinas, apesar dos pesados impostos a que estavam sujeitos por causa da sua defesa, os Portugueses voltavam-se abertamente contra os Espanhóis, acusando-os de, com a sua política imperialista e belicista, serem os responsáveis por todos os seus males. Por essa razão foi, senão de má vontade, pelo menos sem entusiasmo, que contribuíram para a armada destinada a socorrer Pernambuco (MONTEIRO, 1995, p.77).

Somente em 1631 Madri foi capaz de enviar uma esquadra de socorro, dessa vez comandada por D. Antônio de Oquendo, que trazia 32 navios com 2.000 homens a bordo, sob o comando do Conde de Bagnoli, veterano da Jornada dos Vassalos, que seriam de grande ajuda para as combatidas forças de Albuquerque. Após desembarcar os reforços, a força luso-espanhola deveria se dirigir para a Nova Espanha para escoltar a *Flota de Plata* em sua derrota para a Europa.

Por sua vez, os batavos receberam reforços na forma da frota de Adrian Pater, com 16 navios e 1000

homens. As duas esquadras se encontraram perto do atol de Abrolhos, onde ocorreu intenso combate.

Oquendo formou seus galeões em coluna e deu ordem aos navios do comboio para se posicionarem fora do combate. Os holandeses tinham planejado abordar cada um dos maiores galeões luso-espanhóis com dois navios. Seguiu-se um terrível combate, com tentativas e sucessos de abordagens e bordadas bem próximas de artilharia. Como resultado, os holandeses perderam dois navios, inclusive o capitânia, que incendiou e explodiu, e um outro ficou seriamente avariado. Os luso-espanhóis tiveram dois navios afundados, um navio foi apresado pelos holandeses e outro regressou a Salvador devido as grandes avarias sofridas. Nesse combate, morreram ou desapareceram cerca de 700 homens, aproximadamente 280 ficaram feridos e 240 foram aprisionados (BITTENCOURT, 2006, p.52).

Estabeleceu-se, então, um impasse: os flamengos não tinham condições de conquistar o interior, assim como os luso-brasileiros, mesmo reforçados, não eram capazes para expulsá-los de suas praças-fortes.

Domingos Fernandes Calabar, descontente com Bagnoli, decidiu então fazer o que as armadas não conseguiram: quebrar o impasse. Passando para o lado dos flamengos, transmitiu-lhes as informações que dispunha acerca das forças de Matias de Albuquerque.

Dispondo de informações privilegiadas e do poder de fogo de sua Marinha, a WIC foi capaz de expandir os domínios da WIC para Igarauçu, Ilha de Itamaracá, Paraíba e Rio Grande do Norte. Percebe-se nessa sequência de conquistas a importância da mobilidade proporcionada pelo Poder Naval.

No final de 1635, desembarcou em Alagoas um exército luso-espanhol liderado por D. Luís de Rojas y Borja com 2400 homens, artilharia e suprimentos. Seguindo as ordens régias, Matias de Albuquerque passou-lhe o comando, regressando para Portugal. Depois, em 1644, venceu a Batalha de Montijo e ganhou o título de Conde de Alegrete.

Mas foi somente em 1636 que ambos os exércitos se encontraram na batalha de Mata Redonda, que resultou em uma acachapante vitória para os holandeses e na morte do general espanhol, que foi sucedido por Bagnoli, que recuou o que sobrara do exército para Porto Calvo.

A partir de 1637, a WIC se viu em condições de estabilizar suas conquistas, podendo enfim focar em seu objetivo primário: o lucro tão almejado por seus acionistas. Para isso, fazia-se necessária a presença de um administrador capaz de dialogar com os dois lados e de fazer renascer a economia açucareira.

Durante os anos de campanha, os engenhos de açúcar haviam sido destruídos ou inutilizados, muitos escravos haviam fugido para quilombos, sendo Palmares o mais célebre entre eles. Diante desse cenário desolador, a WIC precisava trazer a economia açucareira de volta aos eixos.

Para isso, foi nomeado o conde Maurício de Nassau, centralizando nele a autoridade civil e militar. O chamado Interregno Nassoviano (1637-1644) foi marcado pela tolerância religiosa, sendo inclusive fundadas duas sinagogas, pelo florescimento das artes patrocinada pelo mecenas que era o governante e por fim o renascimento da economia açucareira.

Mesmo sendo lembrado pela historiografia tradicional como uma espécie de “rei-filósofo”, Nassau também empreendeu campanhas militares, além de fomentar o tráfico negreiro. Sua primeira providência foi conquistar Porto Calvo, o que eliminou a resistência na capitania de Pernambuco.

O próximo passo do governante foi estabilizar a fronteira sul, construindo dois fortes na margem esquerda do rio São Francisco e ao norte, procedeu com a conquista do forte São Sebastião, atual cidade de Fortaleza. Os rebeldes ficaram circunscritos a capitania da Bahia. Nassau ainda tentou conquistar Salvador em 1638, mas foi repellido pela resistência de Bagnoli.

Diante de um cenário de insurgência, Nassau precisava conquistar apoio local para que, após sete anos de dura campanha, a economia açucareira voltasse a girar. Confiscou e revendeu engenhos abandonados, mediante venda financiada. Além disso, adaptou o

modelo de administração municipal português na forma da Câmara dos Escabinos.

Os senhores de engenho constituíam peça fundamental do tabuleiro. Nassau procurou negociar com eles, encampando suas dívidas. Mesmo assim, os “homens bons”, a nobreza da terra, haviam perdido seu poder político e, quando fossem pressionados pelos seus credores, voltar-se-iam para a guerrilha.

Os escravos, força motriz da economia, estavam se tornando um artigo raro no Nordeste. Muitos haviam fugido para os quilombos durante as idas e vindas das campanhas militares. Cômico da necessidade de mão de obra, Nassau voltou-se para o outro lado do Atlântico, Angola.

A fim de garantir o suprimento de escravos para o Brasil Holandês, Nassau decidiu, ainda em 1637, tomar o castelo português de São Jorge da Mina, na costa ocidental da África mais conhecido como Elmina, o qual era um entreposto para o tráfico negreiro, mas que resistiu por apenas cinco dias antes de capitular.

Percebe-se nessa ação a necessidade de controlar as duas margens do oceano, tendo em vista a dinâmica mercantil do Atlântico sul. Controlar os canais de Pernambuco, o fornecimento de escravos em Elmina e o refino do açúcar na Europa tornava os batavos senhores do açúcar do novo Atlântico holandês.

Enquanto isso, na Europa ocorreu a Batalha Naval de Downs, no litoral inglês, em 1639. No confronto contra os flamengos, a armada de Felipe IV perdeu mais de 60 navios, findando assim a hegemonia espanhola nos mares.

Em 1640, foi enviada, em um derradeiro esforço, mais uma armada de socorro, agora com sessenta e seis navios, para o Estado do Brasil, comandada por D. Fernando de Mascarenhas, Conde da Torre, cujo objetivo era desembarcar tropas em Pernambuco e expulsar os holandeses. Contudo...

Em vez de oferecer imediatamente ataque a Pernambuco, atracou em Salvador, onde suas tropas causaram diversos tumultos. Só depois seguiu para seu objetivo; sem efeito surpresa, acabou por combater uma Força Naval holandesa, comandada

por Willem Loos, que foi morto no início das hostilidades. Depois de cinco dias de combate, sem aniquilar seu inimigo, o conde decidiu desembarcar suas tropas na capitania do Rio Grande (Rio Grande do Norte). Regressou à Bahia, sem promover danos contundentes aos holandeses. As tropas estiveram sujeitas às astúcias da fortuna e tiveram de se submeter a uma longa marcha despropositada (LOUREIRO, 2018, p.61).

Mais uma vez, não houve uma batalha decisiva no mar. Os reforços desembarcados em local desfavorável, não estavam em condições de alterar o equilíbrio de forças. O descontentamento com a monarquia compósita chegava ao seu ápice. Portugal precisava de um rei que se predispuesse à negociação com os batavos. Em grande medida, é o que explica a ascensão do Duque de Bragança ao trono português sob o nome de D. João IV.

Após a chamada “restauração” portuguesa, uma série de episódios acabou por proporcionar a expulsão dos holandeses em 1654: a insurreição pernambucana, a partir de 1644; a expulsão dos holandeses de Angola, pela ação de Salvador Correia de Sá e Benevides, em 1648; as vitórias em Guararapes, em 1648 e 1649; a reorganização das forças navais lusas a partir do empreendimento da Companhia Geral de Comércio do Brasil, em 1649; e o início das guerras anglo-holandesas, em 1652, o que desviou os esforços e recursos da Holanda. Expulsos os holandeses, os acordos diplomáticos para a paz só se firmaram em 1661, no Tratado de Haia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A guerra global entre lusitanos e flamengos transcorreu substancialmente como uma disputa pelo controle das rotas marítimas no Atlântico e no Índico. O Poder Naval foi ferramenta primordial das potências europeias para manter a circulação de informações, exércitos, riquezas e até mesmo a própria governação em seus impérios ultramarinos.

Os invasores, assim como as “Armadas de Socorro”, deslocavam-se pelas vias marítimas, fazen-

do com que se erigissem fortificações que até hoje marcam o litoral brasileiro e de outros territórios ultramarinos. A guerra assimétrica perpetrada pelos luso-brasileiros, ou brasílicos, limitados em termos materiais, impediu que os holandeses, um adversário muito mais forte, pudessem consolidar sua posição fora dos centros urbanos, fustigando-os incessantemente.

É possível verificar também, dentro da perspectiva de uma história conectada, as consequências das guerras luso-holandesas, que se alastraram pelo globo, atingindo a Europa, América, Ásia e África. Ao final da década de 1660, Portugal conseguiu emergir, mesmo com pesadas perdas no Oriente e indenizações a pagar, como um país independente e reconhecido.

Desta forma terminou um longo período de oitenta e oito anos de guerras contínuas que arruinou Portugal como grande potência. Apesar de tudo, o que nos parece mais de admirar não é que Portugal tenha sido reduzido a uma potência de segunda ordem, mas sim que tenha conseguido sobreviver aos terríveis confrontos que teve de suportar com a maior potência militar terrestre e as duas maiores potências navais da época, respectivamente a Espanha, a Inglaterra e a Holanda (MONTEIRO, 1995, pp.421-422).

Portugal foi capaz de se manter senhor do Estado do Brasil e de Angola. Ocorreria então uma “viragem atlântica”, já que o comércio de especiarias estava nas mãos de ingleses e flamengos: o império luso tinha agora seu nervo no Atlântico; inclusive, em Lisboa já se discutia a possibilidade de “abandonar a Índia com honra” (LOUREIRO, 2018, p.66).

A dependência da metrópole em relação à sua principal colônia se acentuaria cada vez mais. Dentro da “viragem”, Portugal não poderia abrir as duas portas do Atlântico: Recife e Luanda. A produção de açúcar no Nordeste brasileiro, cuja mão de obra escravizada provinha de Angola, que também abastecia o Prata, continuaria a movimentar a engrenagem atlântica. Esses recursos eram vitais para o pagamento da indenização devida a Holanda.

Quando chegou ao Brasil em 1640, o Marquês de Montalvão, primeiro vice-rei do Brasil, o Padre Antônio Vieira proferiu em um sermão: “aconteceu-lhe a V. Exa. com o Brasil o que a Cristo com Lázaro; chamaram-lhe para curar um enfermo (...) e quando chegou foi-lhe necessário ressuscitar um morto” (apud LOUREIRO, 2018, p. 118). Contra muitas expectativas, o Estado do Brasil sobreviveu e, sobretudo após a descoberta do ouro nas Minas Gerais, viu a ampliação de sua importância no contexto do império marítimo português.

REFERÊNCIAS

- BARROSO, Ana Filipa. *A Polêmica da Liberdade dos Mares: Hugo Grócio e a resposta de Serafim de Freitas*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2016.
- BITTENCOURT, Armando de Senna. *Introdução à história marítima brasileira*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2006.
- BOXER, Charles. *O Império Marítimo Português*. 1415-1825. Lisboa: Edições 70, 2001.
- FROTA, Guilherme de Andréa. *Panorama da História do Brasil*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1992.
- GESTEIRA, Heloísa Meireles. “Da Liberdade dos Mares: Guerra e Comércio na Expansão Neerlandesa para o Atlântico”. *Revista de História*, São Paulo, SP, v. 154, n. 1, pp. 221-249.
- KEEGAN, John. *Uma História da Guerra*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2006.
- LOUREIRO, Marcello. *A gestão no labirinto: circulação de informações no Império Ultramarino Português, formação de interesses e construção de política lusa para o Prata (1640-1705)*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2012.
- LOUREIRO, Marcello. “Guerra na Europa, guerra no ultramar. Portugal e a conservação de seu Império Marítimo na conjuntura crítica pós-restauração (1640-1668)”. In: DUARTE, Marcello Felipe; BALBINO, Márcio dos Santos; SANTOS; Rosa Maria Cardoso dos (Orgs). *Entre Saberes e Práticas: Estudos Interdisciplinares do Colégio Naval*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2012, p. 137-160.
- LOUREIRO, Marcello. “O Poder Naval na Defesa da Colônia”. In: *Marinha do Brasil: uma síntese histórica*. ABREU, Guilherme Mattos de (Org). Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2018, p. 46-71.
- MELLO, José Antonio Gonsalves de. *Tempo dos Flamengos*. Recife: Secretaria de Cultura, 1978.
- MONTEIRO, Saturnino. *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa: 1627-1668*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1995.
- PUNTONI, Pedro Luís. A Arte da Guerra no Brasil: tecnologia e estratégia militares na expansão da fronteira da América portuguesa (1550-1700). In: CASTRO, Celso; KRAAY, Hendrik; IZECKSOHN, Vitor. *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, pp. 43-66.
- SUBRAHMANYAN, Sanjay. *O Império Asiático Português. 1500-1700: uma História Política e Econômica*. São Paulo: Difel, 1995.
- VEIGA, Bernardo. *A Ética das Virtudes segundo Tomás de Aquino*. Campinas: Ecclesiae, 2017.

A “RESTAURAÇÃO DE PALMARES” E A CONSOLIDAÇÃO DA PRESENÇA PORTUGUESA NO BRASIL: UMA ANÁLISE DA CARTA DO GOVERNADOR DE PERNAMBUCO AO REI DE PORTUGAL (1694)

Aspirante Rodrigo Regal de Castro

A Coroa Portuguesa atravessou diversos obstáculos no processo de colonização desde que os lusos se estabeleceram no Novo Mundo, durante o século XVI. Para a conquista e consolidação do território, os portugueses comercializaram, negociaram e combateram com os povos nativos. Além disso, a Coroa precisou expulsar franceses, ingleses e holandeses que se apropriavam de terras bráslicas, gerando conjunturas de guerra, como por exemplo a ocupação francesa na atual Ilha de Villegagnon e as invasões holandesas em Pernambuco.

Porém, havia outro importante fator que preocupava a realeza lusa, apresentando-se como uma séria ameaça para a consolidação do território colonial: a presença dos quilombos. Esses quilombos eram sociedades formadas majoritariamente por escravizados fugidos, que se agrupavam na mata. Sabe-se que “[desde o] tempo que houve negros cativos nestas capitânicas, começaram a ter habitantes os Palmares” (ALENCASTRO, 2010, p. 19). Com o enfraquecimento da presença de Portugal no Oriente, e a expansão do mercado açucareiro, os engenhos de açúcar se multiplicavam na América e, com eles, expandia-se o lucrativo tráfico negreiro no Atlântico. Dessa forma, milhões de africanos escravizados chegaram ao Brasil por mais de três séculos, oriundos de diversas regiões e etnias. É evidente que desde que chegaram aqui, sempre ocorreu a fugas das senzalas e, posteriormente, a formação dos quilombos.

O Quilombo dos Palmares foi o maior e mais famoso deles, possuindo interferência direta na história do Brasil, influenciando inclusive a cultura e o imaginário popular, principalmente no que tange às discussões, em diversos níveis, em torno de um dos seus principais líderes: o Zumbi.

De fato, o episódio de Palmares pode ser analisado a partir de diversos pontos de vista. Este artigo, contudo, não pretende refazer o debate em torno dessas questões, mas sim analisar uma carta do governador de Pernambuco sobre Palmares, datada de 1694, em que defende que a permanência do Quilombo seria uma ameaça tão severa ao território luso como as invasões holandesas. A carta de Caetano de Melo e Castro está datada de 18 de fevereiro de 1694 e foi redigida em comemoração à vitória sobre a Guerra dos Palmares. Nela, o governador busca vangloriar-se da “Restauração de Palmares”, ou seja, da reconquista de um território que teoricamente pertencia à Coroa portuguesa, mas se mantinha habitado e governado, na prática, por palmaristas, que não deviam submissão efetiva a Portugal.

A existência dos quilombos transformava a realidade colonial. A população e o território ocupado por Palmares chegaram a proporções inimagináveis, ocasionando em quase um século de expedições armadas fracassadas. As dimensões e significado do quilombo, o teatro das batalhas, situado no atual sertão nordestino, potencializando as peculiaridades e dificuldades da natureza, da geografia, bem como as tentativas de acordos com as lideranças palmaristas, as tropas bráslicas mobilizadas na luta, o envolvimento dos paulistas, junto com a esperança de recompensas da Coroa Portuguesa, são alguns aspectos que sublinham a importância de a historiografia correlata permanecer com as investigações em torno de Palmares.

Da carta, encontrada entre os documentos catalogados por Ernesto Ennes (1938), pode-se obter importantes aspectos sobre a destruição de Palmares, especificamente o que esse representava para a sociedade

da época. O governador busca descrever os principais aspectos da batalha e quais benefícios que aquela vitória geraria para os moradores da capitania e para a Coroa lusa.

Melo e Castro começa a carta mencionando a vitória contra Palmares como gloriosa, e salienta que “não se avalia por menos que a expulsão dos holandeses”, sucedida quarenta anos antes. De fato, as invasões holandesas no Brasil durante o século XVII foram causa dos maiores conflitos do período colonial. Holanda invadiu Salvador e Pernambuco por duas vezes, criando, em Pernambuco, uma colônia em terras americanas. O Conselho Ultramarino, órgão de governação e consulta criado por Portugal em 1642, concentrou esforços para combatê-los, conseguindo finalmente expulsá-los em 1654, sendo considerada a mais importante vitória para a consolidação do território colonial português.

Conforme dito acima, a destruição de Palmares é comparada ao evento supracitado pelo autor, evidenciando a relevância desse episódio para o Brasil colônia. Atualmente, esses dois momentos históricos não são perfeitamente comparáveis e não estão sempre analisados em um mesmo estudo acadêmico. De fato, sabe-se que as invasões holandesas demandaram maior atenção das autoridades da época, além de maior uso de militares e armamento, sendo primordial para a soberania portuguesa no Brasil. Porém, ao escrever que a “Restauração de Palmares” não se avalia por menos que esse grande feito, o governador provoca a discussão sobre a real importância da Guerra dos Palmares.

No que se segue, Caetano de Melo e Castro escreve que a vitória foi festejada por seis dias sem que houvesse disto se lhes ordenassem, demonstrando um grande alívio da sociedade de Pernambuco com a destruição do quilombo. A presença dos quilombos era vista com grande temor pelos moradores da capitania por dois principais motivos: as recorrentes denúncias de assaltos e sequestros promovidos pelos moradores de Palmares e pelo medo de que o exemplo de um quilombo bem sucedido pudesse influenciar os escravos nos engenhos.

Segundo Alencastro (2010, p. 18), “na lista dos estragos causados por Palmares, o governador de Pernambuco mencionava as queixas dos moradores

de Alagoas, Porto Calvo e Serinhaém sobre as hostilidades, mortes e roubos de mulheres que fazem os negros levantados”. Com efeito, no sétimo parágrafo da carta, o Governador diz que a produção dos engenhos que circundavam Palmares retornaria aos seus antigos rendimentos, porque esses foram livres das “insolências, roubos e mortifícios destes rebeldes”. Dessa forma, com o fim da violência ao redor de Palmares, novas oportunidades de terras produtivas seriam de grande valia para o mercado açucareiro.

As vantagens econômicas eram tão expressivas após a “Restauração de Palmares” que o Governador, já no final da carta, diz que a partir daquele momento nascia um “Novo Pernambuco”, e que nas terras reconquistadas seriam construídos “grandiosos engenhos”. Sabendo que os quilombos ocupavam um grandioso território, e que o mercado açucareiro estava em expansão, pode-se observar, portanto, um certo sentimento de “restauração” de espaços potencialmente produtivos, que não estavam sendo utilizados para o lucro da Coroa Portuguesa, e que poderiam ser repartidos entre vencedores.

Contudo, não eram apenas os “ataques” dos moradores dos quilombos que amedrontavam os colonos, mas própria a existência de Palmares. Eles temiam que o exemplo de um quilombo bem sucedido pudesse influenciar e incentivar mais fugas de escravos e uma possível rebelião, podendo antecipar o que acontecera na Ilha de São Domingos, um século depois (ENNES, 1938, p. 24). Logo, a destruição de Palmares deveria ser um exemplo aos escravos nas senzalas do que um possível ato de rebeldia poderia ocasionar.

Tanto é assim que o Padre Antônio Vieira escreveu que uma tentativa de acordo e uma possível concepção de liberdade aos palmaristas poderia promover “outros tantos Palmares”, incentivando assim, a plena destruição do quilombo:

Só um meio havia eficaz e efetivo para verdadeiramente se reduzirem, que era concedendo-lhe Sua Majestade e todos seus senhores espontânea, liberal e segura liberdade, vivendo naqueles sítios como os outros índios e gentios livres, e que então os padres fossem seus párocos e os doutrinassem como

aos demais. Porém esta mesma liberdade assim considerada seria a total destruição do Brasil, porque conhecendo os demais negros que por este meio tinham conseguido o ficar livres, cada cidade, cada vila, cada lugar, cada engenho, seriam outros tantos Palmares, fugindo e passando-se aos matos com todo o seu cabedal, que não é outro mais que o próprio corpo (VIEIRA apud AZEVEDO, 1928, p. 321).

No segundo parágrafo da carta, Melo e Castro se atém às dificuldades que as expedições brasileiras encontraram e a grande estrutura formada em Palmares. De fato, os quilombos localizados na Serra da Barriga chegaram a enormes proporções, ocupando uma imensa área no sertão do atual Nordeste. O maior deles chegou a população de 6.000 pessoas, segundo especialistas. Lá eles criaram uma sociedade com estrutura política e normas particulares, que atraíam vários tipos de grupos sociais, não apenas escravos fugitivos, mas também negros libertos, mulatos, índios mansos, e até brancos criminosos e desertores. Com essa grande estrutura criada, mostraram grande resistência às expedições portuguesas, possuindo conhecimentos e armas de guerra, inclusive alianças com alguns setores da sociedade.

Na carta, o governador cita que os moradores dos quilombos conheciam a natureza local e eram confiantes na defesa de seu território, possuíam numerosos defensores e construíram uma grande estrutura. Com isso, muito esforço e dinheiro foi investido nas tentativas de destruição de Palmares, em um primeiro momento pelos próprios fazendeiros da capitania de Pernambuco, e posteriormente pelo Conselho Ultramarino, reunindo tropas brasileiras “para se extinguir esses negros de uma vez” (ALENCASTRO, 2010, p. 18).

É interessante notar que as tropas que combatiam em Palmares eram compostas principalmente por bandeirantes paulistas, com grande experiência em terras brasileiras e na dominação de povos indígenas, e pelos comandantes brasileiros que lutaram em guerras africanas. Como explica Alencastro (2010, p. 25) “os paulistas têm uma presença marcante na Serra da Barriga. Juntando sua prática de redes anti-índigenas

à experiência dos veteranos de guerras contra sovdos angolanos, índios e quilombos, eles fecharam o cerco a Palmares”.

Já no terceiro parágrafo, o Governador diz que “temeu-se muito a ruína destas capitânias”, mais uma vez destacando a ameaça que a continuação de Palmares representava e ainda diz temer a união dos “escravos todos”, mais uma vez fortalecendo a questão que a “Restauração de Palmares” foi de suma importância para a época. Nesse sentido, o governador diz que foi pessoalmente à região, mostrando o grau de emergência daquela situação.

Os negros, ao descobrirem a chegada dos combatentes, já enfraquecidos e com pouca munição, fugiram do lugar onde estavam. Foi então que as tropas brasileiras conseguiram cercar os fugitivos e atiraram sobre eles com uma “carga de espingardaria”, quando mataram muitos; mas outros fugiram feridos e, com seu sangue derramado, acabaram guiando as tropas.

Não aceitando voltar para o domínio português, “se despenhou grande parte deles de uma rocha tão alta que se fizeram em pedaços”, ou seja, muitos preferiram a morte do que a volta à escravidão e a punição que os esperavam. Do mesmo modo que Alencastro cita sobre a morte do rei do Dongo, que recusando-se a se entregar aos portugueses, pediu que lhe cortassem a cabeça (ALENCASTRO, 2010, p. 9)

Quando amanheceu o dia, pôde-se ver quinhentos mortos e cerca de seiscentos prisioneiros. Depois de décadas de batalhas e dezenas de expedições, finalmente em 1664 obteve-se a “Restauração de Palmares”. Após a vitória, o governador comemorava dizendo que eles se viram “livres da maior opressão que pode-se imaginar-se”, e volta a citar as vantagens econômicas, territoriais e políticas daquela conquista.

No final da carta, depois de vangloriar-se mais uma vez sobre a vitória contra Palmares e dar ao evento uma importância inflamada, Melo e Castro promete fidelidade ao Rei, e diz que dará seu sangue para que ocorram outras repetidas vitórias e possa castigar “todos aqueles que faltem à sua devida obediência”.

É importante não desvincular os acontecimentos descritos na carta com o contexto em que foi escrita, considerando que são palavras de um governador de uma capitania. Pode-se interpretar um interesse político

envolvido nas palavras de Caetano de Melo, implícito no pedido de recompensas à Coroa. Sabe-se que as relações daquela época eram baseadas em vínculos de vassalagem, e que a carta retrata a visão e intenção de um indivíduo, não sendo, portanto, imparcial. À luz da historiografia contemporânea, que tem sublinhado a importância do sistema de mercês como elemento motivacional para a participação em guerras, é relevante observar que o Governador provavelmente sobrevalorizava o evento para inflacionar as honras daqueles que lutaram em nome da Coroa e que esperavam, desse modo, ser recompensados. Porém, não se pode também deixar de levar em consideração as caracterizações aqui mencionadas, que evidenciam que o Quilombo dos Palmares foi percebido no século XVII como uma séria ameaça para o território português na América, e que sua destruição foi de importância para a hegemonia portuguesa no Estado do Brasil.

REFERÊNCIAS

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. História geral das guerras sul-atlânticas: o episódio de Palmares. In Flávio Gomes (org.). *Mocambos de Palmares. História, historiografia e fontes*. Rio de Janeiro, 7Letras editora/FAPERJ, 2010, p. 61-99.
- ENNES, Ernesto. *As guerras nos Palmares: subsídios para a sua história*. Prefácio de Afonso de E. Taunay. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.
- FILHO, Luiz Pedro Dário Filho. Segurança jurídica no ultramar: Domingos Jorge Velho, Conselho Ultramarino e o contrato de guerra aos Palmares. *Revista História (UNICAP)*, v. 6, n. 12, 2019.
- LARA, Sílvia Hunold. *Palmares & Cucaú: o aprendizado da dominação*. Tese à categoria de Professor Titular. Campinas: Unicamp, 2009.

FUTUROS OFICIAIS REGRESSAM DA OPERAÇÃO “ASPIRANTEX 2020”

Aspirantes do 1º, 2º e 3º anos da Escola Naval voltaram ao Rio de Janeiro, no dia 30 de janeiro, após participarem da Operação “Aspirantex 2020”. Ocorrida anualmente, a comissão este ano teve um diferencial: aconteceu concomitantemente com a 3ª fase da Operação “Amazônia Azul - Mar Limpo é Vida!”, que vai até o dia 19 de fevereiro e é responsável pelo monitoramento e contenção dos efeitos causados pelas manchas de óleo que atingiram mais de 4 mil quilômetros do litoral brasileiro. Durante toda a operação, os aspirantes foram inseridos na rotina dos navios e da tripulação.

Ao todo, 244 aspirantes estiveram embarcados em navios da Esquadra Brasileira durante 21 dias de missão, acompanhando de perto a vida de um oficial embarcado. Alguns deles tiveram também a oportunidade de voar durante exercícios de operações aéreas. O Grupo-Tarefa foi composto por 11 navios – incluindo o Capitânia da Esquadra, o Porta-Helicópteros Multipropósito “Atlântico” – 13 aeronaves e 2,9 mil militares. “Para essa operação, a Esquadra

colocou tudo que ela tem de melhor”, disse o Comandante em Chefe da Esquadra, Vice-Almirante Mello. Foram empregados, ainda, contingentes de Fuzileiros Navais e de Mergulhadores de Combate.



Aspirantes acompanham o exercício de Transferência de Carga Leve

Mais de cem exercícios navais, de caráter estritamente militar, foram realizados e acompanhados atentamente pelos aspirantes, dentre eles, Transferência de Carga Leve, Transferência de Óleo no Mar, Manobras Táticas, Fast Rope, Tiro Antiaéreo sobre Granada Iluminativa, Tiro de Superfície sobre o alvo Killer Tomato, assim como simulações de ataque aéreo, de superfície e de submarino.

ESCOLA NAVAL INICIA O ANO LETIVO DE 2020

No dia 4 de fevereiro, a Escola Naval (EN) realizou a Cerimônia de Abertura do Ano Letivo de 2020, evento que tem como propósito marcar formalmente o início das atividades escolares dos Aspirantes.

Anualmente, a EN convida um palestrante possuidor de notório saber. Neste ano, a Aula Inaugural foi ministrada pelo Almirante de Esquadra Bento Costa Lima Leite de Albuquerque Júnior, que ocupa atualmente o cargo de Ministro de Estado de Minas e Energia. Na ocasião, os Sentinelas dos Mares tiveram a oportunidade de conhecer a importância da energia e da mineração para o desenvolvimento sustentável do Brasil.

A cerimônia contou com a presença do Diretor-Geral do Pessoal da Marinha, Almirante de Esquadra Renato Rodrigues de Aguiar Freire, do Diretor de Ensino da Marinha, Vice-Almirante Henrique Renato Baptista de Souza, de ex-Comandantes da EN, de Comandantes das Organizações Militares de Ensino da Marinha, bem como demais oficiais, instrutores, professores e o Corpo de Aspirantes.



Aula Inaugural de 2020

ASPIRANTES DA ESCOLA NAVAL CONTRIBUEM NO ENFRENTAMENTO DO COVID-19

No dia 31 de março, 113 Aspirantes da Escola Naval (EN) realizaram a doação de sangue para o Hemorio. A iniciativa teve o propósito de repor os estoques que diminuíram desde o início da pandemia do COVID-19 com a adoção de medidas de isolamento social.

“Em função das dificuldades de mobilidade e medidas de isolamento a quantidade de bolsas de sangue caiu para menos da metade, porque quem geralmente é voluntário está impossibilitado de ir até o hospital realizar a doação” afirmou o Aspirante Sanriley, Vice-Presidente do Aciso - Grêmio de Ações Cívico-Sociais da EN. Com a iniciativa, os

Aspirantes da EN contribuem com os órgãos de saúde do estado.

Em consonância com as ações de enfrentamento da pandemia, é intenção do grupo organizador da campanha de doação que na próxima semana seja realizada mais uma coleta de sangue incluindo toda a tripulação.



Em estrutura montada pelo Hemorio no Salão Nobre da Escola Naval, Aspirante doa sangue

ESCOLA NAVAL REALIZA CERIMÔNIA DE JURAMENTO À BANDEIRA E ENTREGA DE ESPADINS

No dia 8 de agosto, em tradicional cerimônia presidida pelo Ministro de Estado da Defesa, Fernando Azevedo e Silva, acompanhado do Comandante da Marinha, Almirante de Esquadra Ilques Barbosa Junior, os Aspirantes integrantes da Turma “Visconde de Cabo Frio” realizaram o juramento à Bandeira Nacional e receberam seus Espadins, símbolo do compromisso que assumem com a Marinha. Nesse dia, 218 Aspirantes receberam o Espadim, dentre eles, 12 do sexo feminino e seis estrangeiros, sendo estes oriundos de Cabo Verde, Camarões e Honduras.

Em virtude da situação epidemiológica vigente, a cerimônia foi restrita e pôde ser acompanhada, por meio de transmissão ao vivo, pelo canal oficial da Marinha no Youtube. Também em cumprimento às medidas de proteção para o enfrentamento



Cerimônia de Entrega de Espadim

da COVID-19, a entrega dos Espadins foi realizada, antecipadamente, pelas madrinhas e padrinhos em seus lares, tendo sido exibido um vídeo, durante a cerimônia, com o registro deste significativo momento.

Foto: Eduardo Henrique Lopes

ASPIRANTES PARTICIPAM DO 1º SIMPÓSIO VIRTUAL INTERNACIONAL DAS ESCOLAS NAVAIS LATINO-AMERICANAS

Nos dias 8 e 9 de outubro, foi realizado o 1º Simpósio Virtual Internacional das Escolas Navais latino-americanas. Organizado pela Escuela Naval “Comandante Rafael Moran Valverde”, Escola Naval do Equador, em comemoração aos seus 198 anos de criação, o simpósio teve como objetivo conhecer as particularidades sobre o enfrentamento de novos desafios nas escolas navais.

O tema do evento foi “Os novos desafios da Formação Naval-Militar”, sobre o qual os comandantes e diretores das Escolas Navais do Brasil, da Argentina, do Chile, da Colômbia, do Equador, do Peru e do Uruguai realizaram breve apresentação, tratando dos seguintes pontos: desafios e estratégias para fortalecer a igualdade de gêneros nas Escolas Navais; a influência de novas tecnologias e redes sociais na forma-

ção acadêmica nas Escolas Navais; estratégias e lições aprendidas na formação naval-militar como resultado da pandemia mundial; e dificuldades e desafios na formação de “Liderança Naval” nas futuras gerações.



1º Simpósio Virtual Internacional das Escolas Navais latino-americanas

Os aspirantes acompanharam o Simpósio Virtual, participando com perguntas, e puderam perceber a similaridade com que as Escolas Navais têm conduzido os assuntos atuais. O evento serviu ainda como mais uma importante ferramenta no estreitamento de laços entre as Marinhas Amigas.

75ª EDIÇÃO DA REGATA “ESCOLA NAVAL” É REALIZADA NA BAÍA DE GUANABARA, NO RJ

No dia 11 de outubro, pelo 75º ano consecutivo, a Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro (RJ), foi o cenário da Regata “Escola Naval”, a maior e mais tradicional regata realizada na América Latina. A competição, criada em 1946 pelo Grêmio de Vela da Escola Naval, acontece tradicionalmente no Dia do Velejador, comemorado no segundo domingo do mês de outubro.

Nesta edição, obedecendo todas as orientações de controle ao novo coronavírus, não houve atividade em terra, permanecendo a Escola Naval fechada ao público externo. Também foram canceladas a Meia Maratona de Canoagem Oceânica e a Regata a Vela de Rádio Controlados, usualmente

realizadas na manhã do mesmo dia.

Participaram da regata mais de 160 veleiros de diversas classes, totalizando 650



Largada da 75ª Regata

velejadores na raia. Na ocasião, o veleiro oceânico “Sorsa III”, comandado por Celso Quintella, foi o “fita azul”, cruzando a linha de chegada em primeiro lugar no tempo real.

8º TORNEIO DE GOLFE “MARINHA DO BRASIL”, 9ª TAÇA “ALMIRANTE TAMANDARÉ” E 8ª TAÇA “AMAZÔNIA AZUL” SÃO REALIZADOS NO ITANHANGÁ GOLF CLUB

O Itanhangá Golf Club realizou, nos dias 21 e 22 de novembro, o 8º Torneio de Golfe “Marinha do Brasil”, com a participação do Grêmio de Golfe da Escola Naval (EN). A premiação contou com a presença do Diretor-Geral do Material da Marinha, do Comandante do 1º Distrito Naval, do Comandante da Escola Naval, do Comandante do Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes, do Chefe do Estado-Maior do Com1ºDN e de representantes da Diretoria do Clube.

O torneio premiou seis aspirantes da EN, um oficial da Marinha do Brasil e 24 atletas, em nove categorias. A competição está em sua oitava edição e é uma importante iniciativa para a prática e o desenvolvimento do esporte no País, bem como para a divulgação dos valores e atividades da Marinha.

O evento contou com exposições sobre o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB), PROSUPER e PROADSUMUS, e com a presença de um lançador múltiplo de foguetes “Astros”, uma viatura sobre rodas “Piranha”, uma moto aquáti-

ca da Capitania dos Portos do Rio de Janeiro e duas motocicletas da Companhia de Polícia do Batalhão Naval. Também foi realizada uma apresenta-

ção da Banda de Música do Comando do 1º Distrito Naval e de Gaitas de Fole do Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais.

Além disso, em proveito da comunidade local, em 17 de novembro, militares do Grupamento de Fuzileiros Navais do Rio de Janeiro, capacitados em Defesa Nuclear, Biológica, Química e Radiológica, realizaram uma ação cívico-social, com a desinfecção da Escola Municipal Maria Clara Machado, na Tijuquinha.

O torneio foi realizado em conformidade com as medidas de enfrentamento à COVID-19.



Aspirantes da Marinha do Brasil competiram pela 8ª edição do torneio

ESCOLA NAVAL REALIZA CERIMÔNIA DE DECLARAÇÃO DE GUARDAS-MARINHA DE 2020

No dia 12 de dezembro de 2020, em tradicional cerimônia presidida pelo Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, os Aspirantes integrantes da Turma “Capitão-Mor Jerônimo de Albuquerque” foram declarados Guardas-Marinha.

Na ocasião, 178 Aspirantes, dentre os quais onze do sexo feminino e um oriundo da República de Honduras, receberam suas Espadas, símbolo do Oficial de Marinha, após quatro anos de formação acadêmica e militar-naval.

O GM Paulo Rodrigues, o GM (FN) Ramon Ribeiro e o GM (IM) Leonardo Andrade, primeiros colocados do Corpo da Armada, do Corpo de Fuzileiro Naval e do Corpo de Intendentes da Marinha, respectivamente, receberam suas espadas do Presidente da República, do Ministro de Estado da Defesa, Fernando Azevedo e Silva, e do Comandante da Marinha, Almirante de Esquadra Ilques Barbosa Junior.



Turma “Capitão-Mor Jerônimo de Albuquerque

Este ano, obedecendo a todas as orientações e precauções de controle ao novo Coronavírus (COVID-19), o evento foi restrito e pôde ser acompanhado por meio de transmissão ao vivo pelo canal oficial da Marinha no Youtube.

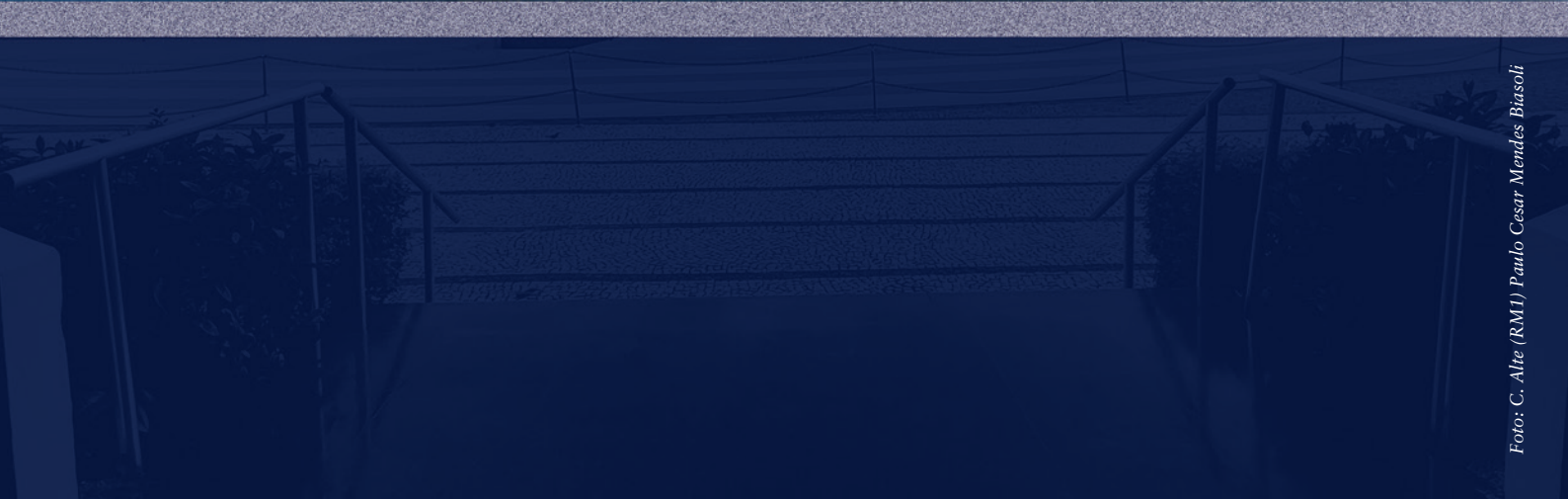




Foto: CB-SJ Geovane Pedreira Santos